

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

João Vicente Nascimento Lins

**EM BUSCA DE UM CONSENSO: UMA ABORDAGEM DO
DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NACIONAL DE DEFESA E SUAS
EXPRESSÕES INTELECTUAIS**

Marília, SP

2019

JOÃO VICENTE NASCIMENTO LINS

**EM BUSCA DE UM CONSENSO: UMA ABORDAGEM DO
DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NACIONAL DE DEFESA E SUAS
EXPRESSÕES INTELECTUAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Campus de Marília, para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Leandro de Oliveira Galastri

Marília, SP

2019

L759b

Lins, João Vicente Nascimento

EM BUSCA DE UM CONSENSO: UMA ABORDAGEM DO
DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NACIONAL DE DEFESA

E SUAS EXPRESSÕES INTELECTUAIS / João Vicente Nascimento Lins. --
Marília, 2019

127 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientador: Leandro de Oliveira Galastri

1. Complexo Industrial Militar. 2. Estratégia Nacional de Defesa. 3.
Ministério da Defesa. 4. Forças Armadas. 5. Desenvolvimentismo. I.

Título.

JOÃO VICENTE NASCIMENTO LINS

**EM BUSCA DE UM CONSENSO: UMA ABORDAGEM DO
DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NACIONAL DE DEFESA E SUAS
EXPRESSÕES INTELECTUAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, UNESP, Campus de Marília, para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Ciências Sociais

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leandro de Oliveira Galastri (Orientador)
Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UNESP, Campus de Marília
Profa. Dra. Angélica Lovatto
Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UNESP, Campus de Marília
Prof. Dr. Adriano Nascimento Silva
Docente da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas – Maceió.

Marília, 17 de setembro de 2019

2019

A minha Vó Claurice, por todo o apoio financeiro, emocional e amoroso nesses 30 anos.

Agradecimentos

Um trabalho intelectual de tal monta, começa em si como um trabalho individual, mas como o autor, não está sozinho, e sua própria reflexão é social, sobre a sociedade na qual está inserido, ele precisa reconhecer as diversas ligações às quais está relacionado.

A começar, pelas relações familiares, gostaria de agradecer aos meus pais, Cássia Cristina do Nascimento e Lindemberg Lins Filho, por todo o amor, confiança e ensinamentos a minha encaminhados nessa feitura compartilhada nesses 30 anos, que é a relação entre pais e filhos. Agradeço também os apoios de Rosangela e José Bezerra pelo companheiros para com meus pais nestes últimos anos. Gostaria de encaminhar esta dissertação à minha avó paterna, a “Vó Claurice” por estar presente em todos os momentos da minha vida, sempre me empurrando até o fim.

Por fim, não conseguiria ter terminado este trabalho, caso não contasse com o companheirismo, o amor puro, o apoio, a admiração, o empurrão em todos os momentos nestes últimos dois anos, de minha companheira/esposa Raquel Debczynski Fernandes.

Agradeço aos meus outros familiares, “vó Bia”, Tio Varnei, Sandra, Manuela Varneizinho, Estela, Antonia, José Eduardo, pela compreensão nas faltas às datas especiais, tais como aniversários, natais, anos novos etc., faltas inclusas neste longuíssimo processo de parto desta dissertação que agora entrego ao público.

Não poderia deixar de lado, aquela que renovou minhas forças quando tudo parecia perdido, que foi minha irmãzinha, Ana Beatriz, que esta dissertação, assim como inúmeras outras produções das ciências sociais, ajudem a construir um mundo melhor para você viver no seu futuro.

Agradeço aos meus grandes companheiros teóricos e de lutas, Dorfo, Jambrão, Thais, Rodrigo, Gaúcho, Comodoro, Nicks, pela vida compartilhada nas pesquisas e nas lutas dentro das ciências sociais, desde aqueles tenros anos do início do curso, até aos desafiantes e intensivos últimos anos dessa conjuntura retrógrada.

Destaco aqui a ajuda fundamental de Rosangela Ticianelli, Luís André e Graziela Castelucci, nos piores momentos, por nunca desistirem de mim, e por sempre me empurrarem para a frente. Agradeço também a Flavia Foresto pela amizade e aprendizagem para a vida.

Não posso esquecer de agradecer ao meu primeiro orientador, professor Paulo Cunha, por todo o apoio na fase ainda crua de encontrar um objeto, recortar, aprender a delimitá-lo, pesquisar, a experiência e possibilidade de participar de um momento tão fundamental da história do Brasil como foi a Comissão Nacional da Verdade.

Agradeço ao meu novo orientador, Leandro Galastri, por quem nutro uma grande confiança e respeito intelectual, e que me ajudou nesse processo final para finalmente qualificar e defender.

Não posso me esquecer de todos os funcionários diretos e indiretos da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp de Marília, dos funcionários da Pós Graduação, vivemos um tempo de grandes retrocessos, no qual as ciências, principalmente as humanas, serão atacadas, cabe à sociedade e suas instituições lutarem para atravessar esses períodos sombrios, o Brasil e seu povo, são maiores do que algumas figuras que hora ou outra aparecem aqui e acolá.

RESUMO

Este trabalho busca construir uma visão panorâmica do desenvolvimento da indústria e das ideias de defesa nacional no Brasil. Volta-se para temas como defesa, segurança e tecnologia, e como as discussões sobre esses temas na esfera estatal ajudaram a construir ou deixar de construir um consenso entre os envolvidos no assunto. Tais discussões se expressam em momentos importantes da história deste desenvolvimento em importantes revistas estratégicas, como “Defesa Nacional”, “Cultura Política”, “Revista do Clube Militar” e “Tecnologia e Defesa”. A hipótese levantada é que tais veículos de informação foram financiados pela Indústria Armamentista brasileira resultando em políticas que privilegiam esses atores e o protagonismo militar na cena política nacional.

Palavras chave: Complexo Militar industrial; Estratégia Nacional de Defesa; Ministério da Defesa; Forças Armadas; Desenvolvimentismo.

Abstract

This paper seeks to build a panoramic view of the development of industry and national defense ideas in Brazil. It addresses issues such as defense, security and technology, and how discussions on these issues at the state level have helped to build or fail to build consensus among those involved. Such discussions are expressed in important moments of the history of this development in important strategic magazines, such as "National Defense", "Political Culture", "Military Club Magazine" and "Technology and Defense". The hypothesis raised is that such information vehicles were funded by the Brazilian Armament Industry, resulting in policies that favor these actors and the military role in the national political scene.

Key Words: Industrial Military Complex; National Defense Strategy; Defense Ministry; Armed Forces; Developmentalism.

Sumário

Introdução.....	5
Capítulo 1 – A Indústria de Defesa como Possibilidade de Desenvolvimento Nacional.....	20
1.1 – A questão nacional	20
1.2 – O projeto industrial do grupo “Jovens Turcos”	28
1.3 O Clube Militar, e o nacionalismo presente da Revista do Clube Militar	37
1.4 – O Clube Militar	38
1.5– Ideologia Nacional e Nacionalismo Militar.....	43
Capítulo 2 - A indústria de Defesa no Brasil: uma abordagem panorâmica sobre o Século XX..	51
2.1 – A história da Indústria bélica brasileira	53
2.2 – A Campanha de compra de produtos nacionais entre as décadas de 1930-1940	61
2.3 – Projetos de nação e a moderna indústria militar	63
2.4 – As relações civis-militares e o desenvolvimento econômico do país	65
2.5 – O Complexo industrial-militar	70
Capítulo 3 – A Defesa Nacional em quatro revistas estratégicas ao longo do século XX	74
3.1 – A revista A Defesa Nacional, a expressão do projeto político do grupo “Jovens Turcos”	74
3.2 – A revista Cultura Política (1941-1945).....	83
3.3 – A Revista do Clube Militar	96
3.4 - A Revista Tecnologia & Defesa como expressão de um projeto nacional	106
COMENTÁRIOS FINAIS.....	113
Bibliografia	117
Fontes Primárias.....	117
Fontes Secundárias	117
Bibliografia consultada.....	119
Sítios eletrônicos	120

Introdução

Quando se observa o fenômeno da indústria bélica a nível mundial – e no caso deste trabalho no Brasil – conclui-se que ela desenvolve uma dinâmica própria de reprodução não necessariamente semelhante ao de outros ramos produtivos, trata-se de da constituição do “Complexo Militar Industrial” (MÉSZÁROS, 2009), relacionando cientistas, militares e políticos. Tal complexo encerra uma função específica, dentro do modo de produção capitalista¹.

Essas unidades produtivas não se assemelhavam às indústrias atuais mas é partindo dessa base, que pode-se traçar a evolução da indústria bélica brasileira, afinal em um período de quase 100 anos, o país passou de ainda não produzir pólvoras mais elaboradas (a chamada pólvora branca e outros explosivos derivados de nitratos) para produtor e exportador de mísseis.

A exemplo de todos os períodos de desenvolvimento industrial que o país passou, eles obedeciam sempre à uma dinâmica externa e interna. No caso da externa, o período das Guerras Mundiais e da Guerra Fria, as grandes potências começam a introduzir parques industriais nos países dependentes para continuar o ciclo de reprodução do capital. Só que para não perder o controle da dependência, a tecnologia repassada é sempre ultrapassada em relação à matriz. Quanto à dinâmica interna, essa mesma burguesia precisava cumprir um papel de desenvolvimento para a nação, também necessitando encontrar vazão para o capital que obtinha no campo. A opção de associação ao mundo exterior ainda fazia com que ela não tivesse o ônus com o desenvolvimento

¹O Brasil, em que pese as dificuldades da edificação do capitalismo, buscará também constituir o Complexo Militar Industrial, ainda que com as suas próprias debilidades e limites, haja vista que por aqui, haverá toda uma dinâmica própria. A indústria bélica, é um exemplo de produção local na colônia. Essas unidades, eram oficinas, e existiam para poder suprir as tropas de armas e guarnecer as fronteiras do país.

Havia também os estaleiros, cuja função era construir pequenas embarcações que ajudavam na defesa do mar. Era o caso do Estaleiro de Salvador, que funcionou na orla marítima da cidade até 1770, quando ele foi rebatizado para Arsenal de Marinha, ficando ativo até 1890 (DRUMOND, 2014).

A transferência da Família Real de Portugal para o Brasil em 1808, implicou em um aumento da capacidade de defesa do país. Por conta disso, D. João VI será o responsável por criar algumas unidades fabris para tentar suprir essa necessidade. Uma delas é o Arsenal Real do Exército em 1808 (DRUMOND, 2014), no qual aproveitou-se de uma estrutura já existente para fabricar canhões, munições de artilharia e lâminas de espada.

Outra instalação foi a Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, em Araçoiaba da Serra, perto de Sorocaba, (DRUMOND, 2014). No início ela produzia ferro para armas brancas, com a associação do Estado em 1810, ela recebeu fornos novos, aumentando a capacidade, passando a produzir canhões e balas. Por fim, cabe destacar a Fábrica de munições e armas da Lagoa Rodrigo de Freitas, posteriormente, em 1824 ela foi transferida para o Município de Estrela, onde existe até hoje e integra a Indústria Brasileira de Material Bélico, a IMBEL.

tecnológico, mantendo o acesso restrito ao conhecimento. E assim sucessivamente evitando que a população obtivesse uma outra via de desenvolvimento do país. A conjunção dessas duas dinâmicas, diferentes, mas ao mesmo tempo semelhantes, permitiu os saltos evolutivos na indústria brasileira, que partiu das pequenas oficinas no início do século XX, para chegar em uma moderna indústria de aviões, da qual a Embraer é a principal expoente.

O revolucionário russo Leon Trotsky (2007), partindo da teoria do alemão Karl Marx (1999), define essa tendência que se encontra nos países dependentes, como a “lei do desenvolvimento desigual e combinado”. Ele é desigual na medida em que imprime um caráter de desenvolvimento distinto e atrasado para os países dependentes quando comparados aos países em desenvolvimento. É combinada, na medida em que é possível aos países superar alguns elementos do atraso, modernizando-se, mas mantendo ainda muitas das características que os tornam antiquados. Assim ajusta-se duas contradições fundamentais, mantendo relações pré-capitalistas que convivem no mesmo Estado com relações puramente capitalistas. Nas palavras de Trotsky (2007):

Os países atrasados assimilam as conquistas materiais e ideológicas das nações avançadas. Mas isto não significa que sigam estas últimas servilmente, reproduzindo todas as etapas de seu passado. A teoria da reiteração dos ciclos históricos – procedente de Vico e seus discípulos – apóia-se na observação dos ciclos das velhas culturas pré-capitalistas e, em parte também, nas primeiras experiências do capitalismo. O caráter provincial e episódico de todo o processo admite que, efetivamente, se repitam, até certo ponto, as distintas fases de cultura em novos núcleos humanos. Sem dúvida, o capitalismo implica a superação destas condições. O capitalismo prepara e, até certo ponto realiza a universalidade e permanência na evolução da humanidade. Com isto se exclui já a possibilidade de que se repitam as formas evolutivas nas distintas nações. Obrigado a seguir os países avançados, o país atrasado não ajusta em seu desenvolvimento a concatenação das etapas sucessivas. O privilégio dos países historicamente atrasados – o que de fato é – está em poder assimilar coisas ou, dito melhor, em se obrigar a assimilá-las antes do prazo previstos, saltando uma série de etapas intermediárias. Os selvagens passam da flecha ao fuzil de um golpe, sem recorrer à trilha que, no passado, separa essas duas armas. Os colonizadores europeus da América não tiveram necessidade de começar a história desde o princípio. (...) O desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada induz forçosamente, que se confundam nela, de uma maneira características, as distintas fases do processo histórico. Aqui o ciclo apresenta, visto em sua totalidade, um caráter confuso, complexo e combinado. (TROTSKY, 2007, p. 20-21).

O caso brasileiro exemplifica muito bem essa passagem, já que durante fins da década de 1960 e início da década de 1970, o país viu sua economia crescer à passos

largos. Mas esse crescimento, acompanhado de um intenso processo de industrialização não trouxe a superação das assimetrias sociais existentes. O rápido crescimento também possibilitou alguns projetos estratégicos das Forças Armadas, como o programa nuclear da Marinha, e o desenvolvimento da Embraer por parte da Aeronáutica. Mas esse salto, não significou o fim da dependência do país, tanto que foi interrompido devido à crise do petróleo a partir de 1974. O fim das altas taxas de crescimento, definiu uma interrupção dos projetos estratégicos então adotados, o do submarino nuclear² por exemplo foi suspenso até poucos anos atrás quando foi retomado pela Estratégia Nacional de Defesa (2008).

Como o país não possuía a autossuficiência do petróleo, um choque externo no preço da *commoditie* quebrou a economia, situação da qual só sairia na década de 1990. Tudo isso é apenas mais um modo de como se reflete esse “desenvolvimento desigual e combinado” (TROTSKY, 2007). O Capital em sua fase monopolista significa que poucas empresas terminam por se tornar donas de quase toda a cadeia produtiva, da matéria prima ao produto final. Pode-se destacar que esses monopólios exercem um domínio sobre as economias em desenvolvimento. No início do século XX se dava pela importação dos produtos. Posteriormente, quando já não era mais possível manter essas nações apenas como agrário-exportadores, trouxe as indústrias para elas, mas ainda impedindo as mesmas de desenvolverem parte da tecnologia localmente. Essa é a conjuntura do modelo de substituição de exportações, quando foram deslocadas para periferia do sistema, maquinários considerados já obsoletos, ficando a parte da produção de bens de capitais, restrita ao centro da economia global.

Destaca-se então que a industrialização no Brasil e na América Latina, contribuiu para reafirmar a dependência desses países em um novo patamar. O Brasil por exemplo conseguiu produzir até armamentos avançados, mas havia limites nessa produção. Limites financeiros, já que dependia sobremaneira da capacidade de investimento do Estado. E também os limites geopolíticos, já que durante anos o Brasil sofreu pressão dos Estados Unidos para assinar o tratado de não proliferação de armas nucleares, para que com isso sua inovadora tecnologia de supercentrífugas ficassem à mercê de inspeções de

²Contudo, o mais ousado projeto da MB surgiria em fins dos anos 70. Trata-se do plano de construir no país um submarino de propulsão nuclear, o denominado Projeto Chalana. O processo que levou a essa decisão é ainda mais nebuloso e talvez leve tempo até que possamos alcançar algum conhecimento sobre ele. Parece certo que a decisão se deu no quadro da aspiração brasileira a se transformar em potência mundial até o fim do século XX. Com a deterioração da situação financeira a partir do final da década de 70 e a crise do governo militar, até seu término em 1985, desapareceram as condições favoráveis ao projeto. Durante anos, desenvolveu-se em ritmo lento. (FILHO, 2010, p. 69-70).

inspetores internacionais, o que poderia violar o segredo por trás dessa tecnologia. Tudo porque a fase que o capitalismo vive agora ainda é a imperialista, na qual há transferência de Capital do centro para a periferia. Foi uma maneira que encontrou-se para lidar com o excesso de capitais que a antiga forma de livre concorrência havia gerado para os países centrais, com destaque para a Inglaterra que tinha partes importantes da Ásia e da África como suas colônias.

A fase imperialista e monopolista do capitalismo na qual os bancos passam também por um processo de concentração de capital nas mãos de poucos, os grandes bancos suplantam os menores, e passam a realizar operações financeiras diversas de sua atividade fim, ou seja, o de intermediar e estocar a moeda. Esse novo papel dos bancos será fundamental na fase imperialista, já que eles ajudam na concentração, ao começar a comprar parte do Capital das empresas, associando-se a elas, ou então assumindo uma posição de destaque no controle acionário. É então que se emergirá a categoria de capital financeiro, que é em poucas palavras a fusão entre o capital bancário e o capital industrial.

A dominação ocorre a partir do sistema de participação, na qual uma empresa possui uma parte de uma segunda que é sua fornecedora, que por sua vez também possui participação em uma terceira que também aprovisiona algo para a fornecedora. Através desse sistema, mesmo sem possuir a maioria de ações dentro de uma empresa, é possível controlar todo o processo produtivo de uma determinada cadeia. Esse artifício é fundamental hoje em dia, encontrando-se amplamente disseminado entre as maiores companhias, dentre as quais algumas brasileiras como a Embraer ou a Odebrecht, que dentro de seus grupos, possuem empresas que atuam na área de defesa ou segurança. Dentro do contexto da industrialização do Brasil, fundamentando em Lenin (2012), afirmamos que:

(...) Por isso, sem esquecer o caráter condicional e relativo de todas as definições em geral, que nunca podem abranger as múltiplas relações de um fenômeno na integralidade de seu desenvolvimento, convém dar uma definição do imperialismo que inclua as seguintes cinco características fundamentais: 1) a concentração da produção e do capital alcançou um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação baseada nesse 'capital financeiro', da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais de capitais, diferente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5) conclusão da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo

é o capitalismo no estágio de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro; em que a exportação de capitais adquiriu marcada importância em que a partilha do mundo pelos trustes internacionais começou; em que a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes terminou. (LENIN, 2012, p.124-125).

O capitalismo ainda vive assim sua fase monopolista, com as empresas se concentrando cada vez mais – principalmente devido ao contexto de crise econômica – por sua vez a exportação de capitais transformou-se de várias maneiras durante o século XX e XXI, assumindo por exemplo o conteúdo das transferências de tecnologia. E por último a própria partilha do mundo alterar-se, entrando nela, países que ainda não podem ser considerados “desenvolvidos” como é o caso do Brasil. Que se submete ao imperialismo dos países centrais, e os reaplica em países ainda menos desenvolvidos do que ele, como são os casos de na América Latina e na África, no qual empresas brasileiras agem tal qual os monopólios dos países desenvolvidos. Ressalta-se o caráter de desenvolvimento desigual e combinado que atravessa a história do Brasil, que tornou-se um país industrializado, mas que ainda é explorado pelos os países desenvolvidos, cumprindo assim também uma função imperialista.

Partindo dessas premissas, é possível estabelecer alguns pontos sobre a indústria de defesa no Brasil: 1) ela surge antes da industrialização maciça do país, ainda de forma embrionária, quase artesanal; 2) cumprirá um papel fundamental de criação de matérias primas principalmente no ramo da química por conta da Fábrica de Pólvora de Piquete; 3) formará os engenheiros em diversas áreas, que irão trabalhar na nascente indústria do país na década de 1950; 4) emergirá como grande fomentadora de tecnologias na década de 1970; 5) sofrerá com a concorrência e a falta de financiamentos, o que levará à bancarrota na década de 1990. A indústria de defesa, assim desempenha uma função na era industrial brasileira, ainda que esse posto não seja por todo divulgado. A exemplo da posição cada vez mais central que esse setor da indústria passa a ter na reprodução do capital a nível global.

A teoria leninista sobre o imperialismo é uma síntese de todo o debate construído. O intento da obra era tentar compreender as causas político, econômica e sociais que fizeram com que a Primeira Guerra Mundial eclodisse, e a socialdemocracia alemã naufragasse enquanto uma alternativa para a classe trabalhadora, ao adotar o discurso da burguesia e pregar a participação na guerra, excluindo o caráter internacionalista do movimento operário em nome do nacionalismo. As observações de Lenin sobre o

imperialismo continuam atuais depois de quase um século, bem como as colocações sobre o militarismo feitas pela revolucionária alemã Rosa Luxemburg (1988).

Mas Lenin não analisa um aspecto que Rosa Luxemburg capta em sua obra “Acumulação do Capital”, que é o papel do militarismo. Segundo ela o militarismo possuiu uma função fundamental na história do capitalismo, dentro da fase da acumulação primitiva ele foi responsável pela conquista do Novo Mundo e da Índia, destruindo tudo aquilo que se colocava como um obstáculo para a expansão capitalista (LUXEMBURG, 1988, p. 89). Em sua função moderna, Rosa destaca, que o militarismo passa agora a cumprir um papel diretamente ligado à outra etapa da produção, desta vez na realização da mais-valia do capital. Nas palavras de Rosa:

A isso há que acrescentar outra função importante. Do ponto de vista estritamente econômico o militarismo já se revela um meio de primeira ordem para a realização da mais-valia do capital, ou seja, um bom campo para a acumulação. Ao analisar a questão dos eventuais consumidores da massa de produtos em que se encontra a mais-valia capitalizada, por várias vezes recusamos inserir o Estado e seus órgãos nessa categoria. Como representantes de fontes de renda derivadas, os incluímos na mesma categoria que a dos beneficiários da mais-valia (e, em parte, dos salários), categoria à qual também pertencem os representantes das profissões liberais e todos os tipos de parasitas da sociedade hodierna (‘rei, padre, professor, prostituta e soldado’). A resolução dessa questão apenas se verifica por completo caso se observem dois pressupostos. Primeiro, se seguirmos o esquema de reprodução de Marx, admitindo que o Estado não dispõe de nenhuma outra fonte de renda além da mais-valia e dos salários capitalistas; segundo, se considerarmos o Estado e suas instituições exclusivamente como consumidores. O consumo pessoal dos funcionários (bem como o do soldado) – desde que realizado com os recursos dos trabalhadores – significa uma transferência parcial do consumo da classe operária para o séquito da classe capitalista. (LUXEMBURG, 1988, p. 89-90).

O papel do Estado, no capitalismo da era imperialista não se resume a transferir e devolver parte da mais-valia³ aos capitalistas via salário dos seus funcionários, a nova

³Pois bem: o capitalista compra a força de trabalho dos trabalhadores pelo seu valor, paga-lhes um salário que corresponde ao valor da sua reprodução. Até aqui, como se verifica, não há diferença significativa entre a compra, pelo capitalista, de meios de produção e força de trabalho: aí se revelará a peculiaridade da força de trabalho, aquilo que faz dela uma mercadoria *especial*. Com efeito, comprando a força de trabalho do proletário pelo seu valor, o capitalista tem o direito de dispor do seu valor de uso, isto é, de dispor de sua capacidade de trabalho, capacidade de movimentar os meios de produção. Mas a força de trabalho possui uma *qualidade única*, um traço que a distingue de todas as outras mercadorias: **ela cria valor** – ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa. E é justamente aí que se encontra o segredo da produção capitalista: **o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na**

função utiliza-se também das compras governamentais para possibilitar a transferência da mais-valia acumulada, em grandes montantes, para a propriedade da burguesia. Essa função se torna fundamental nos momentos de crise, quando a demanda reprimida da maior parte da população é suprida pelo Estado. Nesse ponto, o setor da defesa se torna peça fundamental, já que se opta por armas cada vez mais modernas, levando à uma desenfreada corrida armamentista. Nas palavras da própria Rosa novamente:

Tudo antes figuraria como poupança do camponês, entesourada pela pequena classe média, e se destinasse normalmente a aumentar o capital depositado em bancos e Caixas Econômicas, em busca de aplicações, transforma-se, de posse do Estado pelo contrário, em demanda e investimento potencial do capital. Em vez de um grande número de pequenas demandas de mercadorias, dispersas e díspares temporalmente (mais fáceis, portanto, de serem satisfeitas pela pequena produção mercantil e por isso mesmo desinteressantes para a acumulação do capital), tem-se agora uma demanda potencial homogênea concentrada no Estado. Para sua satisfação essa demanda pressupõe, no entanto, a existência prévia da grande indústria, da produção em grande escala, ou seja, das condições mais favoráveis à produção de mais-valia e à acumulação. Sob a forma de encomenda de material bélico feita pelo Estado, esse poder de compra concentrado das grandes massas de consumidores escapa, além disso, do arbítrio e das flutuações subjetivas do consumo pessoal, para adquirir regularidade quase automática, um crescimento rítmico. Para finalizar, a alavanca desse movimento rítmico e automático da produção bélica capitalista encontra-se em mãos do próprio capital – mediante o mecanismo da legislação parlamentar e da criação dos meios de comunicação destinados à formação da assim chamada opinião pública. Eis por que esse campo específico de acumulação de capital parece ser dotado, em princípio, de uma capacidade de ampliação indeterminada. Enquanto qualquer outra ampliação do domínio de mercado e da base operacional do capital dependem, em grande parte, de aspectos político, sociais e históricos, que atuam fora da esfera de vontade do capital, a produção bélica representa um domínio cuja ampliação sucessiva e regular parece depender antes de mais nada das próprias intenções do capital. (LUXEMBURG, 1988, p. 97).

Talvez um dos erros da análise de Rosa, seja não levar em conta o papel dos bancos e do capital financeiro na mudança geral dentro do capital das empresas, ou seja atribui-se que as empresas sejam uma companhia só, e assim não expandam a utilização desse instrumento das compras governamentais para outros setores, algo possível já naquela época e que hoje encontra-se disseminado. Ademais, ela ressalta também que as companhias utilizam amplamente da mídia e do parlamento para tentar gerar a demanda

sua utilização (uso) – e este último é maior que o primeiro. O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo o seu valor de uso. (BRAZ, NETTO, 2009, p. 100).

de seus produtos – algo também bem atual, e objeto central desse trabalho – assim a corrida armamentista anterior à Primeira Guerra (período no qual Rosa fez sua análise), foi em grande maneira alimentada pela mídia, que divulgava o nacionalismo como algo fundamental ao país. Quanto ao papel do parlamento, basta lembrar que um dos marcos da falência da Segunda Internacional, foi o momento no qual o Partido Socialdemocrata alemão votou a favor dos créditos de guerra, empurrando a Alemanha para o conflito com anuência dos trabalhadores. Atualmente no Brasil, tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal possuem comissões permanente que integram os assuntos de defesa e relações exteriores. E também onde, documentos de políticas públicas como a Estratégia Nacional de Defesa são discutidos e aprovados nas casas legislativas. Assim a teoria de Rosa, mostra-se atual.

Apesar da atualidade, o capitalismo sofreu algumas alterações, o capital nesse interregno de tempo atravessou duas profundas crises (a de 1871-1895, e a de 1929-1939). Diversas Revoluções Socialistas, com destaque para a russa de 1917. Precisou assim se adaptar à diversas conjunturas desfavoráveis, além de buscar respostas para dinâmicas internas próprias como a lei “tendencial da taxa de lucros⁴”. Na tentativa de escapar desta última, o capital se apropriou do instrumento do militarismo, imprimindo toda uma nova dinâmica no que diz respeito ao Estado. Assim, gestou-se a grande necessidade de atualizar armamentos, nem que fosse apenas para garantir a paz. Criou-se assim uma simbiose entre Forças Armadas, indústria, e cientistas, formando aquilo que o filósofo húngaro István Mészáros, na sua obra “Para Além do Capital” (2009) chamará de “Complexo Industrial Militar”.

Esse novo ente criou uma dependência total, baseando-se na necessidade de reprodução do capital, o Estado garante uma demanda fixa de produtos, do qual o setor de defesa é sua feição mais observável, e da qual ele sempre demanda, mais e mais. Ao mesmo tempo entra os cientistas, que devem criar inovações, que justifiquem novas armas. As empresas entram no circuito oferecendo essas novas armas, ou desenvolvendo-

⁴[...] o mesmo movimento que atende ao interesse *particular* de cada capitalista é o que colide com o interesse do *conjunto* dos capitalistas (da *classe* capitalista). Um capitalista inovador introduz um método produtivo que reduz seus custos e, assim, ao vender sua mercadoria ao preço de mercado, apropria-se de uma mais valia adicional: o novo método, reduzindo o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria, reduz-lhe o valor, mas os capitalistas que não dispõem desse método mantêm o preço de mercado acima daquele valor – e é desse diferencial que se aproveita o capitalismo inovador. Mas a pressão da concorrência obriga os outros capitalistas a adotarem o novo método; assim que ele está generalizado, cai o preço de mercado e desaparece a vantagem obtida pelo capitalista inovador. (BRAZ; NETTO, 2009, 150-151).

as em conjunto com o Estado. De acordo com Mészáros (2009), será essa nova dinâmica e não o keynesianismo a real solução para a crise que atingiu o capitalismo em 1929:

Apesar de todas as autoglorificadoras mitologias keynesianas e neokeynesianas em contrário, o verdadeiro fundamento material da expansão foi o novo dinamismo do complexo militar-industrial já existente, mesmo que ainda distante da sua extensão completa) na época dos acordos de Breton Woods, que apenas ajudaram a intensificá-lo. Dessa maneira, as várias estratégias do keynesianismo foram *complementares* à expansão desembaraçada do complexo militar-industrial, em vez de independentemente aplicáveis às condições verdadeiramente produtivas, viáveis também no socialismo. (Isto deveria, no mínimo, servir de advertência a todos aqueles que tentam divisar – em linhas neokeynesianas – estratégias ‘econômicas alternativas’ para o futuro.) Afinal de contas a teoria keynesiana já estava completamente desenvolvida na sequência imediata da crise de 1929/33 e mesmo bem antes disso, em seus traços gerais. Apesar das excepcionais conexões do autor com o *establishment* na ausência de um veículo material de implementação estatal adequadamente perdulário que fosse ao mesmo tempo dinâmico e ideologicamente respeitável, ela teve que permanecer como um grito no deserto. (MÉSZÁROS, 2009, p. 685-686).

A corrida armamentista e espacial entre Estados Unidos e União Soviética se tornou o motor e a continuação da dinâmica encontrada durante a Segunda Guerra Mundial, concretizando uma fase de expansão inédita da economia capitalista, capitaneada pelos Estados Unidos. É justamente nessa fase que foi possível ao Brasil expandir sua indústria e desenvolver seu setor de defesa, sem que isso significasse uma ameaça à economia dos EUA e de outros países desenvolvidos. Ao contrário, encontrou nos mercados consumidores de outros países dependentes, um terreno fértil para seus produtos e maquinários obsoletos.

Ainda segundo Mészáros (2009), a sorte das economias capitalistas tornou-se extremamente ligada à dos Estados Unidos, que passou a se apoiar em enormes déficits orçamentários para sustentar a corrida armamentista e espacial com a URSS, isso era possível pela vigência dos contratos de Breton Woods⁵ que instituíam a convertibilidade

⁵Para os reformadores de Bretton Woods, a estabilidade do câmbio e dos juros era fundamental para a tomada de decisão na esfera produtiva do capitalismo. Uma decisão de longo prazo, como é o caso de um grande investimento, requer um horizonte razoável de segurança, e para isso duas taxas devem oferecer certo grau de previsibilidade: a taxa de juros e a taxa de câmbio. Esses são dois preços-chave da economia que informam fundamentalmente a decisão capitalista: a taxa de juros indica qual é a conveniência de que o detentor da riqueza a mantenha sob a forma de capital monetário ou invista sob a forma produtiva, ou qualquer outra forma. Para isso, a estabilidade da taxa de juro em um patamar moderado é fundamental. No caso da taxa de câmbio, o que se espera é que esta amplie o horizonte de paridade entre o dinheiro particular – as moedas nacionais – e a moeda de referência mundial. Se esses preços flutuam erráticamente, a decisão do capitalista torna-se totalmente desordenada. (BELLUZZO, 2009, p. 284-285).

do ouro em dólar, o que tornou a moeda estadunidense a base para todas as trocas no “mundo capitalista”. De maneira que a economia dos EUA tornou-se o padrão a ser seguido por todos os outros países, nesse momento é que a ideia de *spin-off*⁶ do setor militar para o setor civil se torna o padrão quando se pensa nos benefícios de uma indústria de produtos de defesa. Para o autor húngaro (2009):

3º) A estreita interligação entre as economias de todos os países capitalistas ocidentais e os Estados Unidos vem a ser o fator mais significativo para avaliar o verdadeiro peso e a importância do complexo militar-industrial para o contínuo funcionamento ‘saúdável’ do capital global. Isto ocorre porque a economia dos Estados Unidos, de longe a mais extensa e dinâmica do mundo ocidental, é sustentada, ao longo de todo o período do pós-guerra, por orçamentos astronômicos de defesa (apesar da ameaçadora dívida interna e externa). Em sua capacidade para sustentar os níveis de produção existentes em seus próprios países, todas as sociedades capitalistas avançadas são profundamente dependentes do mercado em expansão dos Estados Unidos, o que por sua vez, é absolutamente impensável sem assegurar os astronômicos orçamentos (e déficits) de defesa, sobre os quais tão fortemente se apoia a dinâmica expansionista do conjunto da economia americana. (MÉSZÁROS, 2009, p. 686-687).

Essa prevalência do setor bélico sobre todos os outros dentro das dinâmicas das economias desenvolvidas não seria possível sem um elemento fundamental apontado por Mézáros (2009). O complexo militar-industrial elimina a distinção vital entre consumo e destruição. Solucionando dois problemas, o primeiro envolve os recursos limitados a que uma sociedade tem acesso, e o segundo a constituição do consumidor, que possui certas limitações naturais às suas necessidades. Para ele:

⁶Para iniciar a análise da Rede de Revitalização, tarefa que se prolongará por boa parte deste livro, é conveniente ter em mente os argumentos que compõem a cultura institucional da Rede de Revitalização. Eles podem ser agrupados em cinco blocos. Os dois primeiros têm a ver com o conceito efeito de *spin-off*, isso é, com um efeito de transbordamento ou “espirramento” dos resultados tecnológicos e econômicos desencadeados pelo gasto militar no setor da defesa, para o setor civil da economia. Ou com a suposição de que a tecnologia desenvolvida para propósitos militares tem (ou pode ter) significativas aplicações para a produção civil, e que essas aplicações teriam um impacto positivo na capacitação tecnológica e em termos econômicos. O terceiro, inspirado no que é entendido como sendo a realidade dos grandes produtores de sistemas de armas, é o da obtenção de ganhos de comércio exterior por meio da exportação de DM que a revitalização permitiria. O quarto, mais próximo à tradição latino-americana, é o da substituição de importações; isto é, a possibilidade de evitar a importação dos sistemas de armas demandados pelas FAs, o que reduziria a vulnerabilidade à bloqueios e embargos causada pela dependência de fontes não locais de suprimentos e itens de reposição. O quinto, inspirado talvez na realidade de alguns países periféricos durante a Guerra Fria, ou no comportamento do que se tem denominado países ‘rebeldes’, é o das vantagens geopolíticas, de defesa dos interesses nacionais, de aumento da capacidade de barganha em relação às grandes potências, ou de projeção de poder em relação a países mais fracos, que a produção local de MD proporcionaria. (DAGNINO, 2010, p. 37).

O complexo militar industrial resolve com sucesso essas duas restrições fundamentais. Com relação à primeira dimensão, ao contemplar a antiga prática romana do ‘desperdício conspícuo’ na forma do ‘devorar saladas de pérolas’, torna-se irresistível a conclusão de sua decadente gratuidade; enquanto, ao contrário, consegue-se legitimar como dever patriótico absolutamente inquestionável o verdadeiro desperdício de ‘devorar’ recursos equivalentes a bilhões de tais saladas através dos anos, enquanto milhões incontáveis têm de suportar a inanição como o ‘destino’ do qual não podem escapar.

Do mesmo modo, em relação ao segundo aspecto vital, o complexo militar-industrial remove com sucesso as restrições tradicionais do círculo de consumo definido pelas limitações do apetite dos consumidores. Nesse aspecto, ele corta o nó górdio altamente intrincado do capitalismo ‘avançado’ ao reestruturar o conjunto da produção e do consumo de maneira a remover, para todos os efeitos e propósitos, a necessidade do consumo real. Em outras palavras, aloca uma parte maciça e sempre crescente dos recursos materiais e humanos da sociedade a uma forma de produção parasitária e que se *autoconsome*, tão radicalmente divorciada e, na verdade, oposta à real necessidade humana e seu consumo correspondente que pode divisar como sua própria *racionalidade* e finalidade última até mesmo a total destruição da humanidade. (MÉSZÁROS, 2009, p. 687-688).

O resultado final é justamente a criação de um complexo, que elimina aparentemente algumas das contradições mais evidentes do capital, mantendo de forma contínua o seu ciclo de reprodução. Gerando uma demanda contínua para diversos setores da economia, ligados direta ou indiretamente ao setor de defesa. E mais, como visto anteriormente, por conta da lei do desenvolvimento desigual e combinado, nada impede que países dependentes repliquem esse sistema. Por sua vez, esses mesmos países mantêm suas relações de subordinação aos países centrais, possuindo limitações no desenvolvimento de tecnologias; ainda que haja alguma ou outra transferência, a mesma já é pensada através de uma “vida útil” podendo ser empurrada para a periferia, para manter perante seus pares uma postura de líder benevolente.

Por essa razão, e como apresentado por Rosa Luxemburg esta pesquisa trabalhará a interface entre a mídia e o modo como a mesma impacta na sociedade, disseminando informação e ideologia⁷ para todo o conjunto da população. A imprensa possui um papel fundamental na luta ideológica. Ela funciona dentro de um imenso aparato de instituições, que dentro do Estado moderno, justifica e possibilita a hegemonia de uma classe sobre a

⁷Recuperando um enxerto de Antonio Gramsci, destacado por Leandro Konder:

O processo desse erro pode ser facilmente reconstituído. 1)A ideologia é identificada como distinta da estrutura, e afirma-se que não são as ideologias que mudam a estrutura, mas, ao contrário, é a estrutura que muda as ideologias; 2) afirma-se que determinada solução política é “ideológica”, isto é, insuficiente para mudar a estrutura, quando acredita que poderia muda-la; afirma-se, então, que ela é inútil, estúpida etc.; 3) passa-se, por fim, a afirmar que toda ideologia é “pura” aparência, é inútil, estúpida etc. (GRAMSCI apud KONDER, 2003, p. 104).

outra e o controle do Estado. Exercendo a função daquilo que Antonio Gramsci (2007)⁸, definiu como “aparelhos privados de hegemonia”. Carlos Nelson Coutinho (2008), ao analisar a teoria do Estado ampliado no marxismo explica essa categoria de Gramsci da seguinte forma:

Mas, além dessa distinção funcional, as duas esferas distinguem-se ainda por uma *materialidade (social) própria*: enquanto a ‘sociedade política’ tem seus portadores materiais nos ‘aparelhos coercitivos de Estado’, os portadores materiais da sociedade civil são o que Gramsci chama de ‘aparelhos ‘privados’ de hegemonia’. Enquanto os primeiros como o nome indica, implicam um constrangimento do qual o governado não pode escapar (se suas determinações não são cumpridas, isso tem como efeito uma sanção coercitivamente aplicada), os segundos são organismos sociais ‘privados’, o que significa que a adesão aos mesmos é voluntária e não coercitiva, tornando-os assim relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito; mas deve-se observar que Gramsci põe o adjetivo ‘privado’ entre aspas, querendo com isso significar que – apesar desse seu caráter voluntário ou ‘contratual’ – eles têm uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das *relações de poder* em dada sociedade. (COUTINHO, 2008, p. 54-55).

Esse aspecto de “dimensão pública” dos aparelhos privados de hegemonia se torna manifesto no que diz respeito à imprensa: ela atinge milhares de leitores, ouvintes ou telespectadores, e chega a lugares onde mesmo o Estado encontra dificuldades (como o interior da floresta Amazônica). Como é um ente privado, ela vai agir de acordo com os interesses da classe que dela é proprietária. Através dos editoriais e colunas de opinião, os jornais expõem não só sua linha editorial, como replicam uma ideologia da qual são partidários. Corroborada em sequência por reportagens, possibilitando incutir ideias em toda a população, mobilizando-a em situações específicas para defender seus interesses.

Nos momentos de maior acirramento da luta de classes – ainda anteriores a um processo revolucionário – o aspecto de manipulação ideológica da imprensa torna-se mais

⁸O desenvolvimento do jacobinismo (de conteúdo) e da fórmula da revolução permanente aplicada na fase ativa da Revolução Francesa encontrou seu “aperfeiçoamento” jurídico-constitucional no regime parlamentar, que realiza – no período mais rico de energias “privadas” na sociedade – a hegemonia permanente da classe urbana sobre toda a população na forma hegeliana do governo com o consenso permanentemente organizado (mas a organização do consenso é deixada à iniciativa privada, sendo portanto de caráter moral ou ético, já que se trata de consenso dado “voluntariamente” de um modo ou de outro. [...] através de um processo completo, no qual se alternam a atividade propagandista e a atividade prática (econômica, político-jurídica); a base econômica, por causa do desenvolvimento industrial e comercial, é continuamente ampliada e aprofundada; os elementos sociais mais ricos de energia e de espírito criador elevam-se das classes inferiores até as classes dirigentes, toda a sociedade está em contínuo processo de formação e de dissolução, seguida de formações mais complexas e ricas de possibilidades; em linhas gerais, isto dura até a época do imperialismo e culmina na guerra mundial. (GRAMSCI, 2007, p. 93-94).

concreto. Francisco Fonseca, professor da PUC/SP, faz uma análise de um processo semelhante que ocorreu no Brasil no início da década de 1990. Com a pesquisa intitulada “O consenso forjado” (2005), o autor demonstra o modo como a grande imprensa atuou para concretizar a hegemonia entre economistas e políticos da “agenda ultraliberal”:

Sendo assim, este trabalho intenta compreender as *estratégias para a formação do consenso*, da hegemonia continuamente perseguida pelos grupos sociais em disputa num momento particularmente importante para o Brasil: a transição política (para a democracia) iniciada em 1985, mas que fora associada à transição econômica (reversão do modelo desenvolvimentista) sobretudo a partir de 1987, concretizando-se como tal desde 1990. Por sua vez, ambas as transições aqui ocorridas estiveram submetidas a um contexto internacional marcado pela transformação tanto da agenda político-econômica quanto dos valores ético-políticos, isto é, ao movimento conhecido como ‘onda liberal’, que significou, em verdade, enormes constrangimentos, sobretudo aos países periféricos. Contudo, como a hipótese aqui levantada é a de que os agentes investigados – que veremos abaixo – tiveram como alvo paulatinamente a constituição de uma Agenda Liberal, o objetivo último deste trabalho é compreender o desenvolvimento histórico no Brasil do liberalismo, numa perspectiva que procura evidenciar, por meio de atores concretos, as *idéias liberais no Brasil contemporâneo*. Assim, para este trabalho, consenso e hegemonia somente ganham significação à luz das idéias liberais. (FONSECA, 2005, p. 27).

O caminho traçado por aquilo que ele define como “agenda ultraliberal” não é um acontecimento único, basta apontar o papel da imprensa em grandes casos de corrupção, como o caso do impeachment do presidente Fernando Collor. É, portanto, um ente capaz de reconfigurar drasticamente as “relações de poder”⁹ internas. E a análise movimentos possibilita a compreensão de alguns aspectos das mudanças estruturais, muito embora somente ela não crie um panorama total do objeto.

⁹Assim, a **grande imprensa** é considerada, neste trabalho, a instituição que, nas sociedades complexas, é capaz de simultaneamente publicizar, universalizar e sistematizar as linhagens ideológicas. Isso porque a periodicidade diária (que lhe confere mais agilidade que as revistas semanais), com todo o aparato de manchetes, editoriais, artigos, charges, fotos, reportagens, dentro outros recursos, possibilita aos jornais uma influência sutil, capaz de sedimentar – embora de forma não mecânica – uma dada idéia, opinião ou representação. Não bastasse isso, as *trincheiras ideológicas* (ocupação das instituições produtoras de cultura entendida como *visão de mundo*), no contexto de uma *guerra de posições* (busca no poder mediante a conquista cumulativa de espaços ideológicos na esfera cultural/ideológica), são particularmente expressas nos jornais. Estes, para além da clareza do poder ideológico que possuem, objetivam a veiculação de idéias que influenciem: a chamada *opinião pública* (discutiremos abaixo este conceito), os detentores do poder estatal, e determinados segmentos sociais (dos quais, por vezes são os porta-vozes). O que pode ser confirmado, a rigor, pela intensa participação que estes jornais tiveram em momentos candentes da história política do País, tais como, dentre muitos outros exemplos, o envolvimento do jornal *O Estado de S. Paulo* na chamada ‘revolução constitucionalista’ em 1932, assim como a participação de parcela significativa da grande imprensa nas conspirações que levaram ao golpe de 1964. Contemporaneamente, a influência que o jornal *Folha de S. Paulo* obteve na campanha das ‘diretas-já’, em 1984, é bastante significativa.” (FONSECA, 2005, 29-30).

Ao explicitar o modo como se apresenta o poder da imprensa, é possível retomar a compreensão da “Rede de Revitalização”¹⁰ e o papel que ela terá na Estratégia Nacional de Defesa. A imprensa emerge ao lado dos empresários do setor como os integrantes de maior poder de persuasão; e por essa razão, esse projeto volta-se então para a análise de diversos sites sobre o assunto, tendo em vista que houve uma migração dos leitores para os veículos online.

Este trabalho toma para si essas teorias aqui expostas, constituindo-se em quatro capítulos, onde indicará pontos, tais como o desenvolvimento das políticas nacionais de defesa. No que toca ao primeiro capítulo, seu objetivo é situar historicamente como ocorreu o debate em algumas publicações, nas quais os militares eram hegemônicos. Trata-se da revista A Defesa Nacional entre 1913 e 1919, editada pelo grupo de militares intitulados Jovens Turcos; e a revista Cultura Política, esta, editada por um órgão de Estado, o Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo (1937-1945), que perdurou entre 1941 e 1945. Ambas as publicações trazem como linha principal a necessidade do país em constituir um parque industrial robusto, que produzisse bens de capitais, que por sua vez desse ao país, meios de produzir seus próprios armamentos para a defesa de seu território. Na sequência, foca-se no debate sobre nacionalismo, nas décadas de 1940 e 1950, com destaque para como isso se traduzia nas páginas da Revista do Clube Militar, importante veículo de divulgação de um projeto de nação pautado também no desenvolvimento da indústria de base, que possibilitasse ao país desenvolver seus próprios meios de defesa. Como é possível observar, à margem dos acalorados debates, no qual o Clube Militar emerge como órgão central das discussões sobre os projetos de nação, houve o desenvolvimento da indústria de defesa, impulsionada pela indústria siderúrgica, possibilitou que a partir da década de 1950, a indústria bélica emergisse como um importante ramo industrial para o país, cujo ponto culminante será a década de 1980.

O segundo capítulo tratará sobre a história da Indústria de Defesa no Brasil, percorrendo um caminho que tem início ainda na época colonial, até chegar no seu auge na década de 1980.

¹⁰A essa Rede, formada por atores públicos (principalmente militares) e privados (empresários, jornalistas e pesquisadores) que participam do jogo da revitalização se denomina aqui Rede da Revitalização; (...) Num contexto de governança não hierarquizada, ela participa do jogo da revitalização aproveitando-se da vigência das normas democráticas que sancionam o exercício de pressões de grupos organizados para influenciar o processo de elaboração das políticas públicas a ela atinentes. (DAGNINO, 2010, p. 35).

Por fim, no terceiro e derradeiro capítulo, analisará os seguintes sites: “Defesa Net”; “Tecnologia & Defesa”; “Forças Terrestres”; e por último “Pode Naval” a hipótese que este trabalho tem como principal, é que estes veículos de imprensa, influenciaram as discussões sobre as políticas públicas do setor, resultando então nos principais documentos de política pública do setor de defesa e segurança. A Base da Estratégia Nacional de Defesa – END (2008) – repercutida pelos sites, era uma política de reequipamento das Forças Armadas, a partir de empresas nacionais, capacitando elas a desenvolver tecnologia. A hipótese aqui trabalhada é a de que a atual política, difere em muito daquelas gestadas no início do século XX, pois tem como base não o desenvolvimento do país, mas sim, dar à determinadas companhias, mais um meio de ter no Estado o comprador de seus produtos, e assim reproduzir aqui a mesma dinâmica que do Complexo Militar Industrial de Meszáros (2009), ou seja, as compras estatais passam a garantir que as empresas fujam da queda tendencial da taxa de lucro, em um momento de crise.

Capítulo 1 – A Indústria de Defesa como Possibilidade de Desenvolvimento Nacional

Ao longo do século XX, desenvolveu-se no Brasil – ainda que com grandes dificuldades – um polo de indústrias de produtos de defesa, do qual a EMBRAER é seu representante mais destacado. Essas empresas não surgiram espontaneamente. Tudo foi fruto de uma série de debates, que tiveram em algumas publicações o espaço de colocação de suas ideias, transformando assim em um debate público. Chocando-se ideias, com destaque para a dos defensores do nacionalismo, e do outro lado os ligados ao liberalismo.

Esses debates ocorreram de forma mais concentrada em alguns períodos, que são justamente alvos do primeiro capítulo desta dissertação. A começar pelo início do século XX, quando um grupo de militares (nacionalistas e conservadores), criou uma revista para ser porta voz de sua confraria, a revista chamou-se a “Defesa Nacional”, e o grupo foi apelidado de “Jovens Turcos”.

Posteriormente no período da Segunda Guerra Mundial, e que coincidiu com o Estado Novo, a revista “Cultura Política” – editada pelo próprio Estado Novo – tornou-se o veículo para disseminar projetos de nação, principalmente os que coadunavam com a necessidade do país em nacionalizar a extração de minerais e petróleo, além de criar uma indústria siderúrgica para servir de motor do desenvolvimento dos outros setores industriais. Essas e outras publicações de estratégia nacional e defesa serão abordadas em momento posterior deste trabalho.

1.1 – A questão nacional

Pensar sobre a questão nacional é pensar sobre o papel que os intelectuais possuem nesse debate e como eles o influenciam. Falar sobre ela no Brasil, não se resume ao período posterior à Primeira Guerra Mundial. Desde meados do século XIX, essa discussão ocorria em alguns ciclos, sobretudo de intelectuais, e em alguns momentos, como durante a Guerra do Paraguai, ele ultrapassou o ciclo restrito espalhando-se pela sociedade, o que também ocorreu durante a campanha pela abolição dos escravos na década de 1880.

O debate de então girava em torno de qual país iria se construir e qual o referencial teórico utilizado para fazer essas análises. Uma dessas visões de mundo postas era o positivismo, que no Brasil ganhou toda uma ressignificação, influenciando transformações progressistas como a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República. No caso do Evolucionismo, no Brasil a ideologia se tornou um meio de buscar

a particularidade do país, delimitando um lugar para si dentro da lógica evolucionista, tudo isso respeitando como dois princípios norteadores o meio e a raça. O jacobinismo no Brasil foi um movimento urbano ligado ao discurso do Marechal Floriano Peixoto e possuía um caráter progressista por defender as instituições nacionais e se posicionar contrário aos privilégios de classe. Viveu seu auge, no entanto, durante o governo Prudente de Moraes (1894-1898), quando a oligarquia agrária já havia recomposto seus privilégios de classe.

Marcia Moraes (2004) aponta que o nacionalismo se expressa no Brasil também através da literatura, destacando o livro de Lima Barreto “O triste fim de Policarpo Quaresma”. Divido em três partes, que resumia cada uma, três esferas da vida brasileira do período. Havia o projeto cultural, quando se propunha a troca da língua portuguesa pelo tupi-guarani; o projeto socioeconômico, com uma tentativa de redenção através do trabalho agrícola; e por último um projeto político, propondo uma adesão ao governo Floriano Peixoto.

Outros intelectuais de destaque no período abordado na dissertação de Marcia Moraes são Manoel Bonfim, José Veríssimo, Alberto Torres, Olavo Bilac e Oliveira Viana. Desses merece destaque para o objeto de estudo a postura de Alberto Torres e Olavo Bilac. Os dois eram antimilitaristas, Torres, era contrário ao serviço militar obrigatório, via mais importância na organização da burocracia estatal, e achava também que o serviço militar era uma forma antidemocrática de organizar as Forças Armadas, pois criava um estado feudal de classe, com os oficiais se colocando acima do povo. Além disso, o fortalecimento do Exército o elevaria como uma força política, por isso, ele defendia a Guarda Nacional. Já Bilac, como antimilitarista, divergia no ponto em como evitar que o Exército intervisse na política, enquanto em Torres a solução era o sucateamento, para Bilac, quanto mais militarizado o Exército fosse, menos ele interviria na política. O Exército aparece como elemento central para desenvolver a nacionalidade brasileira por conta de suas especificidades como sua hierarquia e disciplina próprias, o culto à bandeira, e ao fato de ser uma instituição organizada no país inteiro. A partir dessa evolução, retoma-se Paulo Cunha segundo o qual, o movimento jacobino, assim como a própria doutrina de soldado-cidadão evoluíram para eixos ideológicos à esquerda. O movimento jacobino brasileiro teve vida curta, pois carecia de uma base social atuante e significativa, assim como seus análogos europeus, segundo ele:

Pensamos que o fator decisivo para o desaparecimento do jacobinismo do cenário político foi outro. O movimento carecia de uma base social atuante e significativa, fator mobilizador característico dos movimentos análogos nos países da Europa, nos quais o nosso, em grande medida, se inspirava. Mais uma vez o povo faltou ao encontro. A derrota da III expedição a Canudos e a morte de seu maior líder, Moreira César, enveredaram para o ultranacionalismo e, quase em desespero de causa, em sua fase terminal, para o terrorismo. Ainda assim, percebe-se que esse ideário terá um grande significado importante para as gerações subsequentes e, em particular, com temas históricos como a defesa intransigente da soberania nacional, proteção de nossa indústria, a laicidade do Estado e identificação da causa republicana à causa patriótica e popular, muito caros à esquerda no século XX. (CUNHA, 2002, p. 30-31).

Justamente nesse ponto é preciso debruçar-se sobre o pensamento dos “Jovens Turcos” que era publicado na revista “A Defesa Nacional”¹¹. O grupo concebia que o Exército teria que atuar em duas frentes: uma de ordem cívica, na qual seria incutida noções de dever, patriotismo, desprendimento, solidariedade. Outra era o de caráter disciplinar, nos quais o trabalho, a disciplina e o progresso seria valores fundamentais. Assim a função do Exército era ser educador e ao mesmo tempo disciplinador, transformando o recruta em um soldado-cidadão.

Esmiuçando esse aspecto do pensamento dos Jovens Turcos é possível compreender o que de fato era seu projeto de modernização da sociedade. Quando se fala de uma doutrinação de todos os homens jovens, nos princípios da nacionalidade, e mais precisamente da disciplina, aponta-se para a tentativa de construir uma sociedade controlada, na qual os trabalhadores, com a disciplina do Exército aplicada nas suas vidas cotidianas, não contestariam a ordem existente, haja em visto que há ênfase de se educar os filhos dos imigrantes, cujos os pais foram responsáveis por introduzir as ideias anarquistas e socialistas no país. Desse modo são ideias que remetem à um pensamento conservador.

¹¹De acordo como seu regulamento fundador, o boletim era, em linhas gerais, composto por três seções distintas: o editorial, que dizia respeito ao modo de ver da comissão de redação e das altas autoridades do Estado-Maior; a seção de colaboração, que vinculava artigos de oficiais das forças armadas; e a seção “Noticiário”, que se destinava a divulgar informações de natureza militar, tanto de origem nacional, como estrangeira. Esta última seção abrigava uma subseção, intitulada “Notas Bibliográficas”, nas quais eram relacionados trabalhos de literatura militar brasileiras e internacionais, que eram enviados ao Estado-Maior por diferentes países, o que ajudava o Exército a acompanhar as inovações bélicas mundiais não somente através do envio de oficiais para o exterior, mas também do acompanhamento da literatura militar. Dentre essas publicações, destacamos a Militar Wochenlelatt (Alemanha); La Ingenieria (Argentina); La Belgique Militaire (Bélgica); Memorial de Artilheria (Espanha); Le Monde Militaire (França); Revista Militar Ilustrada (Guatemala); Boletín de Ingenieros (México); Boletín de Ministerio de Guerra y Marina (Peru); Revista Militar e Revista de Infantaria (Portugal); Revista del Centro Militar y Naval (Uruguai), etc. (LUNA, 2011, p.199-200).

A outra grande instituição aos olhos do grupo, era a escola primária, que teria a capacidade de também imprimir nos cidadãos o espírito de nacionalidade. Dessa maneira o ensino de características militares deveria ser ofertado desde o primário, para toda a população, o que prepararia toda ela para o serviço militar obrigatório. Para os “Jovens Turcos” era na infância que se despertava os sentimentos de solidariedade e de amor à causa pública, o que conduziria ao fim ao patriotismo.

O grupo utilizou a revista para criticar a cartilha de Afrânio Peixoto, chamada de “Minha Terra, Minha Gente”¹², adotada nas escolas do Distrito Federal. As críticas eram voltadas ao fato de a cartilha tratar a miscigenação de forma positiva; e principalmente por incentivar um suposto ódio de classe, a indisciplina social, apontando que no futuro a humanidade seria socialista. Para Marcia Moraes (2004), um dos motivos de crítica do grupo à Afrânio Peixoto, era o fato de ele se posicionar enquanto antimilitarista, chamando os militares até de parasitas. Ela pontua também, que essa crítica, oferece pistas para entender qual tipo de educação que o grupo defendia, ou seja, uma educação pública e gratuita, mas que inculcaria valores de obediência e estabilidade social, recusando-se assim a citar qualquer elemento insurrecional que a educação pudesse trazer.

Para os “Jovens Turcos”, o Brasil não poderia ser considerado uma nação, a não ser que fosse uma “nação improvisada”, sem raízes no passado, com uma formação étnica indefinida; por tudo isso, o país precisava se precaver de um perigo externo, e de um inimigo interno, que era a falta de coesão nacional. Outra visão, desta vez mais polêmica diz respeito ao modo como o grupo enxergava o problema da desigualdade social, para eles, ela se ligava à formação étnica, gerando dificuldades na constituição da nação brasileira¹³.

¹²Mas a crítica à cartilha, segundo Moraes (2004, p.117) não eram referentes apenas à miscigenação que originou o povo brasileiro. O problema para os militares, dessa Revista, era o conteúdo político que continha a Cartilha. A concepção de educação desses militares girava em torno da doutrina positivista, de não questionamento da ordem estabelecida. A característica positivista, de não questionamento da ordem estabelecida. A característica central para eles está na aceção de Oliveiros Ferreira (2007) de Partido da Ordem, onde a hierarquia deveria transcender as relações sociais, sendo que cada indivíduo deveria permanecer dentro do seu estrato social, sem conflito, mantendo as engrenagens do “sistema” funcionando perfeitamente. Nesse sentido, explica Oliveiros S. Ferreira, Marx definiu o Partido da Ordem sob o lema “Propriedade, Religião, Família e Ordem”. O ensinamento, por exemplo, de História deveria pautar-se apenas nos heróis nacionais e na grandeza do país, sem pormenorizar os aspectos que julgavam depreciativos. (OLIVEIRA, 2012, p.87).

¹³Era preciso atentar para a natureza especial da arte rudimentar dos elementos étnicos inferiores que entraram na formação no nosso povo, sobretudo nas baixas camadas; [...] neles predomina um profundo sentimento do patético, e que conduz naturalmente as suas preferências musicais para tons menores (A DEFESA NACIONAL, n.25, ano 2, 1915, p.40) (A DEFESA NACIONAL *apud* MORAES, 2004, p.120).

O grupo tinha como ideal de organização social a Alemanha Imperial, e por isso o primeiro problema que impedia o país de ser uma nação organizada era o próprio povo, por ser descivilizado e sem ideal. Outras dificuldades do Brasil eram a escravidão, o bacharelismo, o analfabetismo e a politicagem. E a solução aquela que já foi apontada pelo grupo: a reforma do Exército, para então reformar a nação. Em outras palavras, destaca a autora citando a revista:

[...] nas nacionalidades nascentes como a nossa, em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a formação de um povo, o Exército única força verdadeiramente organizada no seio de uma tumultuosa massa efervescente vai às vezes um pouco além dos seus deveres profissionais para tornar-se, em dados momentos, um fator decisivo de transformação política ou de estabilização social. [...] é debalde que os espíritos liberais, numa justificada ânsia de futurismo, se insurgem contra as intervenções militares na evolução social dos povos: é um fato histórico que as sociedades nascentes têm necessidade dos elementos militares para assistirem à sua formação e desenvolvimento, e que só num grau já elevado de civilização elas conseguem emancipar-se da tutela da força, que assim se recolhe e se limita à sua verdadeira função (A DEFESA NACIONAL, n.1, ano 1, 1913). A DEFESA NACIONAL *apud* MORAES, 2004, p. 121-122).

Para a autora, os Jovens Turcos atribuem a si mesmo uma atuação não intervencionista na esfera da política. Nesse ponto é preciso ressaltar qual a posição do grupo sobre a atuação dos militares na política, não se trata de assumir alguma das posições metodológicas clássicas, como a “Instrumental” ou então a “Organizacional”, mas de apontar qual era a visão que possuíam na década de 1910. Dito tudo isso, os “Jovens Turcos” eram contrários ao envolvimento dos militares na política, no entanto, eles dividiam a política em duas dimensões, uma política com p minúsculo, e outra com o p maiúsculo, sendo que se os militares precisassem intervir ou agir, deveria ser na segunda.

Para ela, os “Jovens Turcos não eram tão apolíticos, eles defendiam que o Exército não deveria participar da política partidária, o que provocaria o desgaste da instituição. O envolvimento quando ocorresse, deveria ser sem quebra de hierarquia, com a instituição agindo como um corpo, sem divisões. Ela recupera um trecho de Robert Hayes¹⁴, para

¹⁴Para Robert Hayes, a geração dos Jovens Turcos sobre uma cisão. Alguns deles, sendo Estêvão Leitão de Carvalho o principal exemplo, identificaram-se com o regime e acercaram-se dos oficiais superiores, em uma postura legalista, em nome do profissionalismo apolítico. Um outro grupo, sendo que o principal representante era Bertoldo Klinger, acrescido posteriormente, de Pedro Aurélio de Góes Monteiro, começou a vislumbrar a possibilidade de seguir-se uma nova orientação, na qual os conceitos de militar

explicar a divisão que existia entre o grupo. Para Marcia, os “Jovens Turcos”, são vistos pelos estudiosos como um grupo apolítico, no sentindo em que não havia uma intervenção direta deles na política. Mas, apesar da retórica, eles não defendiam uma atuação neutra, defendendo assim uma forte intervenção militar na política. Para haver uma nação forte era preciso um Exército forte, e para ter esse Exército forte era preciso adotar o serviço militar obrigatório. Adotar-se-ia o serviço militar obrigatório por dois motivos: o primeiro, o temor de uma invasão da Argentina; o segundo é o já citado quadro pessimista referente à realidade brasileira. Esse discurso sobre a obrigatoriedade do serviço militar, evoluiu dentro das páginas da revista “A Defesa Nacional”, chegando na concepção de que a obrigatoriedade, possibilitaria disciplinar a mão de obra para as fábricas.

Uma das vozes a se insurgir contra o serviço militar obrigatório será o movimento operário, que recebia uma forte influência do anarquismo e do socialismo, posicionando-se contrário, por conta dos princípios antimilitaristas dessas duas concepções de mundo. Pela sua força, o movimento operário liderou em alguns momentos a luta contra o serviço militar obrigatório¹⁵.

Como já apontado, tudo modifica-se com a Guerra do Contestado e com a Primeira Guerra Mundial. A ideia do serviço militar obrigatório era uma necessidade do próprio Exército, para poder renovar seus quadros, mas também a defesa do patriotismo e da cidadania como valores da nação. Evolui depois para a defesa da coesão nacional, o combate ao anarquismo e também ajudar na organização das indústrias. Segundo a autora citando a revista A Defesa Nacional:

Com a interpretação moderna de “Exército”, que não mais significa “bando mercenário” de homens armados e sim “nação armada” e instruída militarmente para a defesa de sua independência e integridade,

estadista e salvador militar pudessem ser fundidos em novo padrão de intervenção moderada que poderia ter as vantagens de fortalecer o Exército como instituição, enquanto o protegia da política partidária e também de resolver o problema do salvador militar no contexto do problema social (HAYES, 1991, p.131). (HAYES *apud* MORAES, 2004, p.123-124).

¹⁵Será no governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), que a questão do serviço militar obrigatório se fortalecerá enquanto pauta política. Mesmo um governo com força política e popularidade, como o de Hermes, não conseguiu implantar a reforma do Exército, para dificultar, o período é marcado por revoltas como a do Contestado e a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Acontecimentos que reforçaram a necessidade de reforçar o Exército, partindo da adoção do serviço militar obrigatório. Outro fato marcante do governo Hermes é que nele teve início a implantação de uma legislação trabalhista, exatamente quando a classe trabalhadora começava a se organizar. Nesse momento, as primeiras organizações operárias eram vistas como caso de polícia, somente em 1906, por influência do movimento anarquista que se organiza o primeiro congresso operário. Houve uma tentativa de cooptar esse movimento durante o governo Hermes com o governo encampando a organização da 2ª edição do congresso, com uma linha pró-governo, o movimento trabalhista conseguiu evitar essa manobra, e realizou o segundo congresso um ano depois em 1913, dessa vez de forma independente.

o aspecto militar exerce uma influência poderosa sobre os aspectos da vida nacional. O moral é aprimorado pelo exercício constante do devotamento e da abnegação que a ação militar exige; o econômico é influenciado não só pelo fator de ordem e disciplina, como pela robustez física que o serviço militar desenvolve, proporcionando assim ao serviço industrial elementos reais de êxito, e o político recebe fatalmente o influxo do aperfeiçoamento geral, pois qualquer ação política digna desse nome, como ação e diretriz que deve ser, é sempre forçada a procurar orientação em harmonia com os sentimentos e as necessidades do meio social. [...] O aspecto militar da preparação da defesa nacional é, pois, de uma importância que não pode ser contestada, maximé para uma nação que ainda não possui uma lama coletiva definida, ou melhor, para um povo que ainda tem em formação, o seu espírito de nacionalidade (A DEFESA NACIONAL, n.34, ano 3, 1916, p.307, grifo próprio). (ADEFESA NACIONAL *apud* MORAES, 2004, p. 136).

Os “Jovens Turcos” culpavam, no início as classes dominantes pela situação do país. E em 1915, tem início uma reforma implantada pelo ministro da Guerra Caetano Faria de Sá, que configurou-se na compra de novos equipamentos e a efetivação do sorteio para a convocação dos efetivos. Como já indicado anteriormente, se alterara a conjuntura referente à adoção do serviço militar obrigatória, principalmente pela Guerra gerar um sentimento nacionalista, culminando em uma campanha também de cunho nacionalista encabeçada pela criação da Liga de Defesa Nacional.

A adoção do serviço militar obrigatório tornou-se uma demanda das classes dominantes¹⁶ na medida em que passa a utilizar como contraponto às demandas do movimento operário. Segundo Marcia Moraes, a agitação anarquista e socialista chegou às Forças Armadas através da Revolta da Chibata em 1910, e posteriormente o movimento dos sargentos entre 1915 e 1916. Para tentar conter as greves de 1916, 1917 e 1918, tenta-se unificar a nação em torno do nacionalismo e de um inimigo em comum, para isso unem-se a Igreja, a Liga de Defesa Nacional e a Liga Nacionalista.

¹⁶A campanha nacionalista foi efetivada pela campanha da Liga de Defesa Nacional e pela Liga Nacionalista. Na opinião de João Quartim de Moraes, a Liga de Defesa Nacional possuía um objetivo mais concentrado que era a reforma do Exército, ao passo que a Liga Nacionalista, foi a materialização de um reflexo reacionário suscitado nos meios patronais e na opinião burguesa que possibilitou uma guinada à direita de uma parcela do movimento nacionalista. Assim, para o autor, a Liga Nacionalista, criada em 1917, tinha como objetivo precípua a ‘organização do trabalho’, isto é, a organização dos meios de repressão trabalhistas (MORAES, 1991, p.122) (MORAES *apud* MORAES, 2004, p.139).

Eis que surge então essas organizações como a Liga de Defesa Nacional¹⁷ e a Liga Nacionalista¹⁸, que se propõem a defender a constituição de um projeto de nação, que passava pelo Exército e pelos “Jovens Turcos”. É nesse sentido que eles encampam a proposta dos “Jovens” sobre o serviço militar obrigatório. Para isso, Olavo Bilac, um dos principais intelectuais que liderava a Liga de Defesa Nacional, elabora a concepção de um “cidadão-soldado” ao contrário da do “soldado-cidadão” de Benjamin Constant. Tiago Oliveira (2012):

Vamos identificar essa fundamentação exposta por Moraes, notadamente vinculada à perspectiva do Soldado-cidadão em Constant, observando nos discursos de Olavo Bilac de 1915. Podemos sugerir que tais discursos estavam baseados em Constant, refletindo os acontecimentos da História Brasileira, possibilitando a concepção de cidadania militar, ou seja, o conceito de “soldado-cidadão”, readaptado por Bilac em “cidadão-soldado”. Seria essa tendência jacobina dos militares, proporcionada por esses dois conceitos, a geradora ideológica pequeno-burguesa do tenentismo, de 1922 e da coluna Prestes-Miguel Costa, de 1924. Essa simbiose de influências, principalmente nas Academias militares, foi irradiada por intermédio de Benjamin Constant, que ao lecionar, divulgava seus pressupostos teóricos e filosóficos acerca do positivismo e dos conceitos acima mencionados. (OLIVEIRA, 2012, p. 41-42).

¹⁷A Liga buscava construir uma ideologia de Defesa Nacional baseada nos discursos proferidos por Bilac, os quais eram publicados e distribuídos. Havia o apoio do governo, sendo que, no futuro, o Presidente Venceslau Brás e o Ministro da Guerra, o General Caetano de Farias, respectivamente, seriam nomeados Presidente e Vice-Presidente honorário da Liga da Defesa Nacional. A disposição de personalidades nacionais para associarem seus nomes à Entidade serviu de exemplos aos líderes estaduais, para que ingressassem em Diretórios Regionais, os quais eram dirigidos pelos Presidentes dos Estados, conforme pudemos observar nas Atas da Direção Central da Liga. As conferências e manifestações patrióticas promovidas pela Liga, seu catecismo cívico e seu Manual de Educação Moral e Cívica contribuíram para o crescente clima de nacionalismo. (OLIVEIRA, 2012, p.92-93).

¹⁸A LN para dar amplitude e universalidade a seus objetivos declarou-se em seu estatuto, de 30 de maio de 1917, estranha a credos políticos, religiosos ou filosóficos e destinava-se, dentro das leis do País, a congregar e estimular os sentimentos patrióticos de todos os brasileiros. Eles queriam promover, por meio da entidade a solidariedade nacional, pregando a ideia de coesão material e moral entre as unidades da federação. Se observarmos, tendo como referência os escritos da Revista A Defesa Nacional, podemos inferir que a coesão material e moral nada mais era do que a mobilização para a Guerra, reunindo todos os Recursos Humanos e materiais. Nas letras b, c, d, e, f, g e h, do Estatuto estava previsto o trabalho pelo desenvolvimento do ensino primário, secundário, superior e profissional, e a difusão, em todas as classes sociais, da educação cívica e do culto ao patriotismo, promovendo e avivando o estatuto dos problemas que limitassem a prosperidade e a igualdade do país, combater a abstenção eleitoral, bem como as fraudes que corrompessem e viciassem o exercício do voto, aconselhar e facilitar a fundação de linhas de tiro (futuros Tiros de Guerra), associações de escoteiros e batalhões patrióticos, zelando pela boa execução das leis e preparo e organização militar, apoiando as medidas que interessassem à defesa nacional e fazer com que se tornasse efetivo, em todas as escolas estrangeiras, o ensino da língua pátria e da história do Brasil. Edgar Carone (1969) afirma que a classe média tinha temor em tomar atitude e que era subordinado às classes no poder, sendo inclusive, subserviente, Temos que refinar essa análise, por meio dos documentos que encontramos, principalmente, no tocante à Liga Nacionalista. (OLIVEIRA, 2012, p.138).

Marcia Moraes (2004) destaca, que para Bilac, o serviço militar obrigatório, seria o trunfo da democracia, o nivelamento das classes, o laboratório do patriotismo, da instrução primária, da higiene, da regeneração muscular e psíquica, da disciplina, ordem e coesão (tudo isso de acordo com Edgard Carone). João Quartim de Moraes, achava que a concepção de Bilac do cidadão-soldado possuía uma compreensão inovadora e progressista. Para Bilac, um Exército verdadeiramente nacional, eliminaria a “classe militar”, e o Exército deveria ser democrático, visando a defesa nacional.

A revista A Defesa Nacional enfatiza esse novo tipo de soldado. Tanto o Exército como o soldado acoplado à ideia de nação armada. Nesse novo tipo estava contido a solução para as guerras modernas, como um grande progresso moral. A defesa nacional deixará de ser dever de uma classe só para tornar-se o dever de todas as classes. A guerra deixou de ser apenas a luta entre duas nações, segundo Marcia Moraes (2004):

Então, sob a visão dos Jovens Turcos, fundem-se a concepção de soldado-cidadão e cidadão-soldado. Essa concepção de soldado seria o desaparecimento da divisão entre os militares e civis. Dessa forma, todo soldado seria um cidadão e todo cidadão seria um soldado. Todo cidadão, impregnado de espírito de patriotismo, se tornaria mais um elemento de defesa nacional. (MORAES, 2004, p. 142-143).

Para a Marcia Moraes (2004), independente da forma de direita ou esquerda que o “cidadão-soldado” assumiu, o que importava era a ideia de cidadania que ele assumia. Com a execução da lei do serviço militar obrigatório, liberava-se o Exército para sua verdadeira tarefa que segundo os “Jovens Turcos” consistia na organização da sociedade. Essa organização dar-se-ia através da educação, mas naquela época a imensa maioria da população era analfabeta, o que dificultava repassar os valores morais e cívicos à esses recrutas.

1.2 – O projeto industrial do grupo “Jovens Turcos”

Após 1916, os “Jovens Turcos” passaram a atuar diretamente no ensino, dando aulas na Escola Militar, no movimento que ficou conhecido como “Missão Indígena”¹⁹.

¹⁹Os jovens e enérgicos oficiais da chamada Missão Indígena ensinaram aos cadetes táticas e procedimentos germânicos abasileirados, no esforço deliberado para modernizar e estimular a mudança nos usos tradicionais do Exército. Como refletiu o segundo-tenente Odylio Denys, o objetivo daqueles oficiais era sacudir o “atraso e o sossego” do velho Exército. As turmas de 1918 e 1919 passaram por esse programa de treinamento. Foram as que forneceram a maioria dos tenentes rebeldes. Delso Mendes da Fonseca, membro da turma de 1919 e um dos principais participantes da revolta do forte de Copacabana, afirmou: “Duas turmas [...] foram responsáveis pela revolução em todo o Brasil: as turmas de 18 e 19 da Escola Militar. Onde tinham gente dessas turmas, essa gente era revolucionária. Era um sangue novo que se infiltrava no organismo [do Exército]”. Sua experiência na Escola Militar foi crucial na formação de uma geração militar notavelmente distinta. Osvaldo Cordeiro de Farias, membro da turma de 1918, recordou

Uma vez solucionado a questão do serviço militar obrigatório e da educação, o foco do grupo, voltar-se-ia para a Guarda Nacional. Além dela, os “Jovens Turcos” preocupavam-se com os rumos da Primeira Guerra Mundial. O novo modo de guerrear exigiria uma profissionalização do Exército, casando com objetivos de grupos como os “Jovens Turcos”. Por fim, o término da Guerra decidiria qual o país lideraria a modernização²⁰ do Exército brasileiro, se seria a Alemanha ou a França. Com a derrota da Alemanha na Guerra, a França é escolhida. Uma outra medida que também beneficiou o Exército foi o fim da Guarda Nacional, deixando apenas a Marinha e o Exército como Força Armada nacional. Segundo Nelson Werneck Sodré (2010):

Atos legislativos de 1915 e 1918 reformaram a organização do Exército; em 12 de janeiro deste último ano, era finalmente extinta a Guarda Nacional: passa a constituir o Exército de 2ª linha e, em consequência, à jurisdição do ministério da Guerra. Começam a organizar-se grupos de jovens oficiais que, colhendo observações na Guerra Mundial que se encerrara, batem-se por reforma profunda das instituições militares. Pretendem conferir-lhes a eficiência que outras apresentam. Uns julgam que o modelo deve ser o alemão, outros julgam que deve ser francês. Acabam por fundar uma revista, “A Defesa Nacional”, onde divulgam as suas ideias. A oficialidade antiga mostrava-se refratária a esse reformismo, entretanto. Está rotinada em longo período de estagnação, o período em que o Exército fora relegado a segundo plano e praticamente liquidado como instituição organizada. (SODRÉ, 2010, p. 253).

Antes disso, durante a Guerra, os “Jovens Turcos” elaboram uma nova concepção de defesa nacional, uma que ia além da simples “defesa nacional”, pautando-se pela criação de toda uma infraestrutura nos mais diversos ramos. Caso isso não fosse criado, o país ficaria à mercê do imperialismo dos outros países. Nas palavras de Marcia Moraes (2004):

Os Jovens Turcos ampliaram o conceito de defesa nacional, ao apresentar outros aspectos que se viriam acrescentar à idéia clássica de defesa da fronteira. Mas, o conceito de defesa nacional dos Jovens Turcos caminhava paralelamente à criação de toda uma estrutura referente a diversos ramos de atividade, que seriam setores essenciais. A defesa nacional, sob a visão de um grupo, incluía o alerta para o

que devido ao treinamento extraordinário, eram incrivelmente unidos, como verdadeiros irmãos, e entre eles não existia inveja nem segredos. Havia uma união indissolúvel que os ligava como membros de uma família. (MCCANN, 2007, p. 337-338).

²⁰A nação vitoriosa no conflito traria para sua indústria bélica imensa perspectiva de lucratividade. Para os beligerantes, continuar a produzir material bélico cada vez mais aperfeiçoado era de importância estratégica. A conquista dos compradores potenciais de armas, indispensável para manter a atividade industrial, tornava-se assunto pertinente aos comandos militares das grandes potências (DOMINGOS NETO, 2000, p.209) (MORAES, 2004, p.147).

perigo do imperialismo; a necessidade de um espírito de colaboração entre as nações sul-americanas; um novo conceito de patriotismo, defesa dos portos e desenvolvimento dos meios de comunicação. Dessa forma, a revista salienta que esse conceito de defesa nacional implicava solidariedade moral e efetiva de todos os ramos da atividade nacional; a sistematização e a convergência de suas capacidades e esforços (A DEFESA NACIONAL, n.202, ano 22, 1930, p.16). (A DEFESA NACIONAL *apud* MORAES, 2004, p.149).

Segundo Marcia Moraes (2004), a nova concepção de patriotismo dos “Jovens Turcos” tem o Exército como instituição principal, que também é responsável pela educação. Para o grupo, o patriotismo antigo era utópico, defendido por correntes filosóficas humanitárias e pacifistas. Essa visão incorreta dos elementos nacionais era inclusive uma das causas da estagnação nacional. Já o patriotismo de novo tipo era calcado segundo eles em elementos mais concretos, como defesa da indústria e comércio nacionais. Com isso, o grupo passou a articular o fortalecimento do Exército com o desenvolvimento de uma infraestrutura mínima e uma indústria de base. E mais, eles articulam que a falta de indústria e infraestrutura eram os elementos que provocaram a dependência do país e de toda a América do Sul.

Os “Jovens Turcos” defendiam o desenvolvimento da malha ferroviária por dois motivos, o primeiro era melhorar o deslocamento das tropas em solo brasileiro, o segundo é que essa expansão deveria obedecer às linhas comerciais do país. Uma outra preocupação do grupo era com a questão do imperialismo, o grupo chega a defender a união dos países da América do Sul para resistir em conjunto ao imperialismo, quando o mesmo voltasse sua estratégia para o continente ao fim da Guerra. Para Marcia Moraes (2004), ao triunfar na primeira batalha, a adoção do serviço militar obrigatório, o objetivo do grupo tornou-se a industrialização. Ela destaca que trechos da revista onde o grupo define seu modelo de desenvolvimento industrial:

Certo uma das indústrias que melhores oportunidades oferecerá à concorrência prevista, é a metalúrgica pela multiplicação de seus produtos todos de aplicação indispensável aos usos da vida. Estão a entrar pelos olhos os inestimáveis benefícios que resultariam se estivessem na competência mundial, ao menos para suprimos as necessidades do comércio interno e da defesa nacional (A DEFESA NACIONAL, n.47, ano 4, 1917, p.361). (A DEFESA NACIONAL *apud* MORAES, 2004, p. 155).

O grupo fala então sobre a alteração no interior dos Exércitos no que diz respeito ao papel dos arsenais²¹, que eram os órgãos responsáveis por manutenção dos armamentos, a tendência que se apontava naquele momento era que essas estruturas perdessem influência para as indústrias nacionais. No Brasil essas estruturas mantiveram-se ativas, mas também ganharam uma feição industrial. De acordo com Luiz Rogério Franco Goldoni (2011):

Obviamente, seria impossível para a Fábrica de Pólvora sem Fumaça reproduzir a inovação da indústria alemã, que alcançara esse estágio de produção ainda no século XIX. Todavia, diante dos atrasos da economia e da indústria brasileira e da ausência de universidades e centros de pesquisa, os avanços galgados por essa fábrica impressionam. Piquete seria uma importante fornecedora de insumos para a crescente indústria paulista e de variados explosivos para as Forças Armadas. Apesar de o regulamento interno de 1910 já prever a venda de sua produção para o mercado adaptando-a às necessidades civis e que empresas contratasse a fábrica para a realização de estudos técnicos, apenas em fevereiro de 1931, as Seções Comerciais (responsáveis pela distribuição e venda da produção) das fábricas militares seriam regulamentadas e, em alguns casos, criadas oficialmente. (GOLDONI, 2011, p. 71-72).

Faltava, na opinião do grupo, um tipo de indústria que possibilitaria a concreção de todos os outros ramos industriais que era a indústria siderúrgica. Obviamente a falta dela não era por si só o principal motivo para que o país não tivesse indústria. No entanto, o Brasil patinava no desenvolvimento industrial, o que impossibilitava entrar em ramos inovadores como o da aviação ou a automobilística, ou mesmo que o país fabricasse suas próprias armas.

Não sofre dúvida que a siderurgia nacional, as indústrias e manufaturas constituídas por iniciativas individuais, tornaram-se poderoso esteio na organização dos serviços de aviação, de comunicações e transportes, de formação sanitárias e outros. “Os automóveis de recentes modelos com aplicação à guerra, os aparelhos de voo, os mais aperfeiçoados tipos de veículos que seguem os exércitos”, são o resultado da experiência e recurso armazenados pela indústria particular no remanso da paz, apenas favorecida por medidas gerais de ordem governamental, comuns a cada grupo de especialidades (A DEFESA NACIONAL, n.46, ano 4, 1917, p.315, grifos nossos). (A DEFESA NACIONAL *apud* MORAES, 2004, p. 156).

²¹A fundação e o desenvolvimento desses estabelecimentos se concebe e se explica no tempo dos “exércitos profissionais”, quando só a indústria militar tinha a seu cargo a confecção dos elementos para as guerras, que então não eram feitas pela “nação armada”. Os arsenais existentes serão sem dúvida mantidos por muito tempo ainda; irão, porém, perdendo cada vez mais o caráter primitivo, ficando reduzidos a oficinas de conservação e reparos, adaptáveis ao preparo de acessórios e material de manufatura simples (A DEFESA NACIONAL, n.44, ano 4, 1917, p.250) (A DEFESA NACIONAL *apud* MORAES, 2004, 155-156).

Na continuação, o grupo debaterá sobre a quem caberá financiar essa industrialização, ou seja, se é papel do Estado financiar essa empreitada ou então se caberia à entes privados. Nesse ponto eles adiantam o mesmo debate que se dará no Estado Novo sobre o tema, a solução apontada por Getúlio Vargas para viabilizar a Companhia Siderúrgica Nacional será o empréstimo viabilizado pelos EUA, ou seja, capital externo. Para os “Jovens Turcos” também era necessário o capital externo para viabilizar essa empreitada, e que uma vez viabilizada, a indústria siderúrgica não deveria ficar à cargo do Estado. Para eles:

A observação do que tem ocorrido em todos os países onde a indústria brasileira representa hoje precioso elemento de progresso e riqueza, impulsionando órgãos de defesa nacional, evidencia que sua fundação e prosperidade derivam iniciativas e esforços particulares, que se desenvolvem sob o patrocínio dos governos sem co-participação direta destes nas empresas exploradoras. A elevada soma de capitais exigidos pelas instalações compatíveis com os processos mais econômicos de produção, o choque inevitável de interesses comerciais que colidem, os riscos de transações mal-encaminhadas, obstam a ingerência dos órgãos da administração pública em negócio tão complexo, cujo trato requer ampla liberdade de movimentos (A DEFESA NACIONAL, n.44, ano 4, 1917, p.250) (A DEFESA NACIONAL *apud* MORAES, 2004, p. 156-157).

Para garantir instituições de defesa forte, era necessário o desenvolvimento de uma infraestrutura com ferrovia, armas precisando para isso de ferro e aço em abundância, provenientes da indústria nacional. Marcia Moraes (2004) então destaca José Murilo de Carvalho, para quem a defesa de princípios tão diversos por parte dos “Jovens Turcos”, fez como que eles passassem a defender um novo conceito de defesa nacional, algo já destacado pela autora anteriormente.

Para Marcia Moraes o desenvolvimento de uma indústria do aço nacional fazia parte de um amplo projeto de defesa nacional, mas esse projeto não significa que os “Jovens Turcos” tinham uma concepção definida para o Brasil, segundo ela:

Essa questão nos remete novamente ao conceito de projeto “extra-sistêmico” de Décio Saes. Segundo esse autor, qualquer projeto de desenvolvimento que tivesse por objetivo defender o crescimento industrial, tinha necessariamente que pensar a superação da base econômica predominante. E para a superação da ordem econômica dominante, a oligarquia, se fazia necessário a superação da ordem política também dominada pela oligarquia. Assim, um projeto que tivesse como atividade predominante a indústria, tenderia a entrar em choque direto com os interesses da oligarquia e se, levado adiante,

necessariamente deveria superar não só a ordem econômica, mas também a ordem política. Isso hipoteticamente seria a queda da política dominante oligarca. Essa ordem de discussões não aparece no discurso dos Jovens Turcos. E também, na hipótese da superação da ordem oligarca, os Jovens Turcos não comentavam quem poderia ser esse agente. (MORAES, 2004, p. 160-161).

Para Marcia Moraes (2004), isso ajuda a explicar o porquê dos “Jovens Turcos” terem um projeto de nação, mas não uma concepção de industrialização. Assim, ela retoma Nelson Werneck Sodré, que ao analisar os “Jovens Turcos” identifica um idealismo do grupo, seja na defesa da separação entre Exército e política que refletia em um divórcio entre a realidade e projeto; bem como a incapacidade de se reformar o Exército enquanto prevalecesse as velhas relações de produção como o latifúndio. Para Marcia Moraes (2004), que retoma Edgar Carone, o momento entre crise-guerra-greves, aproxima a burguesia dos “Jovens Turcos”. Segundo Carone, a burguesia começa a crescer no início do século XX, mas nesse momento ela não se impõem, ela apenas coaduna com as posições do setor agrário. Sua atuação se dava a partir de associações e não a partir de partidos políticos, como era o caso da fração agrária. Segundo ele, o apoio da burguesia urbana ao serviço militar obrigatório²² foi total, tanto em 1907, quanto em 1915.

Para Carone essa aspiração só não se concretizou devido ao fato da maioria das tropas comporem-se de analfabetos. Nesse entusiasmo foram criados a Liga de Defesa Nacional e a Liga Nacionalista. Para José Murilo de Carvalho, os militares aliaram-se com esses grupos civis devido à concordância de interesses de ambos os lados. Posteriormente aparecem outros órgãos, como o Conselho de Defesa Nacional, este do governo. Ou em 1937, a Defesa Social Brasileira, organização anticomunista e composta por liberais e civis.

²²Porém, do entusiasmo à aplicação prática, o caminho é curto. Já nesta época surge a idéia fecunda da utilização dos militares na ‘revolução burguesa: incapaz de se organizar em partido próprio, ela imediatamente – através de parte da burguesia paulista – pensa em fazer desaparecer o limite entre civis e militares e, assim, utilizá-los na revolução. Ingenuamente, ela considera que ‘cada conscrito seria um disseminador e consolidador da consciência civil, agindo reflexamente sobre os oficiais de quem recebesse instrução militar. Dentro em pouco teria desaparecido a linha limítrofe entre o militar e o civil, porque uns e outros se absorveriam reciprocamente. Então, se a revolução viesse, seria movida por verdadeira aspiração nacional, dessas que cegam os homens para seus interesses, para as suas amizades e laços de família, contanto que seus ideais triunfem. Seria uma revolução digna de vencer, porque o exército seria o executor do ideal comum, infiltrado de idéias civis, fora do espírito de classe. Assim, se concebe o aplauso à revolução militar: quando empresta o braço à aspiração civil (CARONE, 1970, p.161-2, aspas no original). (MORAES, 2004, p. 164-165).

Esse conceito amplo de defesa nacional, que articula industrialização e fortalecimento da nação, posteriormente deixa de ser exclusividade dos “Jovens Turcos” para ser encampado por civis. É essa pauta que unifica os dois lados. Pedro Lessa, presidente da Liga de Defesa Nacional, elenca a defesa nacional como a principal preocupação do país, antes de saúde e educação. Tanto militares como civis exacerbam o nacionalismo e o patriotismo sob o argumento da defesa nacional, para delimitar o tipo de nacionalismo que o Brasil deveria ter. O processo de construção da nação, nesse caso, deveria ser conduzido por alguém ou alguma organização/instituição.

Neutralizar as ameaças internas e externas, via serviço militar obrigatório era um ponto de confluência entre “Jovens Turcos” e Liga de Defesa Nacional²³. E exaltar a pátria se tornou um ponto de exclusão, ou seja, um filtro entre aqueles que devem ou não devem pertencer à nação, para isso precisava exaltar a pátria como algo imanente à humanidade e sua negação, algo que causava indignação. É assim que aparece a simbiose entre militarismo e nacionalismo, algo tão em voga nesse período por conta da Primeira Guerra Mundial.

Na lógica dos “Jovens Turcos, a verdadeira mudança no Brasil se daria pelas mãos da classe dirigente, não necessariamente pelos militares. O papel dos militares nesse caso, seria atuar ao lado das classes dirigentes, educando a população nos valores de civilidade e patriotismo²⁴. Segundo Marcia Moraes (2004), os “Jovens Turcos” definiam o papel do Exército como o do “Volante da Nação”. Nesse sentido, completamente diverso é o papel que o grupo atribui à classe trabalhadora, segundo Marcia Moraes (2004):

Na “construção” da nação brasileira, havia setores que não teriam participação direta. A participação dos setores populares se daria apenas como agentes passivos. Para as classes populares e, especificamente

²³A violência das greves obviamente alimentou a idéia, comum entre os oficiais, de que a população brasileira era indisciplinada. E se for verdade que os oficiais não viam o operariado com bons olhos, seus contatos com empresários civis na Liga de Defesa Nacional (fundada em 1916) podem ter estimulado esse sentimento. José Murilo de Carvalho indicou tais contatos como o início de uma aliança entre as Forças Armadas e grupos econômicos interessados em beneficiar-se do desenvolvimentismo pautado na defesa nacional. (MCCANN, 2007, p. 280).

²⁴Assim, entendemos que a função mais que circunstancial e estratégica de instituição de defesa nacional, o Exército, na visão do grupo, cumpriria uma função primordial, paralelamente às classes dirigentes no “fazer” a nação brasileira. Ao Exército era atribuída a missão de criar uma identidade nacional. A criação de uma memória ou consciência coletiva auxiliaria no tão propalado objetivo do nivelar as classes. Para atingir o objetivo do nivelamento das classes, era preciso que fossem aparadas as arestas e neutralizadas as ameaças internas e externas representadas por grupos que não concebiam a idéia de nação, de patriotismo como tema central de suas reivindicações. Nesse sentido, a criação de uma memória coletiva agiria no sentido de inculcar os princípios de defesa da Pátria de todos os brasileiros. A defesa da Pátria deveria ser a preocupação primeira de todos os cidadãos de todas as classes sociais, sublimando assim as suas reivindicações específicas de cada classe [...]. (MORAES, 2004, p. 173).

para o operariado, a inclusão no processo de construção nacional, se dava na medida que se tornava impossível ignorar esta classe pelo seu papel de destaque na atividade industrial crescente no período. No entanto, a participação desses não se daria pela realização ou mesmo consideração de suas reivindicações específicas da classe, mas como já destacamos, principalmente das classes populares era esperado a obediência e a disciplina. (MORAES, 2004, p. 173).

Tanto o Exército, quanto as classes dirigente encaravam as camadas populares como uma ameaça à ordem pública estabelecida. Estabilidade e disciplina social fazem parte do amplo conceito de defesa nacional dos “Jovens Turcos”, que seria obtido neutralizando as ameaças externas (o imperialismo e a guerra) e as internas (o movimento operário). Por isso, eles defendiam o nivelamento de classe, para que todos os cidadãos estivessem no mesmo patamar, dispostos a defender a pátria. O grupo não possuía um projeto de nação que incorporasse os operários.

Concluindo, para o grupo, o Exército precisava de uma reforma para superar suas características coloniais, para então cumprir seu papel de construtor da nação. Nesse sentido, coma já indicado no texto, para os “Jovens Turcos” havia dois processos em curso, o de construção da nação e o de construção do Exército. Para haver uma nação era preciso antes de tudo construir um Exército forte para cumprir seu papel de educar a sociedade nas noções de civilidade e patriotismo. O grupo destacava a importância de desenvolver também outras instituições como a imprensa e o sistema educacional. Para Marcia, a defesa incondicional do Exército como fator de estabilidade social, dentro do conceito de defesa nacional ampla é o cerne do pensamento do grupo:

Dentro desse panorama, com qual corrente de pensamento se alinha o nacionalismo dos Jovens Turcos? Por defender o desenvolvimento da indústria, será que se alinhavam com o nacionalismo econômico? Entendemos que não. Primeiro, porque o nacionalismo econômico se destacou após os anos 30. E segundo porque como vimos, embora os Jovens Turcos defendessem a criação da indústria nacional, não possuíam um projeto de industrialização como atividade predominante para o Brasil. Percebem e mencionam a função de formato na economia e a garantia de riqueza pública a que os países que a desenvolvesse estaria sujeito. No entanto, a defesa da indústria pelo grupo tinha, fundamentalmente, a finalidade de proporcionar ao Exército em primeiro lugar espaço para a produção de armamentos e equipamentos pesados, de um modo geral. Assim, propunham o desenvolvimento da indústria tendo por finalidade a não dependência do estrangeiro em relação a materiais como ferro, aço, entre outros. (MORAES, 2004, p. 181).

Para Cristina Monteiro Luna (2011), no que dizia respeito ao tipo de modernização do Exército proposto pela revista “A Defesa Nacional”

Dessa forma, o grupo apresentou várias propostas para a modernização do Exército, como execução do serviço militar obrigatório, reaparelhamento do exército, desenvolvimento do sistema de transportes brasileiros, etc. Consideramos que, reunidas, essas propostas consistiam em um verdadeiro plano de defesa nacional, que abarcava diferentes aspectos econômicos e sociais e encontrava-se ligado à crítica que os jovens turcos possuíam em relação ao imperialismo europeu, responsável pela guerra. (LUNA, 2011, p. 221).

A autora destaca que ao defender a industrialização ainda que voltada para demandas estratégicas, o grupo tinha em mente também que como consequência haveria o desenvolvimento do país. Os “Jovens Turcos criticavam as classes dominantes nesse sentido, por não cumprir com seu papel histórico de desenvolver a indústria do país. Para Cristina Monteiro Luna (2011):

Os “turcos” tinham uma perspectiva industrializante e chegaram, inclusive a propor a criação de uma indústria siderúrgica nacional, o que se tornou realidade somente na década de 1940. Defendiam o desenvolvimento industrial, alegando que as fábricas deveriam estar preparadas para se converterem em produtoras de artefatos militares, caso o Brasil se envolvesse em um conflito armado. Esse pensamento, aliás, relacionou-se com o declínio das importações de manufaturados, ocorrido durante os anos de 1914 a 1918, que ameaçou deixar o armamento das forças armadas brasileiras sem munição e peças de reposição. Conforme destacou Vinhosa, a neutralidade dos países periféricos não foi respeitada por nenhum dos dois blocos beligerantes. Meses após o início do conflito, a Inglaterra estabeleceu bloqueio naval sobre a Alemanha e países neutros da Europa. No Brasil, os ingleses tentaram minar as relações comerciais da Alemanha, o que chegou a afetar o comércio do café brasileiro, que foi considerado pelos ingleses como contrabando de guerra. (LUNA, 2011, p. 222).

Já no que dizia respeito à infraestrutura, os jovens turcos, queriam, segundo Cristina Luna (2011), que as ferrovias deveriam ter seu traçado pensado a partir de interesses militares estratégicos. Assim, o país deveria, seguir o exemplo da Alemanha, onde as ferrovias foram pensadas a partir de uma lógica de Estado:

No que concerne à construção de estradas e ferrovias, os jovens turcos alegavam que o seu traçado não deveria se pautar somente em critérios comerciais, mas contemplar interesses militares estratégicos. A abgação advinha do fato de as linhas férreas presentes no país pertecerem a empresas particulares, muitas delas estrangeiras, que se preocupavam em garantir o transporte dos produtos agrários destinados à exportação. Para defenderem o seu argumento, os turcos recorriam a

Moltke, que defendera a incorporação de todas as ferrovias pelo Estado alemão. Conforme já foi mencionado, a importância militar atribuída ao sistema ferroviário colaborou para a rápida vitória da Alemanha sobre a França em 1871. Durante a Primeira Guerra, a mesma importância mostrou-se evidente, pois o Estado-Maior alemão conseguiu transportar simultaneamente cerca de 100 mil homens para as frentes russa e francesa, em apenas dois dias. (LUNA, 2011, p. 222-223).

Depois dessa longa explanação sobre os “Jovens Turcos”, o que é possível apreender no que refere ao objeto deste trabalho, que é a ligação entre projetos políticos e revistas? Desde o início do século há essa simbiose entre publicações e projetos políticos, com destaque justamente para a revista dos “Jovens Turcos” A Defesa Nacional, na qual o grupo divulgou sua concepção de nacionalismo, bem como defendeu a industrialização do país – ainda que de modo bem incipiente – e promoveu a campanha pela efetivação do serviço militar obrigatório. Ainda que voltada para um público específico, que eram os próprios militares, a Defesa Nacional tornou-se um espaço para realizar o debate sobre um projeto de nação para o país, algo que a outra revista analisada neste capítulo também realizou, mas apenas quase duas décadas depois, a partir de 1941.

1.3 O Clube Militar, e o nacionalismo presente da Revista do Clube Militar

É possível assimilar dois pontos partindo do que foi discutido até agora nessa dissertação. O primeiro é o surgimento de duas revistas a partir de setores militares – no caso as revistas A Defesa Nacional e Cultura e Política – o segundo fator é que ambas as publicações, terão na ideia da constituição de uma indústria siderúrgica com capital nacional, como a base do desenvolvimento econômico capitalista no país. Possuindo uma correlação direta entre desenvolvimento industrial e segurança nacional.

É importante ressaltar esse aspecto, já que na fase seguinte – tratada neste capítulo – existirá uma terceira publicação, também gestada por militares, que se preocupará em expressar um projeto de nação, muito semelhante ao exposto nas revistas anteriores. É o caso da Revista do Clube Militar, editada pelos membros da diretoria da instituição. Tanto o Clube como a Revista na virada da década de 1940 e 1950, transforma-se no centro da disputa política no país, as chapas em disputa representavam as principais correntes políticas existentes então: uma liderada por Juarez Távora, representando os interesses do capital transnacional, favorável à entrega das riquezas nacionais, principalmente o petróleo para a exploração das companhias estrangeiras; a outra chapa representava os militares nacionalistas e comunistas, era liderada por Newton Estilac Leal e Horta

Barbosa, e posicionava-se contrária à entrega do petróleo e outros minerais estratégicos ao capital internacional.

Esse embate chegou ao ápice com a eleição da chapa de Estilac Leal e Horta Barbosa para a presidência do Clube militar em 1950, logo, os artigos publicados na revista passaram a exprimir determinados posicionamentos tais como o já citados a defesa do monopólio estatal da exploração de petróleo, ou então – o que será o pivô de uma enorme crise – ser contrário o envio de tropas brasileiras para lutar na Guerra da Coreia. Percebe-se nesse ponto a importância atingida pela instituição do Clube na vida política nacional.

Esse embate entre duas correntes políticas perpassou também as duas outras épocas históricas já demonstradas nesse trabalho, na década de 1910, o nacionalismo dos Jovens Turcos defendia a instalação de uma cadeia industrial siderúrgica como meio de superar o atraso do desenvolvimento econômico do país. Consequentemente, garantir a soberania nacional, suprindo as Forças Armadas com armamentos produzidos por fábricas locais. Vinte anos depois, durante o Estado Novo, havia o esforço de uma vertente de nacionalismo de garantir os mesmos objetivos dos Jovens Turcos, havendo o sucesso da instalação da Usina Siderúrgica de Volta Redonda. No entanto, naquele momento as exigências referente ao desenvolvimento econômico de uma nação haviam evoluído, o petróleo passara a ser um outro elemento importante. Assim, os debates publicados na revista Cultura e Política, falavam sobre a produção de aço, mas também a produção de petróleo.

1.4 – O Clube Militar

O Estado Novo encerra-se em outubro de 1945 com a deposição de Getúlio Vargas, e a eleição do ex-ministro da Guerra de Vargas para a presidência da república dando início à um período categorizado por Nelson Werneck Sodré (2010) como Consulado Militar²⁵. O Partido Comunista Brasileiro tornou-se ilegal em 1947, seus

²⁵A fúria da reação, no consulado militar, entretanto, seria atingida quando do lançamento da campanha em defesa da exploração do petróleo brasileiro. O consulado militar não poupou nenhuma violência, nenhuma arbitrariedade, nenhuma ilegalidade para destruir o movimento de união que ganharia as forças populares, para a preservação dessa riqueza nacional e de outras, campanha que conquistou seguidores em todas as camadas sociais e que defendia uma bandeira cuja receptividade seria enorme em todas as áreas. Vinha tal campanha conquistando, a cada passo, adeptos tão numerosos e dedicados que era indispensável detê-la, sem o que o imperialismo arriscava perder batalha das mais importantes. Colocar a defesa do interesse nacional na ilegalidade, acoimá-lo de crime punível pela lei e passível de ações repressivas, caracterizá-lo como conspiração e conluio com o estrangeiro, foi a missão que o consulado militar recebeu e que buscou cumprir com todos os recursos de que dispunha. Mas, a essa altura, a opinião militar já estava ganho para a tese de monopólio estatal, levantada pelas forças populares. (SODRÉ, 2010, p. 359).

militantes, incluindo os deputados e senadores eleitos, foram para a clandestinidade, ao mesmo tempo em que o país rompeu relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Na fase que Sodré denomina como Consulado Militar, a ditadura propriamente dita do Estado Novo foi trocada por um regime democrático que mantinha ainda uma característica altamente excludente. Não por acaso, o Partido Comunista Brasileiro foi colocado na ilegalidade em 1947. As perseguições e prisões políticas continuaram, assim como a tortura. Por outro lado, o governo Dutra demonstrava sinais de maior alinhamento com os ditames dos Estados Unidos, haja em vista que ele adotou medidas econômicas que reafirmavam o grau de dependência do país. Uma dessas medidas foi a queima das reservas do país acumuladas no período da Guerra. A dubiedade mantinha-se pois, o mesmo governo agiu para criar institutos de pesquisa das Forças Armadas que poderiam auxiliar no desenvolvimento tecnológico no país de armamentos existentes externamente. É no governo Dutra que nasce o Centro Tecnológico da Aeronáutica, do qual sairá a Embraer.

Retornando ao contexto histórico, o clima era de perseguição ampla, geral e irrestrita, os deputados comunistas foram presos, tudo para que não houvesse oposição para aprovar os artigos da Constituição que beneficiavam as transnacionais. Com as leis e com o instrumento herdado repressivo oriundos do Estado Novo, o governo Dutra encontrava-se preparado para reprimir as poucas vozes que restaram na oposição.

Em 1948, o governo envia para a Câmara o projeto de lei para modificar a lei do petróleo, permitindo que empresas tivessem até 40% de capital externo explorassem petróleo. A entrega do consulado não restringia-se apenas ao petróleo, havia o debate sobre a hileia amazônica; a questão das areias monazíticas e do urânio, que desde o início do século era explorado por companhias internacionais, situação que agravou-se com o acordo atômico com os EUA em 1949. Foi nesse contexto que o Clube Militar interveio para expor o modo como as autoridades golpearam a população, entregando as riquezas do país, não sem terminar também cindido nas duas correntes que lutavam entre si – os favoráveis às empresas estrangeiras os nacionalistas. A primeira corrente era encabeçada por Juarez Távora e Odilon Braga, a segunda pelos generais Estilac Leal, Horta Barbosa, Leitão de Carvalho, Raimundo Sampaio, Felicíssimo Cardoso, Artur Carnaúba e até o ex-presidente Artur Bernardes que tanto combateu o tenentismo.

A pressão das transnacionais começou antes de Dutra assumir, e uma vez eleito, ele articulou para beneficiar as petroleiras do exterior. A maior parte dos estudos, sobre

o modelo de desenvolvimento do país a época, apontava para a necessidade do país em aceitar a entrada do capital externo, para concretizar seu desenvolvimento. Eles então culpavam o nacionalismo do país pelo seu atraso econômico. Com o comunismo banido, o principal opositor da corrente defensora das empresas estrangeiras passou a ser a corrente nacionalista, uma de suas vitórias foi justamente um parecer favorável à exploração do petróleo pelas transnacionais na Comissão que decidia sobre o Estatuto do Petróleo.

Mesmo diante dessa ofensiva, a campanha de defesa da exploração nacional do petróleo encontrou grande respaldo na população, colocando lado a lado trabalhadores e militares, essa grande mobilização entre a população foi fundamental para que uma versão “entreguista” do Estatuto do Petróleo não concretiza-se. Para Sodré (2010)²⁶, essa derrota minou as forças do consulado militar, pois, o mesmo não materializou o projeto para o qual elegeu-se. O resultado segundo o autor, foi uma união da burguesia com as forças populares entorno da candidatura de Getúlio Vargas nas eleições de 1950, no conjunto dessas forças estava uma nova componente militar, liderada pelo general Estilac Leal, que tornou-se o ministro da Guerra do governo eleito de Vargas.

Em 1950, houve eleições para a Presidência da República e a Presidência do Clube Militar, nesta última concorreu uma chapa que representava os “entreguistas” liderada pelo general Oswaldo Cordeiro, enquanto que a nacionalista era liderada pelo general Estilac Leal. A vitória da chapa nacionalista tornaria a futura presidência de Getúlio Vargas, forte, para evitar isso, buscou-se golpear a diretoria do Clube Militar para mitigar os poderes do presidente da república. Ainda no governo de Dutra, o Clube Militar publicara um longo dossiê em sua revista no qual defendia o monopólio estatal da exploração de petróleo.

²⁶Por força da constituição democrática do Exército, a luta contra o imperialismo ganharia em suas fileiras, adeptos numerosos e entusiastas, na mesma proporção em que os agentes do imperialismo dele se utilizaram para a conquista de posições e para a concretização das medidas necessárias à subordinação do Brasil ao carro da “Guerra Fria”. Nas etapas da ditadura pretoriana e do consulado militar, as Forças Armadas foram colocadas, pela ação de suas cúpulas na posição de atender obrigatoriamente às pressões imperialistas, considerando-se essa posição como um dever delas, imposto a todas as organizações militares que perderiam, assim, o seu caráter nacional. Sem formas outras de organização, as questões pendentes tenderiam, nos meios militares, a gravitar, naturalmente para as associações de classe, única área onde poderiam ser ainda discutidas e onde, para a discussão não pesaria o favor hierárquico. Daí o destaque que o Clube Militar conquistou: daí por diante, a sucessão de sua diretoria assumiria sempre aspecto de problema político, independente da opinião das pessoas. Com o caso do petróleo e a amplitude nacional da campanha em defesa dos interesses brasileiros nesse caso, a questão do Clube Militar ganhou o primeiro plano. (SODRÉ, 2010, p. 373).

Para Nelson Werneck Sodré (2010)²⁷, a dupla Getúlio Vargas e Estilac Leal representava um sério perigo à estrutura interna do imperialismo. Em seu discurso de posse, Estilac Leal atacou duramente os adversários, que já o acusavam de comunista, por defender os interesses da nação. Ele então rebate a acusação dizendo que eles é quem utilizam do comunismo de modo deturpado para darem golpes na democracia como o “Plano Cohen”. Ele colocava como primeiro dos deveres, a defesa intransigente de todos os interesses vitais garantindo uma solução patriótica ao problema do petróleo, do urânio e da Amazônia. Tanto Estilac, como a revista do Clube Militar exaltam os valores democráticos e que o Exército precisa estar do lado do povo para defender a democracia.

Com a eclosão da Guerra da Coreia, os Estados Unidos forçavam que seus aliados ajudassem enviando tropas. A revista do Clube Militar de julho de 1950 trouxe duas reportagens de jornais do exterior sobre a Guerra da Coreia, um sobre o avanço da Coreia do Norte e como ela conquistava a população da Coreia do Sul, através da reforma agrária. O segundo trazia detalhes da estratégia dos Estados Unidos de massacrar a população civil. O editor da revista traçou comentários à respeito dessas reportagens.

O governo do Consulado Militar, puniu a diretoria do clube, transferindo vários de seus membros para os diversos cantos do país (incluindo Nelson Werneck Sodré). Havia pressão da imprensa brasileira e das empresas transnacionais comprimiam o congresso para que a exploração do petróleo ficasse aos cuidados dessas companhias.

Dentro desse contexto, Getúlio Vargas assume a presidência e convidou Estilac Leal para ser Ministro da Guerra sob a promessa de reverter as transferências dos membros da diretoria do Clube, que mantinha a postura nacionalista, colocando um novo membro de postura nacionalista, no lugar dos militares perseguidos.

Segundo Nelson Werneck Sodré (2010), o presidente Getúlio Vargas se enfraquecia pois, tentava conciliar com os dois lados, com isso via sua base social diminuir, em contrapartida, mesmo defendendo algumas medidas que defendiam o imperialismo, o mesmo não o apoiava em troca. Um sinal do afastamento de sua base foi o envio para a Câmara de um anteprojeto de Lei do Petróleo cheio de brechas para as

²⁷(...) Ao comentar a vitória nacionalista de maio de 1950, com a constituição da diretoria encabeçada pelo general Newton Estilac Leal, a revista do clube definia assim a missão da entidade: “O Clube Militar, dentro das suas melhores tradições, continuará exercendo uma vigilância permanente, sob a forma de debates esclarecedores dos nossos problemas fundamentais, para que não soçobrem, ao embate dos interesses e dos apetites internacionais, a independência e a liberdade que nos legaram os antepassados que lutaram contra o colonialismo português, uma vez que temos razões para convencer-nos de que esses bens preciosos não se podem dar por integralmente conquistados”. Era uma tomada de posição, e isso enfurecia ainda mais os agentes externos. (SODRÉ, 2010, p. 376).

transnacionais, o qual, foi devidamente criticado pelo Clube Militar. Estilac Leal deixa o governo em 1952, após a assinatura de um acordo militar com os Estados Unidos extremamente lesivo ao Brasil. As empresas transnacionais buscavam pressionar mais o governo Vargas, e um dos meios de concretizar esse objetivo era retirar a corrente nacionalista da direção do clube militar, já que possuía ao seu lado a mídia nativa e dominavam a estrutura econômica e financeira do país.

No meio da disputa, havia a eleição da nova diretoria do Clube, a chapa da oposição chamou-se “Cruzada Democrática”, seu programa defendia um “nacionalismo sadio” e utilizou da hierarquia para angariar votos; a outra chapa, era novamente liderada por Estilac Leal, que havia renunciado ao Ministério da Guerra. A imprensa deu muita atenção às eleições do clube, que as encarava como uma verdadeira crise militar, nesse contexto os apoiadores da chapa nacionalista foram presos²⁸.

Vargas estabelece uma nova lei que o capital com direito de retorno é todo aquele oriundo do estrangeiro esteja investido no país, com registro no Banco Central. Tal ação teve repercussão imediata dos Estados Unidos, que ameaçou o Brasil de não oferecer novos empréstimos. Getúlio afrontou diretamente os interesses externos, tanto que sofreu ameaça incessante de deposição após tomar tal medida.

Já as páginas da revista do Clube Militar, na década de 1950, o petróleo tornou-se personagem central, haja em vista que o problema siderúrgico encontrava-se parcialmente solucionado com a Companhia Siderúrgica Nacional. Caberia ao país explorar o petróleo e outras riquezas aqui existentes, mas posicionava-se contrário à isso frações da burguesia internacional, bem como setores das Forças Armadas e da burguesia aqui existentes.

Para finalizar, embora não seja do escopo temporal do texto em mãos, não se pode se eximir de citar a importância que existirá para o debate sobre a questão nacional, a criação durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, um importante instituto pelo qual se deu parte da luta ideológica do período entre 1955-1964). Sua importância é tão grande que caberia um estudo dedicado de como importantes intelectuais do Instituto observavam a questão

²⁸Quartéis foram transformados em locais de torturas, oficiais transformaram-se em carrascos, celas em câmaras de defuntos, com a anuência, ou a conivência, ou a cumplicidade de comandantes de unidades, e com o conhecimento de generais. As violências abrangeram as três Forças Armadas. Assim a minoria de oficiais, que de forma alguma podia ser tomada como representativas das classes armadas e de sua mentalidade, tomara a si a sinistra e suja tarefa de esmagar aqueles que desejavam apenas defender os interesses do país e repelir a intervenção indébita e impatriótica de potência estrangeira. Tais elementos deixaram uma página negra em nossa história militar e representaram a infâmia de que o imperialismo é capaz. (SODRE, 2010, p. 402).

principal deste estudo – o desenvolvimento de uma Indústria Militar de Defesa no país – por conta da limitação física, o estudo presente voltou-se à análise de um outro Instituto, no caso o Clube Militar, como será visto no item posterior²⁹.

1.5– Ideologia Nacional e Nacionalismo Militar

Repousa-se então na análise teórica feita por Lucio Flávio de Almeida (2014), no seu livro *Ideologia Nacional e Nacionalismo*, o autor resgata problemática do tema. Para isso ele baseia-se primeiramente em Francisco Weffort³⁰, Gabriel Cohn³¹.

Primeiramente, segundo Lucio Flávio (2014), elas estariam presas na dicotomia conflito-complementaridade. Segundo elas havia interesses contrários entre empresários nacionais e o capitalismo internacional. Essa polarização impediu de apreender o sentido do desenvolvimento capitalista no Brasil, bem como os níveis de integração e de conflito das diferentes frações da burguesia brasileira com o imperialismo. Evitaram também de compreender as relações entre certas forças que encamparam a ideologia nacionalista e o sistema capitalista internacional, essas relações segundo Armando Boito tinham uma linha de contradição e unidade; era unitária na permanência nos quadros do sistema capitalista; e contraditória por lutar para estar em uma nova posição nesse sistema. Em segundo lugar, para o Lucio Flávio (2014), essas análises são centradas na relação (real ou imaginária) entre ideologia nacional e um único ator político – a burguesia

²⁹Ver: LOVATTO, Angelica. **Os cadernos do povo brasileiro e o debate nacionalista nos anos 1960:** Um projeto de Revolução Brasileira. Ano de Obtenção: 2010.

TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB:** fábrica de ideologias. 2ª Edição. São Paulo: Ática, 1978.

³⁰Essa direção, aliás, já vinha sendo examinada, entre outro, por Weffort (1968), para quem o nacionalismo foi uma “transfiguração teórica do populismo”. Nesse caso, o nacionalismo é visto como inserido nos quadros de um sistema político em que o Estado apresentava a especificidade de ser um Estado de compromisso e de massas. Estado de compromisso entre os grupos que constituíram a coalizão dominante no período que se abriu com a “Revolução de 1930”; e Estado de massas porque nenhum daqueles grupos era capaz de constituir uma base de legitimação para o Estado, esta seria encontrada nas massas urbanas. Tal situação teria tornado possível que o Estado obtivesse no compromisso entre os grupos dominantes uma nova fonte de poder e passasse à condição de árbitro entre as classes, formulando uma política de desenvolvimento econômico e social não subordinada aos interesses imediatos de nenhum deles. Nesses termos, a eficácia política do nacionalismo teria consistido em proporcionar uma cobertura teórica para o desenvolvimentismo. (ALMEIDA, 2014, p. 110-111).

³¹Cohn (1964) situa as origens do nacionalismo na oposição de estratos médios (intelectuais e burocracia de Estado) à intensa penetração de grupos estrangeiros na economia brasileira após a queda do Estado Novo. Essa penetração cada vez mais ostensiva teria provocado, segundo o autor, o enfraquecimento do nacionalismo, não fosse a união deste com o desenvolvimentismo, que o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) transformara em ideologia oficial, justificadora de uma industrialização a qualquer preço. O nacionalismo teria sido, assim, predominantemente ideologia da burocracia de um Estado promotor de uma política de desenvolvimento capitalista, embora fosse encampado, taticamente, pelo médio capital. A esse nacionalismo teria aderido o Partido Comunista (PC) que, posto na clandestinidade e isolado das massas, dirigia sua ação principalmente para o interior do aparelho de Estado. E ao privilegiar esse campo de atuação política, em cujo interior se constituía como um grupo de pressão, o PC teria contribuído para que o movimento operário se tornasse dependente das iniciativas da burguesia no poder. (ALMEIDA, 2014, p. 111-112).

nacional/burocracia – ambas dotadas de homogeneidade durante todo o período populista. O terceiro problema é conceitual, faltam teorizações sobre ideologia nacional e nacionalismo.

Para Lúcio Flávio (2014), esses pontos ficam explícitos através daquilo que ele chama de “paradoxo do nacionalismo”, se trata do fato que o período de auge do nacionalismo populista foi também o período do auge da associação entre capitais nacionais e internacionais. Para o autor o principal problema da análise de Martins³² é a falta de fundamentação teórica e histórica de sua tese principal. Sua virtude é apontar a necessidade de recuperar o sentido das práticas políticas e ideológicas no final desse período.

Nesse sentido, ele retoma Décio Saes, nas quais ele considera o populismo inserido no processo histórico de transição para o capitalismo industrial no Brasil. Ao mesmo tempo ele incorpora certas hipóteses de Weffort e Cohn, o nacionalismo seria uma espécie de culto ao Estado, nesse sentido desenvolveu-se muito mais a capacidade de autodeterminação do Estado do que a desnacionalização da economia. Nas conjunturas, onde a soberania do Estado era percebida por sua burocracia como decorrente do imperialismo, o nacionalismo incorporava-se à ideologia de Estado e por intermédio da esquerda impregnava-se no movimento popular. Ao tornar-se a expressão do movimento de ascensão da classe trabalhadora, o nacionalismo, do qual a burguesia não se reconhece, era percebido como uma ameaça, que deveria ser combatida como o foi em 1964 (ALMEDA, 2014, p. 114).

Segundo Lucio Flávio (2014), a Revolução de 1930 abriu caminho para uma reestruturação do Estado nacional, tornando ele melhor aparelhado para o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil. Criou-se a condição para a constituição de um espaço econômico integrado, com a centralização no Estado nacional, de mecanismos de políticas econômicas setoriais que estavam antes sob o controle regional. O Estado não só aparelhou, como a partir de um determinado momento seus investimentos diretos deram continuidade ao processo de industrialização do país, rompendo com as

³²Curiosamente, uma das tentativas de preencher esse “vazio” ressuscita com algumas nuances, a tese da “burguesia nacional”. É o que ocorre, por exemplo, com Martins (1975), para que a “burguesia nacional autônoma”, juntamente com a burocracia estatal e certos estratos médios, liderou a aliança nacional-populista e constitui o fulcro do nacionalismo brasileiro. Entretanto, ao longo do período desenvolvimentista, muitos foram os desfalques sofridos pelas forças dirigentes dessa aliança, principalmente a burguesia nacional, devido ao processo de associação com o capital imperialista. De fração de classe com aspirações a realizar um projeto de desenvolvimento capitalista autônomo, a burguesia nacional teria chegado ao ponto de se reduzir a uma construção ideológica útil no sentido de legitimar a aliança nacional populista diante do conjunto das classes dominantes. (ALMEIDA, 2014, p. 113-114).

oligarquias. Para ele é importante diferenciar “desenvolvimento do capitalismo em novos termos” e “início do desenvolvimento capitalista no Brasil”.

Em primeiro lugar, já existia no Brasil, um parque industrial importante, dotado de uma boa dose de acumulação durante a República Velha. Em segundo lugar, essas condições não eram alheias ao setor que desempenhou o papel central na acumulação no Brasil do período, o setor cafeeiro, as primeiras indústrias foram instaladas com capitais acumulados pela comercialização de café e empregavam os trabalhadores imigrantes trazidos originalmente para trabalhar com o café. Ele destaca as análises feitas sobre essa transição, que para ele não foi apenas a passagem do capital da agricultura para o industrial. Esse processo de acumulação de capital tinha como núcleo o capital mercantil e o capital cafeeiro nesse caso era fundamentalmente mercantil.

Para o autor, essa perspectiva permite efetuar uma demarcação no interior do grupo denominado como “oligarquias”. Os grandes proprietários de terra, cujos os principais representantes os fazendeiros de café, detiveram o poder de Estado durante toda a República Velha. A distinção por ele proposta diz respeito aos proprietários de terra (cujos fazendeiros de café compõem) e a grande burguesia cafeeira. Esta composta pelos grandes fazendeiros de café, mas ligada as atividades de financiamento e exportação (ALMEIDA, 2014, p. 117).

Na medida em que houve deslocamento da posição da burguesia agromercantil no interior da coalização governante é possível falar de ruptura com a velha ordem oligárquica e assim é possível falar em Revolução. No que dizia respeito à outra classe fundamental, o proletariado – aqui identificado enquanto povo – também houve um movimento de constituição e mobilização, principalmente do proletário industrial, que passou a organizar-se, ainda que sofrendo uma enorme repressão, basta observar a trajetória do Partido Comunista Brasileiro, um dos principais instrumentos de luta dessa classe, que dependendo da conjuntura era posto na ilegalidade ao bel prazer da burguesia. Para ele, a referência ao povo não era simples retórica. O movimento de constituição da burguesia industrial na República Velha foi o mesmo movimento de sua inserção no bloco no poder, sem nenhum processo de mobilização popular. Como contrapartida desse processo houve a constituição de um proletariado industrial relativamente concentrado e dotado de grande combatividade. Se a burguesia industrial se acomodava no interior da velha ordem oligárquica, o movimento operário conseguia criar formas de organização econômicas fora do controle do sistema institucional existente.

De acordo com Lucio Flávio (2014) a Revolução de 1930 abriu caminho para a configurar um Estado nacional mais apropriado ao desenvolvimento do capitalismo, isso não significa que o Estado tivesse adquirido uma forma democrática burguesa³³. Como o autor coloca, gestava-se na ordem oligárquica, um novo sistema ideológico, conhecido como “pensamento autoritário”, que implicava em legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade.

Ele ainda destaca que a contrapartida da crise de hegemonia, foi uma ampliação do papel da burocracia estatal na definição da política de desenvolvimento capitalismo após 1930. Manobrando entre as distintas frações da classe dominante, e aproveitando das contradições do campo imperialista a burocracia de Estado obteria por meio do enquadramento político ideológico de amplos setores do proletariado e das camadas médias, criando em torno de si uma base de massa para uma política que favoreceria um processo de industrialização (ALMEIDA, 2014, p. 124).

Em primeiro lugar, os setores da burocracia estatal, mais comprometidos com a política de industrialização e que se chocavam com a oligarquia, serão o suporte mais consistente à esse nacionalismo. Em segundo lugar, não só a burocracia de Estado era o principal sustentáculo do nacionalismo, como o aparelho estatal consistia em uma arena privilegiada da disputa entre as tendências nacionalistas e seus adversários. Era o ponto de partida e de chegada desse nacionalismo. Em terceiro lugar, os movimentos formados pela ideologia nacional – populista jamais se voltaram contra a estrutura do Estado. Quando muito, pressionavam os processos de definição política, ou para reforçar uma política estatal em execução. Em quarto lugar, o nacionalismo populista buscava alterar o grau de dependência do Brasil na divisão internacional do trabalho, mas era apenas uma melhora na dependência e não o seu fim. Isso criava uma aceitação de capital externo no país, desde que ele fosse para a industrialização capitalista do Brasil. Por fim as linhas de força do discurso nacionalista eram duas ideias principais, uma de Simonsen e Padia Calógeras, na qual o Brasil nunca seria forte independente enquanto fosse apenas produtor de gêneros coloniais; essa linha também encontra respaldo nos ideólogos do ISEB, quando falavam em “alienação nacional”, e com os tenentes ao falarem da ausência de organização nacional; o nacionalismo populista insistia na ideia de uma nação incipiente,

³³Não se trata aqui de fazer uma análise da ideologia do “tenentismo”, mas de observar que os movimentos tenentistas, ao se orientarem progressivamente para uma reestruturação profunda do aparelho de Estado segundo uma via autoritária e centralizadora; ao conseguirem envolver nesse processo importantes segmentos das oligarquias; e ao obterem um apoio difuso de amplos setores da classe média e do proletariado, testemunhavam a crise da ideologia dominante na “República Velha”. (Ibid, p.123).

fraca, carente de identidade. A segunda dizia respeito à necessidade de um Estado forte, para integrar toda a comunidade nacional e enfrentar os agentes corrosivos internos e externos.

A partir dessas considerações, proponho, a título meramente provisório uma periodização do nacionalismo populista em quatro fases. A primeira delas, a do “nacionalismo militar” (1930-1945), correspondeu a uma época de combate, quase sempre nos quadros de um regime abertamente autoritário, aos núcleos de poder dos setores agromercantis, por um lado, e, por outro, às organizações populares independentes. Ao mesmo tempo que se operavam importantes rearranjos no aparelho estatal, conseguia-se dar passos significativos no sentido de implementar medidas de caráter econômico importantes para o desenvolvimento capitalista. (...) O “nacionalismo trabalhista” (1951-1954) talvez adquira sentido quando articulado a uma tentativa, em grande parte frustrada, de compor um amplo leque de forças voltado para a superação dos impasses em que se colocava a chamada “industrialização restrita”, numa fase de acirramento do conflito entre os dois blocos mundiais e de rígido alinhamento do campo imperialista hegemônicos pelos EUA. O aparelho ideológico dominante ainda é o exército, embora tentativas tenham sido feitas de ativar o nacionalismo no aparelho sindical. O discurso procurava articular a industrialização à elevação do padrão de vida e do nível de participação política dos trabalhadores. (...) O “nacionalismo triunfante” foi a articulação em que mais se evidenciou a variante “empresarial” do nacionalismo populista. Constitui-se a política e ideologicamente, o leque de forças que na fase anterior se mostrava inviável. As condições internacionais também foram mais favoráveis: a relativa abertura do bloco imperialista hegemônico pelos EUA contribuiu para o êxito da política de aprofundamento do processo de desenvolvimento capitalista dependente. O ramo principal do aparelho de Estado, apesar de suas divisões internas, apresentou suficiente coesão para, nos quadros de um regime não abertamente ditatorial, constituir um *locus* importante de definição e implementação da referida política. (...) O “nacionalismo reformista” (1961-1964) expressou a ruptura, sob o impacto da crise do capitalismo dependente e da incorporação do nacionalismo ao movimento popular, do leque de forças que se constituía na fase anterior. O cenário internacional foi marcado pela instabilidade do campo imperialista hegemônico pelos EUA (sob efeito dos movimentos de libertação colonial, do movimento dos “não-alinhados” e da revolução cubana) e pelo início da divisão no interior do bloco até então hegemônico pela URSS. (ALMEIDA, 2014, p 126-127).

Para Lucio Flávio (2014), a plataforma da Aliança Liberal é mais abrangente do que as que se voltam apenas para a política fiscal ou cambial. A questão das “indústrias artificiais” aparece em um debate onde é posto a necessidade de alterações no regime de propriedade da terra e de um parque industrial produtor de bens de capitais. Segundo o autor, a Plataforma da Aliança Liberal defendia a necessidade de desenvolver uma indústria artificial que era bélica.

De acordo com Lucio Flávio (2014), a importância do nacionalismo tenentista repousa no reordenamento jurídico e político do Estado, fortalecendo a unidade nacional e combatendo aquilo que mais corroía as oligarquias. A proposta de ampliação do parque industrial foi menor do que aparenta. Como somente o Estado era capaz de fundar e garantir a integridade nacional, haveria um ramo que detinha um papel decisivo nesse processo: as Forças Armadas.

Na busca de uma representação verdadeira e fortalecedora dos laços de coesão nacional os tenentes encontraram no corporativismo a resposta. Para participar da política o cidadão deveria pertencer a alguma corporação. O setor agromercantil não era o único alvo do nacionalismo tenentista o outro alvo era o proletariado urbano, com uma atitude de cooptar eles ideologicamente ao mesmo tempo em que reprimia as organizações dele.

O nacionalismo militar não era exclusivo dos tenentes. O fato de que o tenentismo foi, em um momento de crise aguda entre frações burguesas, o movimento mais compacto e combativo no interior de uma burocracia de Estado que se chocava com o velho sistema político, contribuía para que no interior do tenentismo uma configuração específica do nacionalismo populista – o nacionalismo militar – adquirisse maior nitidez. Todavia, essa última teve um caráter menos efêmero do que o tenentismo. Basta dizer que toda a legislação sobre a posse e a exploração de jazidas minerais dos anos 1930 foi efetivada, muitas vezes com a oposição aberta de empresários industriais – ou os que pretendiam sê-lo, como Monteiro Lobato – em termos de segurança nacional. Foi o caso, por exemplo, da solicitação feita pelo general Horta Barbosa, em 1936, para que o próprio exército pesquisasse petróleo no pantanal mato-grossense. (...). (ALMEIDA, p. 140-141).

Vargas defendia a entrada de capital externo para financiar a industrialização do Brasil. O mito persiste, pois houve momentos de maior radicalidade do discurso de Vargas, como no início dos anos 1930, quando havia um maior embate entre a burocracia nacionalista e a burguesia industrial e o tenentismo hegemonizava com seu discurso ligando a industrialização com a defesa nacional. Mesmo nesse momento Vargas³⁴ só colocava-se contrário à entrada de capital na indústria de base, elétrica e militar. Posteriormente entrou na lista também o petróleo. Para o autor, Vargas não buscava

³⁴Por sua vez, a implantação da indústria militar era sistematicamente apresentada como dependendo estritamente da resolução do problema siderúrgico. Em 3 de outubro de 1931, Vargas leu um grande manifesto à nação, no qual fez um balanço de seu primeiro ano de governo. Nesse calhamaço de 101 páginas, nenhum item era dedicado à grande indústria civil e críticas contundentes se dirigiam às “indústrias artificiais” sustentadas, segundo Getúlio por “anomalias fiscais flagrantes;”. Sintomaticamente, foi no item denominado “Ministério da Guerra” que Vargas abordou a questão da siderurgia. Após afirmar que “o problema máximo do exército é o do material”, Vargas concluiu que tal problema, “o de mais difícil solução imediata”, só poderia ser realmente desenvolvido “com a criação da siderurgia nacional” (1938d, p. 212). (Ibid, p. 142).

combater o capital estrangeiro, mas enfrentar os capitais comprometidos com a dependência brasileira, ou seja, o desenvolvimento capitalista do Brasil em outros termos.

Para Roberto Simonsen, o principal intelectual da fração industrial da burguesia, a construção de um forte mercado interno era pré-requisito para a unidade nacional. A soberania era umbilicalmente ligada à indústria. A própria indústria buscava criar os elementos materiais de defesa do país, protegendo a si e aos elementos agrícolas de ameaças externas.

O nacionalismo dos industriais brasileiros possuía um caráter mais defensivo e corporativista, priorizando a defesa do parque industrial. Para Lucio Flávio (2014), isso fazia que o eixo da sua intervenção fosse reivindicar ajustes na política de Estado, para que ela não privilegiasse somente o setor agroexportador. O aumento da renda nacional não poderia ser confundido com uma política trabalhista que aumentaria o poder aquisitivo dos trabalhadores por meio de decisão de Estado, e sim um resultado do desenvolvimento industrial do país.

Já o nacionalismo da burocracia estatal se desdobrava em um tabuleiro político mais amplo e complexo. Tratava-se, fundamentalmente, de criar condições políticas, nas frentes internas e externa, para o desenvolvimento do capitalismo em novas bases. Isso implicava atender às reivindicações do capital agromercantil de um modo que, em certas conjunturas, prejudicava os interesses imediatos da burguesia industrial. Da mesma forma, o sindicalismo de estado e a legislação trabalhista eram fundamentais para a neutralização do movimento operário, embora despertassem, mais esta do que aquele, repetidas queixas dos industriais. No plano internacional, a burocracia de Estado efetuava um jogo igualmente complexo, procurando conseguir um mínimo de posição de força para renegociar a dependência, o que por outro lado, implicava evitar que as áreas de atrito se agravassem ao ponto de comprometer o mínimo de receptividade dos Estados imperialistas em relação a esse objetivo. (ALMEIDA, 2014, p 169).

Para Lucio Flávio (2014) a raiz do desinteresse da aliança com o PCB e com a burocracia estatal era por conta das tentativas dos dois de mobilizarem as forças operárias e populares. Segundo o autor, essa série de movimentos repercutiu profundamente na ideologia nacionalista, que levou a uma intensificação da crise do nacionalismo militar, o que levou ao acirramento de suas características, e de um outro lado o surgimento de elementos que sinalizavam uma rearticulação do quadro ideológico. O abandono do populismo pela burguesia industrial junto da ascensão do setor antinacionalista da burocracia de Estado teve como resultado esvaziar a política da fração industrial de qualquer apelo nacionalista, junto do esfacelamento do PCB.

Houve também uma radicalização do nacionalismo da burocracia estatal, em um momento em que se afastava da burguesia industrial. Assim segmentos da burocracia nacionalista elegeram o Estado e a estatização como a única entidade comprometida com o interesse nacional. Como aos seus olhos, somente o Estado era dotado de confiabilidade, caberia a ele controlar diretamente a exploração dos setores vitais à economia do país. Com um certo caráter antiburguês, antiprivatista, mas não anticapitalista.

A radicalização do nacionalismo da burocracia de Estado atingiu seu clímax durante a campanha pelo monopólio do petróleo, e o general Horta Barbosa foi um de seus principais defensores. Ao assumir a direção do Clube Militar em 1950³⁵, a direção composta por Horta Barbosa criou uma comissão especial para estudar a questão petrolífera.

³⁵Da confusão política e da debilidade do governo, surgira, com ímpeto avassalador, a candidatura de Vargas; contra ela, que aparecia como séria ameaça, particularmente aos militares que o haviam deposto em 1945, arrigimentavam-se as forças mais reacionárias. Depois de muitas dificuldades, conseguiram articular-se em torno do nome de Cristiano Machado. Em sua campanha eleitoral, em grandes comícios, Vargas vinha se pronunciando em favor da solução do monopólio estatal para a exploração do petróleo, e isso levava ao desespero o imperialismo e os que, em nosso país, o serviam. O anticomunismo, que fôra explorado por Dutra para fechar o Partido Comunista, cassar o mandato de seus representantes e romper relações com a União Soviética, era estimulado agora, sob as formas mais soezes, para atemorizar os que tomavam posição em defesa dos interesses nacionais: pretendia-se colocar o patriotismo no índice, apontando-o como subversivo. As eleições no Clube Militar influiriam decisivamente no problema da sucessão presidencial e eram, por isso, acompanhadas com interesse pela imprensa, no Brasil e nos Estados Unidos. Assim, pela ordem natural do processo político, a substituição da diretoria do Clube Militar ganhava conteúdo que transcendia a própria associação de classe e mesmo o âmbito das Forças Armadas. A maioria dos oficiais não pressentira, quando a campanha fôra iniciada, que tomasse essa feição. Dentro em pouco, ela estava colocada no centro dos acontecimentos. (SODRÉ, 1968, p. 298-299).

Capítulo 2 - A indústria de Defesa no Brasil: uma abordagem panorâmica sobre o Século XX

A história da indústria bélica brasileira não tem início na década de 1960 com a criação da Avibras e da Engesa. Remete-se ainda ao período da colônia, a instalação de oficinas aptas a oferecer munições e manutenção para as tropas aqui instaladas. Há que se destacar que até em períodos recentes (início do século XX) esse formato de oficinas se manteve no país. Indústria propriamente dita, só aparece na segunda metade do século XX, no entanto não é possível deixar de destacar, que mesmo nesse contexto amador, assume-se entre setores do Estado, a perspectiva de imbricar a defesa do país com a constituição de um parque industrial forte que ao fim produzisse os próprios armamentos necessários à segurança do país.

Essa concepção permeia os discursos de grupos diferente, como por exemplo “Os Jovens Turcos”, cuja a atuação tem início em 1913 com a fundação da Revista “A Defesa Nacional – o principal veículo de divulgação das ideias do grupo – posteriormente o Governo de Getúlio Vargas daria um passo adiante na constituição desse projeto, conseguindo instalar uma usina siderúrgica de grande porte e incentivando as indústrias nacionais a produzirem para o Exército através de um programa de compras. Por fim, mas não menos importante a criação da Companhia Siderúrgica Nacional.

É uma característica do Brasil, de que a indústria bélica seja imbricada ao Estado, remete-se justamente ao tempo da Colônia essa ligação, no esforço de defesa do território ultramarino, Portugal proveu o país de uma certa capacidade para promover consertos nos equipamentos aqui instalados. Outra função era preparar projéteis para armas e canhões. Tanto que essas oficinas, encontravam-se junto dos locais de armazenamento de munição e pólvora.

Em 1914, devido à disputa por zonas de influência e colônias, Inglaterra, França e Rússia entram em guerra contra a Alemanha, no conflito que ficará conhecido como a Primeira Guerra Mundial. De acordo com Luiz Rogério Franco Goldoni, a Primeira Guerra congregou todos os grandes inventos da Revolução Industrial até então, como tanques, submarinos, telégrafo, aspirina, telefone, avião, encouraçado, metralhadoras, fuzis. A batalha de trincheiras foi por sua vez uma matança desenfreada. Mas é preciso destacar as mudanças organizativas que a guerra trouxe para as forças armadas de todo o

mundo; de acordo Manuel Domingos Neto, o que de melhor pode ser extraído sobre essas mudanças é:

a-) Na composição da tropa, os *soldados da nação* passaram a predominar; o serviço militar obrigatório foi definitivamente consagrado e os desumanos castigos corporais foram formalmente abolidos: todos os combatentes seriam *filhos da pátria* e, como tais, teriam a dignidade reconhecida. Tal procedimento tornou viável a constituição de grandes contingentes de reserva. A *causa nacional*, mais que o principal estímulo para a mobilização de homens, tornou-se a principal fonte de legitimação dos aparelhos militares. b-) A organização militar tornou-se inteiramente dependente do desenvolvimento científico-tecnológico, da indústria e da infraestrutura. As qualidades individuais persistiriam fundamentais na atividade guerreira, mas a capacidade militar passou a ser definida pelo preparo técnico para o uso da vasta gama de recursos propiciados pelo desenvolvimento científico-tecnológico. c-) As orientações do comando passaram a ser baseadas no planejamento desenvolvido por uma equipe institucional altamente especializada e doutrinariamente coesa, o estado-maior, responsável pelo estudo de cenários, pela sistematização de informações e pela concepção e acompanhamento das operações em tempo de paz e em tempo de guerra. d-) A formação profissional dos oficiais passou a ser contínua e a promoção hierárquica regulamentada segundo o princípio do mérito com grande peso para a capacitação técnica e o preparo intelectual. Sem o estudo permanente, o oficial moderno seria incapaz de acompanhar as novidades oferecidas pelo desenvolvimento tecnológico e industrial. e-) As grandes unidades, mesmo especializadas em determinadas operações, guardam possibilidades de atuar com grande autonomia. O poder de decisão de seu comando passa também a ser limitado pela regulamentação minuciosa da vida corporativa. (NETO, 2004 *apud* GOLDONI, 2011, p. 47-48).

Dessa longa citação pode-se extrair aspectos que dominaram o debate sobre segurança nacional, modernização do Exército e industrialização do país. É possível apreender que depois da Guerra o Brasil não contava com nenhum desses elementos bem consolidado, por exemplo, ainda se dividia funções com outra tropa terrestre a Guarda Nacional, a vinda de uma missão militar para sua modernização ainda era fonte de debates sobre qual país seria o vencedor. Por último o recrutamento não era feito na base do serviço militar obrigatório, e sim no voluntariado ou na base da força, não gerando uma troca com consciência mínima de servir à nação.

O resultado foi uma completa transformação, que começou com a adoção do serviço militar obrigatório, ainda que por sorteio, em 1916, depois veio a Missão Militar Francesa em 1919, a reorganização das escolas de formação de oficiais, a reorganização das escolas de engenharia na década de 1930, e finalmente a constituição da CSN em 1942. Todas essas transformações se deram a partir da eclosão da Primeira Guerra, o que elevou o alerta entre a burguesia e as classes dirigentes sobre a necessidade de modernizar, principalmente o Exército para enfrentar as ameaças externas. Para isso, teve papel fundamental o grupo chamado de “Jovens Turcos”, que liderou a campanha pela

Serviço Militar Obrigatório ao lado da Liga de Defesa Nacional, do qual o principal expoente era o escritor Olavo Bilac, a campanha foi vitoriosa, como já exposto por aqui.

No que diz respeito à missão militar, quando o debate teve início, discutia-se entre os alemães e os franceses. O Exército alemão era celebrado antes da guerra como um dos mais modernos e bem treinados do mundo, o país contava com uma robusta indústria bélica, da qual o Brasil realizara compras, principalmente dos canhões *Krupp*. Já a França possuía também uma indústria bélica consolidada, e contava com a vantagem de já ter prestado assessoria na modernização da Força Pública de São Paulo em 1907. A disputa de fundo no caso entre os dois países, replicava aspectos da disputa a nível mundial realizada por essas grandes potências.

Era uma disputa por zona de influências para a compra e venda de produtos militares e civis, se no início das tratativas no governo do Marechal Hermes da Fonseca, a vantagem era alemã, dado que já se enviara militares brasileiros para treinar na Alemanha desde 1908, com o estouro da guerra e posteriormente a derrota germânica para justamente a França, deixou como alternativa justamente a preferência pelos franceses.

2.1 – A história da Indústria bélica brasileira

A primeira fábrica de material bélico criada no Brasil foi a Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas, fundada em 1808 por D. João VI, localizada ao lado do Jardim Botânico, inaugurado posteriormente. Em 1827, a fábrica seria transferida para o distrito de Estrela, na Serra de Petrópolis em Magé, seu nome foi então modificado para Fábrica de Pólvora de Estrela. No entanto, por um longo tempo essa fábrica contou com baixo nível técnico. Por volta de 1914, enquanto a Europa preparava-se para a guerra com o que havia de mais moderno em armamentos, a unidade de Estrela produzia apenas a chamada pólvora negra, que quando muito era utilizada para armar cartuchos.

Segundo Goldoni (2011, p. 48), a baixa especialização da produção da Fábrica de Estrela retratava a incapacidade da indústria nacional em inovar. Como o país não possuía universidades, a formação técnica se dava por meio das escolas do Exército, ou do ensino técnico, criado ainda no império, que segundo ele formava apenas artesão de tão rudimentar que era. De acordo com o autor, documentos da fábrica dão conta de que haveria um laboratório químico em 1914, mas não havia profissionais da química no quadro de funcionários, o que pode indicar que o laboratório não era utilizado para

experimentos. Pelo regimento interno, o diretor deveria ser um engenheiro militar formado.

O chefe da manipulação de pólvora era quem dirigia os trabalhos nas oficinas, e que mais aproximava-se da função de um especialista em química. Segundo o regulamento de 1914, era a tarefa do diretor da fábrica ir atrás de manuais, técnicas e conhecimento sobre a fabricação de pólvora, para Goldoni, esse elemento reafirma que era necessário ao diretor da fábrica ser um engenheiro militar.

Em 1918, ocorre uma nova alteração em Estrela, que passa a produzir pólvora de caça, minas, artifícios pirotécnicos, escovas de projeção dos canhões *Armstrong* e cargas de projeção dos canhões *Krupp* e *Whithworth*. Posteriormente em 1938, ela passa a produzir pólvora de propulsão – essa utilizada em projéteis de maior alcance –, fabricação de foguetes elementares e granadas. Contudo, em 1939, o Ministério da Guerra concentrou a manufatura de pólvoras modernas na Fábrica de Piquete, arrendando Estrela para o setor privado como um meio de melhorar os laços de ligação entre os dois setores.

A situação da já citada Fábrica de Piquete era totalmente diversa. Criada em 1902, mas inaugurada apenas em 1909, sua função era produzir pólvora sem fumaça e explosivos à base de nitrocelulose, ao contrário de Estrela era incentivada a desenvolver pesquisas, buscando reproduzir o modelo europeu e estadunidense. Nesse sentido contava com um laboratório químico para realizar experiências e estudos. Para Goldoni (2011, p. 70), em comparação com o resto do parque industrial brasileiro, a Fábrica de Piquete representava a modernidade e o progresso, sendo previsto já em 1910, a contratação de três químicos e dois auxiliares, no entanto, a falta de mão de obra qualificada impediu de concretizar todo o potencial da fábrica.

Desde a década de 1910, Piquete contava como equipamentos para a produção de pólvoras de base dupla, mas, só na década de 1930 é que fabricou esse explosivo, apenas quando a Escola Técnica do Exército (EsTE) formou os primeiros engenheiros químicos capazes de conduzir todo o processo. Uma outra escola, não ligada diretamente ao Exército foi fundada em 1918, o Instituto de Química do Rio de Janeiro. Segundo Goldoni, ela não incrementou a capacidade produtiva da indústria bélica brasileira.

Mesmo com as limitações técnicas já apontadas, Piquete em 1915 já fabricava produtos de uso dual (civil e militar); além de ácido sulfúrico, ácido nítrico, ácido clorídrico, nitrato de sódio, éter, éter sulfúrico, algodão colódio, algodão pólvora

(nitrocelulose), glicerina, nitroglicerina, acetona e acetato de cálcio. De acordo com Goldoni:

Obviamente, seria impossível para a Fábrica de Pólvora sem Fumaça reproduzir a inovação da indústria alemã, que alcançara esse estágio de produção ainda no século XIX. Todavia, diante dos atrasos da economia e da indústria brasileira e da ausência de universidades e centros de pesquisa, os avanços galgados por essa fábrica impressionam. Piquete seria uma importante fornecedora de insumos para a crescente indústria paulista e de variados explosivos para as Forças Armadas. Apesar de o regulamento interno de 1910 já prever a venda de sua produção para o mercado adaptando-a às necessidades civis e que empresas contratasse a fábrica para a realização de estudos técnicos, apenas em fevereiro de 1931, as Seções Comerciais (responsáveis pela distribuição e venda da produção) das fábricas militares seriam regulamentadas e, em alguns casos, criadas oficialmente. (GOLDONI, 2011, p.71-72).

Goldoni cita também documentos do Ministério da Guerra que apontam sobre a importância da Fábrica de Piquete a partir do momento que a mesma passa a produzir explosivos de mais complexidade:

Em 1935, a EsTE começou a oferecer os químicos especializados que a Fábrica tanto necessitava. As “modernas” “pólvoras de base dupla”, de fabricação mais complexa, por ser constituída por bases químicas, a nitrocelulose e a nitroglicerina, passaram a ser finalmente produzidas no Brasil. Piquete era única fabricante de pólvoras químicas existente no país e sua importância era indiscutível. O Ministério da Guerra considerava este estabelecimento “uma das pedras angulares de nossa defesa militar”. (MG. RMG, 1936, p.69. *Apud* GOLDONI, 2011, p. 72-75).

O regulamento interno de Piquete altera-se novamente em 1936, o objetivo era voltar a fábrica para a produção de pólvoras químicas e explosivos para o Exército e a Marinha, o objetivo era reduzir a importação desses produtos por parte do país. A venda de produtos para particulares passava a ser secundária. As atividades de pesquisa cresceram com a criação de uma nova subdiretoria técnica, que tornou-se responsável pelo Gabinete de Estudos e Pesquisas; e o Gabinete de Controle. Os dois formados pelos Laboratórios Químico e Balístico. O novo regulamento ainda exigia que o diretor da fábrica fosse um coronel formado em engenharia pelo Exército e o subdiretor técnico um tenente coronel ou major formado em química. Após investimentos, em 1941, Piquete diversificou a produção: fabricando, algodão-pólvora, pólvoras de guerra; pólvoras de salva; pólvoras de caça; explosivos de guerra; dinamites; ácidos minerais e explosivos industriais.

Segundo Goldoni, outra fábrica militar de grande importância era a Fábrica de Cartuchos de Infantaria (a Fábrica do Realengo). Esta inaugurada após a Proclamação da República. Entre 1896 e 1898, foi construído o prédio da Fábrica de Cartuchos Mauser. Em 1899, o Laboratório Pirotécnico, localizado na Zona Norte do Rio de Janeiro foi incorporado à unidade de Realengo. Com essa aquisição, a fábrica deveria produzir munição para armas portáteis, metralhadoras, estopilhas, artifícios pirotécnicos e espoletas de artilharia.

De acordo com o autor, em 1900, a fábrica contava com 119 funcionários, sendo desses 57 operários, 52 aprendizes e 10 serventes. O cargo de diretor, acredita ele, seria ocupado por um oficial formado na Escola de Engenharia do Exército. Dez anos depois a unidade de Realengo havia duplicado seu espaço, com a compra de terrenos; e a produção com a contratação de mais funcionários, sendo: 401 trabalhadores; 12 encarregados de oficina; 141 operários; 53 aprendizes; 75 auxiliares de oficina e 20 serventes. Novamente, segundo ele, faltam registros sobre o diretor da fábrica e sua formação, embora, o regulamento exigisse oficiais da arma de artilharia.

Dois anos depois, o Ministério da Guerra, criou uma escola de formação para operários e aprendizes. Contrata-se então um engenheiro químico alemão, Hans Von Steger, para ser o auxiliar técnico da Fábrica, cargo que ele ocupa por dois anos para ensinar o preparo de munições à funcionários escolhidos pela diretoria. Para Goldoni, Hans Von Steger foi pouco aproveitado para o ensino de técnicos por razões políticas, já que na época de sua contratação, o Brasil negociava com a França e a Alemanha para realizar uma missão de modernização do Exército. Ainda, para ele, os alunos tiveram contato com os ensinamentos do alemão, em estágios, ou em contato com os funcionários destacados.

Já na década de 1930 a Fábrica tem seu nome alterado para Fábrica de Cartuchos de Infantaria (FCI), recebendo uma modernização. Em 1936 ela passou a contar com: 764 funcionários; 100 operários; 171 auxiliares; 22 serventes; 20 artificies, 25 aprendizes e 406 trabalhadores. No ano seguinte, a Oficina de Fabricação de Capsulas foi reformada e incrementou sua produção em 100%. E em 1938 são adquiridas 42 máquinas e equipamentos. Quatro anos depois, mais 20 máquinas são adquiridas e construídos dois pavilhões e três oficinas – as de Carregamento, Revisão, Embalagem e Expedição.

Tudo isso culminou para que a Fábrica de Realengo produzisse em 1944: mais de 35 milhões de tiros de guerra para armas automáticas, fuzil ou mosquetão; 120 mil espoletas de tempo; 500 mil capulas para espoleta; 21 mil cargas de projeção *Wickeres* 152,4 mm; 350 mil carregamentos de granadas de mão, morteiros, canhões e bombas.

Apesar de computar essas três importantes fábricas, o Ministério da Guerra empreendeu esforços na década de 1930 para estabelecer outras unidades para suprir a demanda do Exército sem recorrer às caras e demoradas importações, segundo Goldoni:

Na década de 1930, além de expandir e aprimorar a produção das Fábricas de Piquete e do Realengo, o Ministério da Guerra, acompanhando a conjuntura industrial “substitutiva de importações” de bens de consumo não-duráveis, criaria seis novas fábricas com o objetivo de produzir bombas e projéteis de artilharia, armas portáteis, gases asfixiantes, cozinhas de campanha e material de transmissão, como telefones de campanha. Os novos estabelecimentos reduziram, por exemplo a necessidade de importação de munição, cuja escassez foi sentida durante a Revolução de 1932. O equipamento pesado e mais sofisticado do Exército ainda deveria ser adquirido no exterior, reflexo da ausência de indústrias de base e de bens de capital no Brasil. (GOLDONI 2011, p.79)

Nesse sentido é criada em 1933 a Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia, essa em Juiz de Fora, Minas Gerais. Seu objetivo era produzir estopilhas e carregar bombas para a aviação, recebendo maquinário da unidade do Realengo. Posteriormente ficou pronta a Oficina de Carregamento de Cartuchos e Projéteis; a Seção de Usinagem de Espoletas e os Laboratórios de Química, Física e Metalografia; o que permitiu à Fábrica em 1938 produzir estojos para o canhão *Krupp* 75C/28.

Em 1933, também foi criada em Minas Gerais, só que em Itajubá, a Fábrica de Canos e Sabres para Armas Portáteis, que recebeu seu instrumental do Arsenal de Guerra no Rio de Janeiro. Itajubá será importante por abrigar a Escola de Aperfeiçoamento Técnico e Profissional para capacitar os trabalhadores de lá. Goldoni ressalta:

Nos anos de 1936 e 1937, o Serviço Geral de Controle e Pesquisa da Fábrica iniciou experiências com aço produzido pela Usina de Sabará (Belgo Mineira) na manufatura de canos para fuzil e mosquetão. Em 15 de março de 1937, o chefe dos Serviços Técnicos da Fábrica realizou os primeiros disparos com o Mosquetão modelo 1922, produzindo com canos inteiramente constituídos por aço nacional. Foi importante passo para atingir um dos objetivos da Fábrica: “Produzir armas fabricadas com aço brasileiro e mão de obra nacional” (MG. BE. 58, 15 de março de 1937). Amostras constataram que a vida útil do cano fabricado com aço nacional chegaria a até sete mil tiros, o que não era nada mal, tendo em vista o reduzido valor do produto nacional se comparado ao importado. Itajubá agregava pesquisa e desenvolvimento à produção. Como consequência da Missão Militar Norte-Americana, os engenheiros formados na EsTE estagiaram e foram absorvidos pelas fábricas militares. Os preceitos do MIT de ser uma escola de “ciência industrial” foram bem assimilados pela Escola Técnica do Exército. (GOLDONI, 2011, p.80).

No ano de 1939, tem início as aulas da Escola Profissional de Itajubá, que funcionava com duas turmas, uma de 1º grau para os aprendizes, e outra de 2º grau para a especialização. Também no mesmo ano, a fábrica ganhou as Oficinas de Guarnições e Acessórios – fornecida pela empresa *Haupt & Cia* – de Coronhas e Telhas, de Forjas e de Depósito da Culatra.

Com a Segunda Guerra Mundial, mobilizaram-se todas as fábricas para produzir equipamentos para o Brasil e para os aliados. A Fábrica Química de Bonsucesso, no Rio de Janeiro, fazendo ferragens para cama de campanha. Essa unidade era também conhecida como Fábrica de Material Contra Gases, e foi inaugurada em 1933 também, nas instalações da antiga Fábrica Brasileira de Produtos Químicos, recebeu maquinário do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e da Fábrica de Estrela. A Fábrica de Projétil de Artilharia (Fábrica de Andaraí), nasceu nos mesmos moldes de Bonsucesso, em 1932, recebendo uma estrutura semelhante, proveniente de outras oficinas do Ministério da Guerra; durante a Guerra, ela produziu corpos de granadas de mão, granadas de 75 mm e corpos de granada de 88 e 152,4 mm., destaca mais uma fábrica que teve papel importante na produção brasileira durante a guerra:

Os preparativos para a Guerra obrigariam o Ministério da Guerra a reorganizar a Fábrica de Viaturas do Exército, localizada em Curitiba, e criada em 1934. A nova estrutura permitiu que a Fábrica de Curitiba produzisse, somente no ano de 1944, 100 viaturas-água (espécie de carro-pipa hidromóvel), 150 viaturas-cozinha (cozinha de campanha), 200 viaturas-munição, 100 viaturas colonial, 100 viaturas-carne (frigorífico), 100 porta-paiolas (enfermaria), três equipagens de pontes e 100 suspensórios “Tintner” (MG.RMG, 1945 p.128,129). (GOLDONI 2011, p.83).

Por último, mas não menos importante, Goldoni destaca a Fábrica de Material de Transmissões, criada no Rio de Janeiro em 1939. Sua finalidade primordial era reparar o material de transmissão e acompanhar os avanços desse ramo. Pelo regimento da fábrica, todos os cargos de direção seriam ocupados por oficiais especialistas em transmissão. O diretor geral, era encarregado de promover entre a indústria civil, a necessidade de fomentar entre os empresários, a confecção dos artigos necessários para a fábrica funcionar. Como a fábrica contava com mão de obra qualificada, sua Seção Tecnológica produzia estudos de aperfeiçoamento, de utilização de novas técnicas; havia a compra de revistas científicas e livros para a biblioteca da unidade.

O resultado é que já no ano de sua inauguração, ela produziu telefones de campanha, quadros comutadores de quatro direções, pranchetas monitoras para estudo de campanha e acessórios relacionados à telefonia. Em quatro anos, ela evoluiu sua produção, construindo estações de rádio de campanha, transmissores, moduladores, cristais de quartzo, lança foguetes. Ressalta-se então a nítida evolução que os engenheiros brasileiros obtiveram no que tange aos sistemas de telefones, Goldoni aponta:

Em menos de quarenta anos, engenheiros militares brasileiros passaram da realização de experiências pioneiras em torno da fabricação de um “simples” aparelho telefônico, no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, para a fabricação de modernos telefones de campanha e centrais telefônicas na Fábrica de Material de Transmissões, instrumentos da maior relevância nas operações militares da época. O ideal das “fábricas-laboratórios” militares de reduzir a dependência das importações de material parecia estar se concretizando. (GOLDONI 2011, p. 85).

Por fim, mas não menos importante há a história da Fábrica mais antiga aqui listada, o Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, criado em 1762, ainda com o nome de Casa do Trem, sua finalidade era fabricar lanças e fazia a manutenção do material bélico importado, que é o *modus operandi* dessas unidades fabris no país, até meados do século XX. Em 1811, o nome do local foi alterado para Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, produzindo armas, munições. A nomenclatura modificar-se-ia em outras três ocasiões, em 1832, passou a se chamar Arsenal de Guerra da Corte; depois Arsenal de Guerra da Capital em 1889, e por fim Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro em 1902, ocasião no qual foi transferido de endereço, para onde hoje encontra-se o Museu Histórico Nacional. GOLDONI (2011, p.86) citando José Carlos Albano Amarante, ressalta a importância dessa Fábrica, por conseguir desenvolver num país sem indústria, alguns produtos complexos:

Em 1857, o então Arsenal de Guerra da Corte realizou sua primeira atividade de pesquisa e desenvolvimento: um canhão de bronze de boca elíptica, ante carga e de alma lisa. Durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), o Arsenal cumpria papel de alta relevância produzindo 93 canhões *La Hitte* (reconhecido por sua velocidade de fogo e precisão), munições, armamentos, equipamentos, lanças e todo o fardamento das tropas brasileiras (AMARANTE, 199, p. 214-215). Não há dados sobre a quantidade de mão de obra empregada, mas pelo volume da produção, pode-se concluir que tratava-se de um complexo fabril expressivo perante as condições brasileiras. (GOLDONI, 2011, p)

No ano de 1968, o Arsenal absorveu a Fábrica de Armas de Conceição. E em 1916, recebeu suas maiores melhorias, com a instalação de uma moderna oficina, na qual passou a montar o fuzil *Mauser* 1908; nesse mesmo ano ganhou novos laboratórios, os

de Química, Ensaios Mecânicos e Metalúrgicos, para Goldoni, a instalação passou a funcionar mais como uma fábrica laboratório, um exemplo disso é que em 1918, os laboratórios criaram um aparelho telefônico. Dois anos depois, o Arsenal recebeu equipamentos para fabricar aço, a partir do qual passou a produzir granadas e peças para a engenharia. Para concluir, ressalta:

Os esforços produtivos despendidos pelo Ministério da Guerra propiciaram aos comandantes uma percepção mais abrangente e aprofundada dos múltiplos e complexos problemas a serem enfrentados para que o Brasil reduzisse sua dependência externa em armas e equipamentos. As experiências acumuladas permitiram uma atuação mais decisiva junto ao governo federal e ao empresariado industrial emergente. A crise do modelo agroexportador, a grande ruptura política de 1930 e a relativa perda de poder das tradicionais oligarquias monocultoras abririam espaço para medidas de apoio à industrialização e aplainariam a rota da capacitação tecnológica para uso militar. (GOLDONI 2011, p.89).

A defesa de um processo de industrialização para o país, pautada na indústria de base, para que a mesma pudesse abastecer as outras cadeias produtivas – com destaque para a produção de armamentos – era uma ideia avançada, que de certa maneira perpassa outros projetos de nação do século XX, encontrando eco na Estratégia Nacional de Defesa publicada em 2008, quase que um século depois dos “Jovens Turcos” lançarem seu primeiro manifesto.

Retomando a tese de doutorado de Luiz Rogério Franco Goldoni, é possível avançar na compreensão dos principais responsáveis pelas Forças Armadas durante o Estado Novo, no caso Pedro Aurélio de Góes Monteiro, que foi ministro da Guerra entre 1934 e 1935, ocupando posteriormente o cargo de Chefe do Estado Maior do Exército entre 1937 e 1943; e de Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra entre 1936 e 1945, destaca:

É possível traçar continuidades entre o pensamento dos “Jovens Turcos” e de Góes Monteiro. Primeiro é a ideia mais ampla de defesa nacional diretamente ligada à uma capacidade material do país em produzir seus próprios armamentos para sua defesa. Ainda que de modo embrionário é possível observar a defesa desses princípios nos “Jovens Turcos”, ainda que para eles essa indústria seria financiada pelo Estado. Já Góes Monteiro, quase duas décadas depois se apoiava na experiência histórica e sabia que caberia ao Estado pautar esse desenvolvimento industrial³⁶. Outro ponto de

³⁶“A mobilização da sociedade para a guerra demandaria uma profunda (re)organização das atividades econômicas. A agricultura deveria ser auto-suficiente e assegurar a provisão de alimentos para a tropa e a

“continuidade” entre ambos era a ideia de que o ensino primário seria uma importante ferramenta de transformação social, ou no caso do Exército, formando recrutas melhores. Para Goldoni, Góes e Dutra possuíam um pensamento semelhante no que toca ao preparo do país para a Guerra que se avizinhava

Tanto Góes como Dutra tinham em mente o preparo do país para a “guerra total”, fenômeno que envolveria todos os domínios da vida em sociedade e todos os elementos do poder do Estado. Na linha dos antigos “jovens turcos”, que pretendiam que o Exército funcionasse como escola da “nação armada” através do serviço militar obrigatório, percebiam a construção da comunidade nacional como indispensável à defesa militar. O ambiente da Segunda Guerra, onde toda a sociedade era afetada e mobilizada, favorecia a ideia de ampla e profunda unidade nacional sob inspiração militar. (GOLDONI, 2011, p.93).

Em 1942, quando o Brasil decidia ainda sobre o envio ou não de tropas para guerra, Dutra em discurso dizia que não havia distinção entre civis e militares. Goldoni ainda aponta que, uma das características da Segunda Guerra que explicitaria seu elemento de “guerra total” era os bombardeios aos alvos civis, empurrando para os últimos o ônus da guerra.

Segundo ele, Dutra possuía uma visão de militarização da massa ativa da população. No confronto tanto cientistas, como operários e soldados tornavam-se iguais, a particularidade é substituída pela universalidade do embate pela defesa da nação. Dentro do contexto da escalada do conflito na Europa, o comando do Exército temia que ocorresse um bloqueio de armamentos para o país, prejudicando sua capacidade de defesa.

2.2 – A Campanha de compra de produtos nacionais entre as décadas de 1930-1940

Em meados da década de 1930, Góes Monteiro apresentou à Getúlio Vargas um balanço da capacidade da indústria bélica nacional. Eram onze instalações produtivas, sendo nove fábricas e dois arsenais de guerra; do conjunto seis unidades eram novas e o resto necessitava de uma modernização. Góes salientava que devido ao arsenal e as importações de fuzil, a indústria local deveria se especializar em produzir material para a manutenção do arsenal de então. Mas ele mesmo fazia a ressalva de que o resto do mundo se especializava em máquinas cada vez mais modernas e destrutivas como os aviões.

população em geral; o parque industrial deveria assegurar o aparelhamento das tropas e suprir as demandas de consumo nacionais; o sistema de transportes deveria permitir a rápida mobilização das tropas e integrar todo o complexo produtivo e os variados elementos do sistema de defesa.” (GOLDONI, 2011, p.92).

Em 1936 Dutra fazia uma análise semelhante sobre a precariedade da indústria nacional. Para ele o parque industrial do país não era bem equipado, bem como a mão de obra não era suficientemente qualificada. Além disso, para ele, o empresariado nacional era incompetente.

O Brasil encontrava-se em posição de desvantagem comercial, pois produzia apenas produtos agrícolas, de baixo valor agregado, para poder trocar por armas que eram produtos de alto valor agregado. Goldoni chama atenção para o fato de que o Brasil nessa época já exportava produtos farmacêuticos produzidos por laboratórios estatais como o Instituto Fio Cruz, o Instituto Butantã, Instituto Militar de Biologia e o Laboratório Químico Farmacêutico Militar.

A Alemanha, já sob o governo de Hitler tentava penetrar no mercado latino americano, do qual o Brasil era um dos destaques, para isso utilizou ferramentas agressivas, como utilização de marcos compensatórios, sem envolver conversão de divisas para as trocas. O governo de Getúlio Vargas nesse período fazia jogo duplo, negociando ao mesmo tempo com Alemanha e EUA. Mas nesse ponto, tanto Alemanha quanto Brasil beneficiavam-se das tratativas. As Forças Armadas brasileiras por sua vez utilizavam a rivalidade com a Argentina para poder justificar a criação de uma indústria siderúrgica no Brasil, enquanto isso a Argentina comprava armamentos da Alemanha. Dutra, possuía a convicção de que o país conseguiria criar uma indústria bélicas, caso houvesse anteriormente o desenvolvimento de uma indústria de base.

O modelo de substituição de importações foi intensificado ao longo da década de 1930, com isso e alimentado pelo espírito nacionalista e desenvolvimentista, o intercâmbio entre o meio civil e o meio militar deslanchou havendo até transferência de tecnologia. Goldoni aponta que apesar do crescimento industrial do país, a produção bélica era em sua maioria proveniente das fábricas de posse do Ministério da Guerra. O diretor de Material Bélico inclusive apontava que as empresas necessitavam cada vez mais recursos, devido ao aumento dos pedidos dos militares, os recursos que eram reservados a isso poderiam ser melhor alocados em outras atividades apontou ele.

O diretor de material bélico preocupava-se com os custos de modernizar as fábricas, e nesse sentido, tanto ele, como o comando passaram a defender que a produção de material bélico não deveria ficar apenas nas mãos militares, o que segundo o autor demonstra que abandonavam a postura corporativista, para ele:

O Exército emergia como consumidor relevante da produção industrial doméstica, engrossando a tendência de ampliação do consumo interno firmada com o aceleramento da urbanização; contudo era um consumidor exigente. Segundo o diretor de Material Bélico, a principal função das unidades produtivas do Exército seria estudar os materiais importados e desenvolver técnicas para utilização de matérias-primas nacionais. Isto exigiria mudanças nos métodos de produção e montagem de um sistema de ciência e tecnologia compatível. Os oficiais do Exército desejavam voltar seus esforços para o desenvolvimento de pesquisas. A corporação precisava se capacitar para supervisionar a qualidade da produção civil e desenvolver a tecnologia necessária aos produtos dos quais precisava. As unidades produtivas do Exército deveriam gerar conhecimento técnico-científico a ser repassado ao empresariado obviamente, a transferência de tecnologia estaria condicionada à disposição dos industriais em adotar as orientações militares. (GOLDONI, 2011, p.107).

A campanha do Ministério da Guerra apontava que alguns insumos que os empresários brasileiros adquiriam eram de origem do Brasil e passavam por algum beneficiamento, sendo posteriormente importados pelas indústrias brasileiras, para aí sim ser utilizado para confeccionar algum produto. Goldoni aponta outros fatores que tornavam os produtos importados mais atrativos, fatores como a infraestrutura precária, as vezes o frete do produto importado era mais vantajoso que o escoamento interno; a falta de qualidade ou o preconceito com o produto aqui produzido.

Em texto de divulgação da campanha, o diretor de Material Bélico conclamava que militares e civis deixassem as lamentações de lado e passassem a um “nacionalismo prático”, pondo assim em ação a campanha. O autor cita relatórios do Ministério da Guerra, que apontavam o sucesso da campanha. Por sua vez, a FIESP, divulgou um telegrama no qual congratula o governo pela iniciativa. Por fim, além das vantagens de financiamento e garantias de compras, o Ministério da Guerra oferecia a oportunidade de assinar um contrato de *Lend-Lease Act* com alguma empresa estadunidense.

2.3 – Projetos de nação e a moderna indústria militar

Nesse novo momento, as relações entre Estados modificaram-se sensivelmente, não cabendo aos países menos desenvolvidos um papel figurativo de apenas exportar matérias-primas para as “metrópoles”. Com a possibilidade de exportar capitais ociosos dos países centrais aos periféricos, abre-se a possibilidade de investir na melhoria de serviços de infraestrutura, bem como a implantação de tecnologias amplamente disseminadas, assim, aos países periféricos torna-se possível industrializar-se, sem no entanto, quebrar as raízes históricas de subordinação destes aos países centrais.

Não por sinal, países como o Brasil, constituíram após a Segunda Guerra Mundial, robustos parques industriais, com a instalação de empresas transnacionais, inclusive produtoras de bens de capitais. Mas a prosperidade da indústria não resultou em uma economia e sociedade mais igualitárias nem tampouco mais desenvolvidas.

O “Brasil industrial” sofreu na década de 1970 com a crise proveniente do choque do aumento dos preços do petróleo – principalmente após a Guerra do Yom Kipur de 1973 e a criação da Organização dos Países Produtores de Petróleo, na sigla OPEP –, depois na década de 1980, conhecida também como “década perdida”, a economia brasileira foi impactada com o aumento dos juros da dívida externa, resultando na moratória da dívida, fuga de capitais e inflação, que se tornou hiperinflação no início da década de 1990. As reformas estruturais de cunho neoliberal e a reestruturação produtiva, foram então impostas ao país como medida saneadora dos problemas de então – e vendidas assim como o processo de industrialização – como meio do país se tornar moderno e superar seus problemas históricos.

A mesma esperança de economistas e outros teóricos sociais, envolveu engenheiros das mais diversas áreas, que acreditavam que o desenvolvimento de tecnologias estratégicas no país, como um programa de energia nuclear, ou uma indústria bélica nacional, levaria o país a superar certas assimetrias de poder no contexto internacional, superando assim o status de dependente nesse campo.

Pode-se destacar que nos últimos 40 anos, a Marinha do Brasil desenvolveu um programa de nuclear autóctone, com o enriquecimento de urânio, proveniente de supercentrifugas; Aeronáutica financiou durante anos uma empresa nacional, para desenvolver aviões de combate e civis, num exemplo destacado de “tecnologia de uso dual”, essa empresa é a Embraer, privatizada na década de 1990, hoje é líder na venda de jatos comerciais, caracterizando num dos melhores exemplos de empresa transnacional com origem brasileira: possui cadeia produtiva internacionalizada, com alguns de seus produtos montados em outros países, e lucro remetido à sede; por sua vez, os engenheiros aeroespaciais e aeronáuticos que hoje trabalham na Embraer, se formaram no Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o ITA.

Os dois discursos, o que atrela o desenvolvimento nacional à industrialização do país, e por sua vez o da defesa das tecnologias nacionais, coadunam-se. São economistas nacionalistas e de esquerda, bem como militares à direita e à esquerda que compartilharam durante mais de 50 anos um projeto de nação, que bem ou mal

transformou o país, mas que foram suplantados nos últimos anos pela hegemonia da fração financeira da burguesia.

Este trabalho tratará assim, do projeto desses economistas, representado pelo pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, a CEPAL, e também de dois dos exemplos aqui citados no que envolve os militares brasileiros quanto ao desenvolvimento de tecnologias nacionais, o primeiro é o exemplo da Embraer; A hipótese aqui trabalhada é de demonstrar que são aspectos necessários ao país sim, o desenvolvimento de tecnologias e de uma indústria que a acompanhe, no entanto, esse projeto necessita um acompanhamento de ações políticas e econômicas que de fato superem as assimetrias nas relações de poder internacionais e nacionais, possibilitando de fato a superação histórica da desigualdade social do país.

2.4 – As relações civis-militares e o desenvolvimento econômico do país

Quando se pensa na questão de projetos de nação no Brasil, as Forças Armadas, advém como a instituição que incorpora essa visão de modo mais bem fundamentado, muito antes de outras. Obviamente é preciso levar em conta algumas especificidades, afinal devido ao papel fundamental de sustentação do Estado, as F.As iniciam sua constituição em consonância com o processo de colonização do país. Era necessário garantir a segurança dos colonos contra as invasões estrangeiras. Ao longo de toda a história colonial, os engenheiros militares exercem um importante papel na organização da defesa do país; na execução de obras públicas; e organizando a estratégia de ocupação do território via expedições. Por último é preciso destacar o papel que o Exército assumiu após a Guerra do Paraguai na segunda metade do século XIX, recusando-se a atuar na captura de escravos fugitivos.

Muito antes de outras instituições de abrangência nacional, o Exército alcançava (e ainda alcança) as regiões de mais difícil acesso do país, garantindo assim uma grande capilaridade e inserção. A consequência mais direta, é que enquanto as oligarquias de alguns estados como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, digladiavam-se ou criavam acordos que beneficiavam a manutenção do poder político – e por sua vez a subsunção da política econômica do país à atividade produtiva da qual eles eram expressão, ou seja, o café – as Forças Armadas, formavam quadros através de suas escolas de oficiais, que embebidos da doutrina do “soldado cidadão” e do positivismo enquanto ideologia, arrazoavam em uma concepção de nação que originasse um país desenvolvido.

Ao se falar das Forças Armadas, no entanto, é preciso retomar o modo como se dão as relações entre civis e militares. Dentro do pensamento corrente, há um embate entre as concepções “institucional-organizacional” e o ponto de vista “instrumental”. De acordo com Antônio Carlos Peixoto, a “Institucional-Organizacional”:

“A concepção institucional-organizacional, por sua vez, enfatiza a autonomia da instituição militar face à sociedade global. Segundo essa abordagem, as Forças Armadas se convertem na matriz dos *inputs* e dos *outputs* militares; o fenômeno militar é, em última análise, auto-explicável. Os traços mais salientes da lógica organizacional burocrática – são privilegiados em prejuízo das influências civis. O aparelho militar é analisado como uma estrutura monolítica, e seu *output*, político é o resultado de processos e de decisões que se prendem à lógica e à percepção próprias da instituição e de seu funcionamento vertical. (PEIXOTO, p. 30).

De acordo com Peixoto – um defensor dessa abordagem – o fenômeno militar não é uma mera instituição do Estado, sua expressão armada, mas antes uma instituição quase que autônoma, que pensa e age de acordo com uma lógica própria junto ao Estado, não exercendo assim influência de classes sociais em disputa.

Adotar essa visão como a única explicativa sugere uma concepção errada da realidade histórica e da situação atual, exclui-se do debate o papel que frações da burguesia tiveram por exemplo, no golpe em 1964, assim como os setores médios. Em outras palavras, deixa de lado o braço civil do golpe, por exemplo, algo que não ocorre na tentativa de golpe em 1961, na qual um setor da cúpula militar tentou impedir a posse de João Goulart, mas fracassou porque a população decide resistir nas ruas, assim como setores militares decidem não correr o risco de jogar o país em uma guerra civil. De acordo com Nelson Werneck Sodré:

“Não resiste à mais superficial análise, por outro lado, a suposição de que as Forças Armadas operaram isoladamente, e vivem e atuam separadas das forças sociais do país. O golpe de 1964, militar na sua exteriorização – correspondendo a inegável alteração na correlação de forças, e com apoio, portanto, de variadas e numerosas e poderosas componentes –, foi político na sua essência, e atendeu a interesses políticos inconfundíveis, independentes da vontade da maioria esmagadora de seus participantes e de muitos de seus mais destacados chefes. As Forças Armadas brasileiras foram acionadas para operar transformação cirúrgica na estrutura política brasileira, a fim de deter o processo de transformação estrutural que permitiria o desenvolvimento do país, econômico, social, político, dentro de normas democráticas.” (SODRÉ, 2010, p. 473-474).

Para Nelson Werneck Sodré, a concepção que melhor define as relações entre civis e militares será a instrumental, mas não tratada de modo puro, e sim se destacando o papel daquilo que o meio militar terá de específico, ou seja, a hierarquia, a disciplina. As Forças Armadas sofrerão influências da luta de classes em seu interior, e seu apoio

será disputado pelas classes em conflito, mas no fim é a hierarquia, as altas patentes que tomarão a decisão repassando-a ao resto de toda a organização, que pelos valores de obediência haverá de acatar e executar.

No trabalho atual, adota-se a concepção “Instrumental”, por entender, que as Forças Armadas expressão em seu interior a luta de classes, estabelecendo em diferentes momentos a hegemonia de diversas frações.

Condiz com esse período a “Revolta do Forte de Copacabana” em 1922, na qual oficiais – em sua maioria tenentes – sublevam-se, exigindo: o fim da República Velha; a convocação de novas eleições, já que havia várias denúncias de fraude sobre a candidatura vitoriosa de Arthur Bernardes; e a reabertura do Clube Militar, fechado devido aos ataques verbais do Marechal Hermes da Fonseca contra Bernardes, ao qual pesava-se acusações de calúnia contra o Marechal e o Exército. Ao fim, a revolta, planejada para acontecer em vários quartéis, restringe-se ao Rio de Janeiro, e pouco mais de dezessete soldados e um civil, marcham contra as tropas legalistas, o que termina em um massacre. Tal fato foi o princípio das revoltas de oficiais que ocorreram na década de 1920 e ficaram conhecidas como “Revoltas Tenentistas”.

Em 1924, as tropas em São Paulo comandadas pelo General Isidoro Dias Lopes e a Força Pública sobre o comando de Miguel Costa, dominam a capital do estado. Soma-se a eles as tropas no Rio Grande do Sul, comandadas por Luiz Carlos Prestes, a retirada, se tornará uma coluna militar que atravessará o todo o país, não sofrendo nenhuma derrota em combates contra o Exército e jagunços. Tal movimento ficará conhecido como Coluna Miguel Costa-Prestes.

Há também a influência decisiva desses jovens oficiais na chamada “Revolução de 1930”, quando Getúlio Vargas assume o poder, com o apoio de vários tenentes que se tornaram conhecidos nas insurreições na década passada. Esse primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) será conhecido por conta da instituição de direitos trabalhistas básicos dentro da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), pela repressão política aos opositores (principalmente os comunistas dentro do Estado Novo, mas também à direita integralista) e a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, a CSN em Volta Redonda, a primeira siderúrgica de grande porte no país, possibilitada pela tecnologia estadunidense e pelos acordos da entrada na Segunda Guerra no país.

Uma parte do “projeto de nação” pensado pelos tenentes da década de 1920 é implantado pelo Governo Vargas, destaca-se medidas importantes: como a já citada criação da CSN; no âmbito da Missão Militar Norte Americana (MMNA), a reestruturação da formação e especialização de diversas engenharias, que culmina no nascimento do Instituto Militar de Engenharia (IME), que gerou milhares de quadros técnicos, em um primeiro momento para o esforço de guerra, e que seriam aproveitados na industrialização do país, principalmente os formados em Engenharia Automotiva; um acordo com os Estados Unidos, que possibilitou à algumas fábricas existentes, acordos para transferir tecnologia, também em um primeiro momento para fornecer equipamentos ao exército, mas que depois seria repassado à fabricação de autopeças.

É possível apreender na criação da ITA e da Embraer, reflexos desse projeto de nação iniciado ainda na década de 1940.

A Embraer foi fundada em 1969, como um ápice de um projeto dos militares da Aeronáutica de se constituir uma indústria aeroespacial nacional, contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e garantindo assim sua segurança, tornando-o auto suficiente na área que já então concentrava os maiores avanços tecnológicos no meio militar.

A aeronáutica foi a última arma desenvolvida nas Forças Armadas brasileiras, no ano de 1927. Ela surge dentro do exército, ao lado das tradicionais armas de infantaria, artilharia e cavalaria. Os recrutas treinavam em um local separado do restante do exército, segundo Maria Cecília Spina Forjaz, a distância do resto da tropa criou “um *ethos* militar diferente, baseado no individualismo, no espírito de aventura e na coragem exacerbada exigido de futuros pilotos”. (FORJAZ, 282).

Tal separação no entanto, não impediu que a Aeronáutica não sofresse inspiração de doutrinas estrangeiras, a partir da missão Militar Francesa, que na década de 1920 ajudou a modernizar a administração, o ensino e a técnica das Forças Armadas brasileiras. Esse processo tem início na década anterior, quando movimentos como os jovens turcos, a Liga de Defesa Nacional e posteriormente o tenentismo nos anos de 1920, exigiam a modernização das Forças Armadas, assim como a industrialização do Brasil como outra medida para garantir a segurança do país.

Havia também nesse período, uma aviação naval, subordinada à marinha e que ao contrário do exército, recebeu influência dos Estados Unidos da América. Configurando-se em mais uma dificuldade para sua autonomização em relação às outras armas.

Tal cenário modifica-se a partir da Revolução de 1930, quando o Major Aviador Plínio Raulino de Oliveira assumiu o comando da Escola de Aviação Militar. Mas, o fator principal será a alteração da percepção acerca da aviação militar na Segunda Guerra Mundial, quando o uso de bombardeios se torna uma tática fundamental no campo de batalha.

Para um país de dimensões continentais como o Brasil, e num contexto de uma Guerra mundial no qual as embarcações brasileiras eram ameaçadas próximo à sua costa, a existência de uma força articulada de ataque torna-se fundamental. Assim, em 1941, Getúlio Vargas assina o decreto de criação da Força Aérea Brasileira, a FAB, subordinada ao Ministério da Aeronáutica e que congregava em si as unidades aéreas do exército e marinha. Os defensores da criação do novo ministério tinham como objetivo:

“-Comando único, político e estratégico, sobrepondo-se a todas as atividades aeronáuticas do país, civis e militares; - Integração de órgãos dispersos em três Ministérios com atividades absolutamente correlatas; - Integração de infraestrutura aeronáutica para uso comum, civil e militar, com grande economia de meios; - Lançamento das bases para a implantação definitiva da indústria aeronáutica brasileira; - Institucionalização da pesquisa com vistas ao desenvolvimento tecnológico.” (APUD FORJAZ, p. 286).

A criação do Ministério da Aeronáutica é uma etapa sem dúvida fundamental no processo que redundará na Embraer, pois gestou-se a partir de então toda uma estrutura, para posteriormente gestar o Centro Tecnológico da Aeronáutica e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica, considerados embriões da Embraer.

Os dois centros priorizaram a formação de recursos humanos de alto nível, capazes de compreender os conhecimentos tecnológicos desenvolvidos no exterior, e a partir deles adaptar soluções para o país de acordo com a capacidade industrial e técnica que o país possuía então. De acordo com Maria Cecilia Spina Forjaz, o ITA, surgiu para:

“Com uma visão quase profética, os pioneiros da Aeronáutica conceberam um centro de pesquisas que tivesse como núcleo uma avançada escola de engenharia, de forma a assegurar o desenvolvimento auto-sustentado do setor aeronáutico, com frutos que se estenderiam, a médio prazo, ao parque industrial brasileiro e às atividades da aviação civil. Desse modo, em um país com uma infra-estrutura industrial mínima, incapaz de fabricar até bens de consumo leve, iniciava-se a formação de engenheiros aeronáuticos altamente qualificados, o que daria origem a novas especializações em eletrônica, mecânica e infra-estrutura aeronáutica, e a um conjunto de instituições indutoras do moderno desenvolvimento tecnológico brasileiro. (FORJAZ , 287-288).

Os engenheiros formados no ITA, trabalharam na futura Embraer e em outras empresas que surgiram posteriormente, papel no qual o CTA também será fundamental. Para Forjaz:

“(...)os idealizadores do CTA, sob a liderança do então major-aviador Casimiro Montenegro Filho, criaram um centro de pesquisas capaz de, a curto prazo e de forma pragmática, trazer para o país algumas das tecnologias emergentes no exterior e que acelerariam o desenvolvimento da indústria local. Nos laboratórios isolados instalados no campus do CTA, em São José dos Campos, iniciaram-se trabalhos pioneiros de prospecção tecnológica e aplicação de novas técnicas, estimulando o surgimento de pequenas indústrias, num modelo de círculos concêntricos em que o núcleo opera como matriz supridora de recursos humanos e suporte laboratorial para os novos empreendedores.” (FORJAZ, 288).

O ITA foi criado em um decreto de 1950, e só posteriormente ele veio a integrar o CTA. Devido as dificuldades do país, que não contava com uma escola de engenharia aeronáutica, foram convidados professores de diversos países, em especial dos Estados Unidos, já que a inspiração era justamente institutos de lá como o MIT (Massachusetts Institute of Thechnology) e o Caltech (California Institute of Technology).

Com o passar dos anos, a estrutura criada no ITA tornou-se padrão para os cursos de engenharia por todo o país. Mas o sucesso do instituto não se resumiu ao plano acadêmico. Em 1968, como resultado de um projeto do CTA, foi realizado os primeiros testes de voo com a aeronave Bandeirantes, um avião de pequeno porte, mas compatível com a deficiente estrutura aeroportuária brasileira de então.

Coube ao Brigadeiro do ar Paulo Victor Silva, na época diretor geral do CTA, e um dos primeiros diplomados no ITA, obter junto ao governo o capital e a estrutura para o nascimento da Embraer em 1969, para justamente produzir de forma industrial o avião Bandeirante.

O caso da Embraer talvez seja único no país, houve a gestação de todo um complexo projeto, no qual formou-se institutos tecnológicos, que capacitaram engenheiros, que por sua vez projetaram um produto industrial, e com tecnologias próprias ou através da compra de pacotes, concretizaram o projeto que foi então vendido no país e até exportado.

2.5 – O Complexo industrial-militar

Posteriormente a Embraer desenvolveu outras aeronaves como o “tucano” e o “super tucano”. Dois aviões com motor turboélice, projetados ao pedido da FAB para utilizar em missões de patrulhamento e treinamento da região amazônica. Não são tão

tecnológicos como caças supersônicos de combate, mas atendem necessidades das Forças Aéreas de vários países.

O desenvolvimento de uma indústria bélica nacional não é sinônimo direto de que o país se torna plenamente desenvolvido em todos os campos. A própria história dessa fração no Brasil é sinônimo desse ponto, afinal, atingindo um auge na década de 1980, sobrevivia da exportação, ao mesmo tempo em que o país amargava uma piora nos indicadores sociais, resultado da crise da dívida externa e da crescente inflação. Se dentro do contexto geopolítico dominar uma determinada tecnologia pode mudar o status do país, isso é feito pela injeção de vultuosos recursos em pesquisa e desenvolvimento, desse modo, projetos nacionais que envolvam o desenvolvimento de tecnologias bélicas, ou mesmo de uma indústria podem no fim das contas, atender a interesses não necessariamente universais.

Atualmente, há uma tentativa de revitalizar a indústria bélica brasileira, tal iniciativa parte exatamente da antiga premissa, de que esse setor pode ser vetor da solução dos problemas históricos do país, o subsequente desenvolvimento de tecnologias, ou a transferência de outras, elevaria o padrão industrial e científico do país, gerando benefícios que poderiam ser “compartilhados” com toda a população

Essa hipótese é edificada partindo da teoria aventada por István Mészáros. Em sua obra “Para além do capital”, ele examina o capitalismo contemporâneo, levando adiante a análise feita por Marx. Do século XIX para o fim do século XX, o modo de produção capitalista processou inúmeras transformações, para escapar de suas contradições inerentes. Nesse sentido uma das maneiras de escoar-se dos momentos de crise, foi como apontado por Lenin, um processo volumoso de concentração de capital, com poucas empresas dominando cadeias produtivas completas de recursos fundamentais para a sociedade. Num outro eixo, apontado historicamente por Rosa Luxemburg, o capital busca no Estado e nas compras feitas por ele para sua manutenção, uma fonte constante de capital³⁷. Essas duas tendências, possibilitaram o desenvolvimento daquilo que

37 “Em vez de um grande número de pequenas demandas de mercadorias, dispersas e díspares temporalmente (mais fáceis, portanto, de serem satisfeitas pela pequena produção mercantil e por isso mesmo desinteressantes para a acumulação do capital), tem-se agora uma demanda potencial homogênea concentrada no Estado. Para sua satisfação, essa demanda pressupõe, no entanto, a existência prévia da grande indústria, da produção em grande escala, ou seja, das condições mais favoráveis à produção de mais-valia e à acumulação. Sob a forma de encomenda de material bélico feita pelo Estado, esse poder de compra concentrado das grandes massas de consumidores escapa, além disso, do arbítrio e das flutuações subjetivas do consumo pessoal, para adquirir regularidade quase automática, um crescimento rítmico. Para finalizar, a alavanca desse movimento rítmico e automático da produção bélica capitalista encontra-se em mãos do

Mészáros chamará de “complexo industrial-militar”. Este novo ente cristaliza uma nova relação mais complexa entre Estado e monopólios.

Para o filósofo húngaro o complexo militar indústria assume tal importância no processo de reprodução do capital, que o próprio metamorfoseia-se naquilo que ele nomeará como “linha de menor resistência do capital³⁸”. Ainda segundo Mészáros, “as várias estratégias do keynesianismo foram complementares à expansão do complexo militar-industrial” (MESZAROS, 2009, p. 685). Ao seguir as regras do desenvolvimento desigual e combinado, percebe-se que não há uniformidade na emergência e criação de um complexo militar-industrial nos países capitalistas avançados; alguns como Alemanha e Japão, viveram condições econômicas especiais, em que tiveram a capacidade de rearmamento reduzidas devido aos acordos de paz do pós-guerra mundial, o que não impediu que tivessem um papel dentro desse complexo especialmente associado aos Estados Unidos³⁹. Mas para Mészáros, a grande inovação do complexo industrial militar é ocultar efetivamente a distinção vital entre consumo e destruição, solucionando assim uma contradição inerente ao valor. Essa contradição é oriunda das várias barreiras objetivas à riqueza em autoexpansão, que precisam ser superadas para o valor como uma força independente se realize de acordo com as determinações de sua natureza. (MESZAROS, 2009, p. 687). Nesse sentido, como o capital necessita sempre reproduzir-se em um volume cada vez maior, torna-se possível aos países dependentes repetirem o mesmo fenômeno, ainda que com suas especificidades. Assim esses países podem

próprio capital – mediante o mecanismo da legislação parlamentar e da criação dos meios de comunicação destinados à formação da assim chamada opinião pública. Eis por que esse campo específico de acumulação de capital parece ser dotado, em princípio de uma capacidade de ampliação indeterminada. Enquanto qualquer outra ampliação do domínio de mercado e da base operacional do capital dependem, em grande parte, de aspectos políticos, sociais e históricos, que atuam fora da esfera de vontade do capital, a produção bélica representa um domínio cuja ampliação sucessiva e regular parece depender antes de mais nada das próprias intenções do capital.” (LUXEMBURG, 1987, p. 97).

³⁸“Em outras palavras, se encontrar um equivalente funcional capitalisticamente mais viável ou fácil a uma linha de ação que suas próprias determinações materiais de outro modo predariam (...), o capital deve optar por aquela que esteja mais obviamente de acordo com sua configuração estrutural global, mantendo o controle que já exerce, em vez de perseguir alguma estratégia alternativa que necessitaria o abandono de práticas bem estabelecidas.” (MESZAROS, 2009, p. 680).

³⁹“Essas considerações – que também ajudam a explicar a atitude ocidental ante o problema da dívida americana – se aplicam não só ao Japão e à Alemanha, mas também a todos os outros países de capitalismo avançado. Dessa maneira, mesmo no caso de países em que a participação direta do complexo militar-industrial local na economia nacional é relativamente pequena (se comparada à dos Estados Unidos e à de alguns outros países), a contínua expansão produtiva das economias nacionais em questão não pode ser separada da importância global da produção militarista no que se refere à sua aparentemente incurável dependência da economia norte-americana e do preponderante complexo militar-industrial no seu interior.” (MESZAROS, 2009, p. 687).

desenvolver uma indústria bélica autóctone, mas com sérias limitações tecnológicas, para não ameaçar o domínio das nações hegemônicas em suas zonas de influência.

Capítulo 3 – A Defesa Nacional em quatro revistas estratégicas ao longo do século XX

3.1 – A revista A Defesa Nacional, a expressão do projeto político do grupo “Jovens Turcos”

Partiremos agora para a análise da revista A Defesa Nacional, que teve como fundadores o grupo conhecido como “Jovens Turcos”⁴⁰. A atuação desse grupo e os debates por eles propostos são apenas a concreção de um período histórico de riquíssimos debates internos dentro do Exército iniciados logo após a guerra do Paraguai (1864-1871) estendendo-se até o início do movimento Tenentista em 1922.

Tratava-se a época de pensar em novas alternativas de recrutamento e educação das tropas. Ainda sobre a atuação política do Exército, ele agiu em momentos nevrálgicos do país como a Abolição da Escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889. Por último havia a influência de novas ideologias sobretudo dentro das escolas militares, como o positivismo e o evolucionismo.

Concomitante, havia um descaso grande por parte do governo imperial para com o Exército, e também a existência da Guarda Nacional. Com quem o Exército dividia as funções de tropa terrestre, a Guarda Nacional⁴¹ era privilegiada, dada seu papel central de sustentação do poder do latifúndio. O Exército, por sua vez, também tentava se inserir no debate da construção da identidade nacional, debate esse travado por intelectuais como Alberto Torres, Silvio Romero, Rui Barbosa e Benjamin Constant realizado entre o fim do século XIX e início do século XX.

⁴⁰Esses militares reformistas, significativamente, acolheram de bom grado o apelido de “jovens turcos”, inspirados nos oficiais turcos que haviam remodelado o Império Otomano. De início, seus detratores haviam dado conotações negativas ao apelido, talvez, em parte, porque no Brasil “turco” era um termo pejorativo que designava os imigrantes do Oriente Médio, mas os reformistas gostaram dele. Afinal, os alemães também haviam treinado os oficiais turcos; de fato, a missão que os treinara fora comandada pelo general (barão) Friedrich Colmar von der Goltz, que em 1910 fora cogitado para assumir a direção de uma missão semelhante no Brasil. Cabe lembrar que os oficiais turcos profissionalizados tomaram o poder e reformaram seu país. (MCCANN, 2007, p. 216-217).

⁴¹Já em maio de 1831, os efetivos do Exército eram reduzidos à metade, de 30 mil para 14.342 homens. Em algumas províncias, são extintos Comandos das Armas. Tudo a pretexto de economia, naturalmente, como a suspensão das promoções, sob o pretexto de que havia oficiais excedentes. Todos os cuidados passariam depois, a ser dedicados à Guarda Nacional. Suas características eram evidentemente, políticas, como era próprio da classe dominante, que via no Exército ameaça à segurança de seus interesses: “Na realidade foram mais motivos de política interna que externa, que sugeriram a criação da Guarda Nacional. Ela tomou, assim, um cunho essencialmente político o que, no futuro, vai ser a causa de sua degenerescência escandalosa, pelo abuso que os políticos fizeram dela, para as suas manobras eleitorais, em disputa de poder. De fato, o que ditou evidentemente a criação da Guarda Nacional foi o interesse político partidário e não o da defesa nacional. E, por isto, ela não desempenhou em toda a parte, como no sul, o seu eficiente papel militar”. (SODRÉ, 2010, p. 166-167).

O Exército brasileiro saiu fortalecido da Guerra do Paraguai, tanto por causa da vitória na batalha, como no papel de símbolo nacional. No entanto, isso não significou uma revisão no status ao qual a força era entendida pelo governo e pela classe dominante. Já que à época, a Guarda Nacional era um sustentáculo do poder político da oligarquia. Segundo Marcia Cristina Moraes (2004), um dos grandes problemas identificados pelo próprio Exército em relação à instituição era a ausência de um modelo definido de organização efetiva e profissional.

Um dos elementos que reforçam essa falta de profissionalismo era o modo como ocorria o recrutamento – que nesse momento era voluntário, e que isentava os proprietários de terra de servir – o resultado era que as tropas eram aliciadas entre as camadas mais desfavorecidas da população de maneira forçada. Uma vez dentro do Exército, as condições em servir não eram atrativas, configurando-se em soldos baixos e castigos corporais – provenientes de um rígido código de conduta. Além da isenção à classe proprietária, havia ainda o elemento de que seus filhos, serviam na Guarda Nacional, ocupando as patentes mais altas, e mantendo o controle político-militar-econômico sobre a região.

Houve decisões da cúpula do Exército para combater esse “amadorismo” dentro da instituição. Em 1874, ocorre a alteração do recrutamento, com a estabelecimento do serviço militar obrigatório, no entanto não aplicou-se naquele momento, entrando em vigor apenas em 1916.

Outras iniciativas: mudanças na formação de oficiais, como a concentração dos estudos militares na Escola de Aplicação da Praia Vermelha, que se tornará a principal instituição do tipo no Brasil. A criação da “Revista do Exército Brasileiro” em 1882, na qual foram abordados temas como organização, administração militar, tática, estratégia, a ciência do engenheiro militar, a estatística, artilharia, armamento, história e geografia.

Nessa época, a segunda metade do século XIX, há uma necessidade grande de engenheiros, principalmente por conta da modernização da infraestrutura que o país viveu – instalação de trens, telegrafo, telefones – ocorre que o ensino de engenharia era realizado nas escolas militares. Desse modo opta-se pela cisão entre engenharia militar e engenharia civil, para capacitar os futuros engenheiros civis.

Entre essas mudanças, ocorreu a chamada “questão militar no império”, incrementando a insatisfação dos militares contra o governo. Muito dessa agitação, indicam pesquisadores foi fomentada pela inserção de ideias positivistas entre os oficiais,

principalmente nas escolas de formação como era o caso da Escola da Praia Vermelha, local no qual Benjamin Constant lecionou desde 1875.

Para João Quartim de Moraes (1991), é um fato curioso, que o positivismo no Brasil, ao ser absorvido pelos intelectuais do Exército, veio a se tornar um motor de ativismo político e agitação cultural. Isso se deve ao fato de que no ambiente intelectual brasileiro de então, que era notadamente deficiente, até mesmo o espiritismo, encontrava entre seus defensores intelectuais respeitados. Logo, uma doutrina de caráter cientificista, encontrou uma vazão para o espírito crítico dos jovens oficiais.

No campo oposto, localiza-se Nelson Werneck Sodré (2010), que em seu *História Militar do Brasil*, afirma que o positivismo terá influência diminuta dentro do Exército, a divulgação dessa teoria, segundo Sodré:

O que se combate, embora escondidamente, quando se levanta acusação contra o tipo de formação de oficiais a que se entregavam as nossas escolas militares, na época, é o que chamam de “intervenção do Exército na política”, eufemismo que sonega os dados reais. Ora, uma força armada que deveria ser eficiente e organizada como a queria Benjamin, mas ao mesmo tempo esclarecida e participante, deveria parecer aos endeusadores atuais um sacrilégio. Daí a tese de que se formavam maus oficiais. Muito ao contrário: talvez em época alguma o Exército conhecesse plêiade mais brilhante de oficiais, no sentido profissional e no sentido geral. O que se combate é, precisamente, a tendência política dessa oficialidade recrutada na classe média, ciosa dos valores peculiares a essa classe e pronta a defende-los e, assim, precursora e vanguarda da ascensão burguesa e reformista em nosso país. Nesse agrupamento combativo e preparadíssimo é que se apoiaria Floriano Peixoto. Mas está claro que não apenas ele. (SODRÉ 2010, p. 216-217).

A figura de Benjamin Constant é central para entender a polêmica em torno do positivismo, já que em determinado momento, durante o governo Floriano Peixoto (1891-1894) ele será o Ministro da Guerra, podendo então implementar sua ideia de “Soldado-Cidadão”⁴², ideia essa que consistia em um militar capaz de reivindicar sua cidadania plena.

⁴²Para nós, a doutrina positivista do “soldado-cidadão” apresenta um duplo interesse histórico de um lado, político-prospectivo de outro. Do ponto de vista histórico, configura, ao lado da matriz “jacobina” (com a qual não se confunde, embora ambas tenham convergido para formar a primeira versão de nossa esquerda militar), uma matriz cientificista-humanista cujo principal interesse consiste em estar voltada para a formação ético-intelectual do profissional da guerra. É justamente esta destinação educativa que, descontando seu forte conteúdo utópico-diletante, apresenta também um interesse político-prospectivo. Afinal, uma das mais graves questões com que se defronta a consolidação das instituições democráticas no Brasil contemporâneo é a da adaptação da mentalidade dos oficiais formados à sombra da ditadura militar e da doutrina dita da “segurança nacional” ao princípio da soberania popular e ao respeito dos direitos sindicais e políticos dos trabalhadores. Tomar as academias militares, além de escolas profissionais da

Outro evento que será fundamental para o futuro da República e das Forças Armadas será a Proclamação da Constituição de 1891, na qual garantirá o caráter permanente do Exército. Ao mesmo tempo em que afiançou a reorganização da oligarquia agrária ao adotar o federalismo, o qual permitia a criação de forças militares estaduais, que se tornariam novos bastiões de poder das oligarquias estaduais.

Tanto, que com a posse de Prudente de Moraes (1894-1898), tem início um processo de “desmonte” do Exército, que se caracteriza pela diminuição no tamanho dos efetivos, sucateamento das unidades e armamentos. Em contrapartida, algumas forças públicas são valorizadas e armadas recebendo até mesmo missão militar do exterior, como é o caso da Força Pública de São Paulo, que trouxe uma Missão Militar Francesa já em 1907.

A necessidade de reformar o Exército estava em pauta desde a década de 1840, uma das medidas a se tomar era justamente a contratação de uma missão estrangeira, como a que ajudou a Força Pública de São Paulo. Na época em que essa perspectiva ganha força novamente – entre as décadas de 1900 e 1910, as duas principais escolas militares do período eram a da França e a da Alemanha, que disputavam então para criar uma zona de influência na América do Sul, estendendo para esse continente a briga que já travavam em solo europeu, africano e asiático. Nesse embate, ocorreu de em determinados momentos convidar autoridades brasileiras, para a visita de fábricas de armamento, como foi o caso da Krupp, em que Campos Sales (1898-1902), foi convidado pela direção a passar uns dias, aproveitando-se da viagem do mesmo para renegociar a dívida brasileira. Segundo Cristina Monteiro de Andrada Luna, as relações entre Brasil e Alemanha vinham em um crescente, envolvendo desde a migração para cá:

Cumprir lembrar, que o Estado imperialista alemão baseou sua política expansionista em dois conjuntos de práticas, definidas como política colonial alemã e política militar alemã (*Deutsche Militär Politik*). Através do primeiro, a Alemanha buscava obter colônias onde pudesse implementar um domínio direto, mas uma influência eficaz a partir da presença de população germânica. O segundo conjunto de práticas se fundamentava na busca de alianças estratégicas militares e no escoamento de material bélico, produzindo em larga escala pela indústria armamentista alemã. Sendo assim, o Brasil foi alvo de ambos os conjuntos de práticas, pois recebeu uma volumosa quantidade de colonos de origem germânica e se tornou um grande consumidor dos

guerra, instituições que formem para o serviço público de defesa nacional cidadãos identificados com os valores democráticos é uma tarefa tão difícil quanto necessária. Apesar de canhestra e retórica, a tentativa de Constant merecer ser conhecida: podemos rir de sua fraseologia, mas seria insensato desprezar seu objetivo. (MORAES, 1991, p. 78).

manufaturados alemães, com destaque para o material bélico, que foi adquirido pelas forças armadas brasileiras em quantidade. (LUNA, 2011, p. 117).

A Marinha do Brasil, tomou um outro caminho para viabilizar a modernização da de sua frota, foi atrás do modelo mais moderno existente – os encouraçados da classe *Dreadnought* – produzidos nos estaleiros ingleses, sem qualquer tipo de transferência de tecnologia. Na época das discussões sobre a modernização, havia um sentimento de recuperar o prestígio da Marinha a partir da aquisição desses novos navios. De acordo com João Roberto Martins Filho (2010) o período que começa com a Proclamação da República em 1889 e termina com a Revolta da Chibata em 1910, é permeado por uma intensa participação política na Marinha. Houve revoltas navais em 1892 e 1893. Entre 1895 e 1899, ocorreu um debate público cujo o centro foi os riscos do país devido à sua decadência naval. E em 1904 e 1906, houve a discussão sobre que tipo de navio seria mais adequado para uma marinha como a brasileira; por fim o processo de transação com os estaleiros britânicos, a construção dos navios, e a Revolta da Chibata, que tem início justamente nos modernos navios recém adquiridos. Segundo João Roberto (2010):

No início do governo Rodrigues Alves (1902-1906), fizeram-se presentes os fatores internos indispensáveis à proposição de um programa de modernização da Marinha brasileira capaz de restaurar o prestígio de que gozara à época da Guerra do Paraguai (1864-1870). Tais fatores incluíam condições políticas (apoio do presidente e do ministro das Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco), condições financeiras (o Brasil superara a crise econômica e vivia momento favorável nas exportações de café e borracha) e condições na própria Marinha (que superara a crise provocada pela profunda divisão ocorrida com a Revolta de 1893, passando a ser dirigida por um oficial tido como “profissional”, o almirante Julio Cesar de Noronha) (FILHO, 2010, p. 62-63).

Durante o governo Rodrigues Alves (1902-1906) há o debate já citado no congresso. O plano proposto pelo Ministro da Marinha envolvia a construção de três couraçados de 13 mil toneladas e três cruzadores encouraçados de 9,5 mil toneladas. Mas com a mudança de governo e de ministro em 1906, a licitação é alterada, e o pedido transforma-se na compra de três encouraçados *dreadnought*. Esse processo é explicado por João Roberto Martins Filho:

Esse breve relato basta para introduzir os pontos que aqui interessam. Em primeiro lugar, o processo acima descrito evidencia com clareza um dos “saltos tecnológicos” antes mencionados. Em segundo, nos bastidores da mudança de conteúdo dos programas navais, aparece a

ação de um sujeito geralmente oculto nas histórias navais: os grandes estaleiros. No caso o *Armstrong* e *Vickers*, altamente interessados em sair na frente na produção do novo e revolucionário tipo de navio, colocaram como objetivo estratégico conseguir do Brasil a encomenda dos *dreadnoughts*.

Em terceiro lugar, a partir do momento em que vieram à luz os primeiros detalhes do plano de 1904, mas principalmente com o conhecimento das alterações propostas em 1906, a política naval brasileira provocou repercussões não apenas na região, onde quase levou a uma guerra com Argentina, como nos principais centros decisórios navais da época, onde se passou a especular sobre a possível transferência dos imensos navios para as marinhas de grandes potências. Por último, a incorporação de navios da mais avançada tecnologia a uma marinha que ainda disciplinava seus marinheiros com a chibata pode ser vista como uma das principais razões da Revolta de 1910 (FILHO, 2010, p. 64).

Havia essa contradição gritante, de um lado a Marinha do Brasil queimava etapas, tornando-se a segunda mais moderna do mundo – pelo menos por meses após a entrega dos poderosos navios – mas, em contrapartida, seus marinheiros eram submetidos à condições degradantes de trabalho, cujo ápice era justamente a utilização de castigos corporais em caso de desobediência (o Exército por exemplo havia abolido a chibata na década de 1870), era a união do moderno com o que havia de mais arcaico.

Para Nelson Werneck Sodré (2010), essa modernização da Marinha se torna possível para que ela fizesse um contraponto ao Exército, considerado pela oligarquia agrária como um inimigo, o qual ela tentou combater durante os primeiros anos da república. Desse modo, seu reaparelhamento possuía como objetivo secundário constituir uma força capaz de reprimir o Exército e qualquer outro tipo de rebelião interna. Segundo ele:

Para manter sistema desse tipo, seria necessário um aparelho militar especial, com capacidade de repressão muito grande, ao pé da obra ou dotado de mobilidade para acudir rapidamente aos focos de inquietação, obediente, desinteressado da realidade política. No plano federal, esse aparelho será a Marinha: fechada em redoma, desde a revolta de 1893, de efetivos reduzidos, recrutamento discriminatório da oficialidade, tendo feito da adoração de Saldanha o seu culto lareiro (esquecendo premeditadamente, o grande marinheiro que havia sido Jerônimo Gonçalves, porque este servira a Floriano). Voltada para o exterior mais do que para o país, guardando os comandantes enorme distância dos comandados, na rotina e na escala social, a Marinha estava em condições de servir a missão dessa natureza. (SODRÉ 2010, p. 237).

O reaparelhamento da Marinha antedeu aos dois propósitos já citados, Sodré aponta para esse erro de interpretação, o que deveria ocorrer era o inverso, ou seja,

somente com uma indústria pesada, capaz de produzir ela própria, navios poderosos, é que seria possível adquirir tais navios, segundo Sodré:

A reação contra o descalabro militar começou muito mais cedo na Marinha do que no Exército, pela primazia de que o seu papel se revestia na época. Foi espetáculo digno de ver-se o esforço dos oficiais de Marinha em defesa do reaparelhamento de sua força armada. Nesse esforço, destacou-se por todos os títulos, a figura do almirante Júlio César de Noronha. Dava ele, inclusive em sua campanha de imprensa, ênfase entusiástica à aquisição de poderosas naves de guerra, em absoluta desproporção com o quadro de desenvolvimento do país, e até em contraste com este quadro. O grave engano, a profunda ilusão que embalava o idealismo dos que formavam com a campanha de Júlio de Noronha, consistia em desligar o problema da Marinha do quadro geral do país, em não compreender que só país altamente desenvolvido pode ter poderosa armada, em supor que o contrário seria possível, e traduzisse força real. Essa deficiência de compreensão estava ligada, evidentemente à grave lacuna que surge da tese, cujo traço político é evidente, de que o militar não deve se interessar pela política. Um soldado e particularmente um chefe, não pode, de forma alguma, desobrigar-se do conhecimento político, e é claro que isso não tem parentesco algum com a militância partidária. A compreensão política permitiria aos idealistas do programa naval de 1904 situar o particular do país no geral do mundo, e entender que só poderia o Brasil ter a esquadra com que sonhavam quando tivesse a indústria pesada que a construísse e mantivesse, e que este era o marco inicial, e não a compra de navios, que seria arremendo de poder. (SODRÉ, 2010, p. 241)

Nesse cenário de descrédito do Exército, e ao mesmo tempo com uma grande necessidade de modernização, que irá emergir o grupo dos Jovens Turcos. Ainda que com oposição da oligarquia, o governo Afonso Pena (1906-1909), nomeou o então General Hermes da Fonseca para o Ministério da Guerra. Caberia a este a tarefa de estudar como se daria o processo de modernização do Exército.

As Missões Militares demonstravam ser uma continuação por outras vias da disputa imperialista que ocorria entre os países da Europa, com destaque para Alemanha, Inglaterra, França e com menor participação dos Estados Unidos da América, assumindo também uma disputa comercial entre quem venderia armamentos e mercadorias civis. Um dos motivos de temor, era em relação ao grau de intromissão dos militares estrangeiros internamente no país. Só a título de exemplo, durante a Missão Militar Alemã no Chile, o cargo de Chefe do Estado Maior foi ocupado por um militar alemão.

Havia muitos militares que se posicionavam contrários à vinda de uma missão militar, esse grupo era formado por marechais e generais que temiam mudanças nas regras. Suas promoções eram provenientes de apadrinhamento político. De outro lado, a

jovem oficialidade clamava pela vinda de uma missão militar. Além dessa disputa, pela própria missão militar em si, havia a disputa para saber de qual país ela viria, se da França, da Alemanha, dos EUA ou Inglaterra. Segundo Marcia Moraes (2004), os EUA, não disputaram com tanto afinco a Missão, pois confiavam que a missão francesa não contrariaria seus interesses. Por sua vez, o objetivo maior dos estadunidenses nesse período era desbancar a influência inglesa da Marinha do Brasil.

Em 1905, foram enviados seis oficiais brasileiros para treinamento no Exército alemão, por convite dos próprios alemães dentro da sua estratégia de propagar influência e a venda de material bélico. Os oficiais enviados foram os 1º Tenentes Constâncio Deschamps Cavalcanti, Estelita Augusto Werner e Cassiano da Silveira Melo Matos, e os 2º Tenentes Bento Marinho Alves e Manoel Bougard de Castro e Silva⁴³. Quatro dos seis oficiais sabiam falar alemão, sendo que dois deles vieram a trabalhar como adidos militares no período posterior.

Nesse contexto é possível retornar à administração de Hermes da Fonseca no Ministério da Guerra. Ele realizou muitas mudanças, o que preparou o terreno para a modernização proveniente da Missão Militar Francesa. Uma delas foi a ida para a Alemanha de militares brasileiros para receber treinamento. Outra foi uma reorganização institucional, como o serviço militar por sorteio. A reestruturação do Estado-Maior; agrupamento de unidades. Aquisição de armamentos e reaparelhamento das fábricas militares. A reforma de Hermes também extinguiu as isenções no recrutamento por categoria e economia. Marcia Moraes (2004) pontua que uma das grandes mudanças que mais merece destaque é a criação dos corpos de tropa, agrupados em grandes conjuntos que reuniam por vezes elementos das quatro armas e eram chamadas de Brigadas Estratégicas e de Cavalaria.

O envio de oficiais para Alemanha, expõe Marcia Moraes (2004), seria mais um indício a comprovar a preferência por uma Missão Militar Alemã⁴⁴. Segundo Cristina

⁴³Os oficiais mencionados chegaram na Alemanha em julho de 1905 e permaneceram arregimentados até julho de ou agosto de 1907, o que contraria parte da historiografia militar brasileira, segundo a qual a primeira turma de oficiais brasileiros esteve arregimentada no Exército alemão entre 1906 e 1908. Além disso, esses oficiais foram arregimentados em um momento incomum, pois normalmente a incorporação de militares estrangeiros no Exército alemão acontecia justamente com a dos recrutas, que ocorria em 1º de outubro. Com isso consideramos que a arregimentação desse primeiro grupo de brasileiros aconteceu sem maiores planejamentos, sendo então desprovida de regras e protocolos. Por exemplo, não foi exigido aos oficiais brasileiros a elaboração de relatórios, através dos quais fosse possível às autoridades brasileiras acompanhar e avaliar o seu aproveitamento. (LUNA, 2011, p.139-140).

⁴⁴A visita de Hermes da Fonseca, em 1908, assinalou um momento de culminância das relações comerciais e militares entre o Brasil e Alemanha. A partir desse momento, inclusive, o Ministério da Guerra passou a cogitar a contratação de uma missão militar estrangeira para instruir o Exército brasileiro, sendo que a

Monteiro Luna (2011), a preferência de Hermes, ocorreu após a viagem do mesmo à Alemanha em 1908, para assistir à exercícios militares. O intercâmbio foi organizado pelo Barão do Rio Branco; e neles os brasileiros passavam dois anos, juntos de suas famílias; tendo o contato com o pensamento de Clausewitz e Moltke. Ao retornar para o Brasil, esses militares receberam o apelido, então pejorativo, de “Jovens Turcos”. Fundaram a revista “A Defesa Nacional”, inspirada na alemã *Militarwochenblatt*, para divulgar suas ideias. Dentre os fundadores e integrantes do grupo nem todos haviam estagiado na Alemanha. De acordo com Marcia Moraes:

O grupo fundador era formado por doze componentes de todas as armas, tanto tenentes, quanto capitães. Foram eles: Estêvão Leitão de Carvalho, Mario Clementino de Carvalho, Joaquim de Souza Reis, Bertholdo Klinger, Francisco de Paula Cidade, Basílio Taborda, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Euclides Figueiredo, José Pompeo Cavalcanti de Albuquerque, Jorge Pinheiro e Amaro de Azambuja Villa Nova. (MORAES, 2004, p. 87)

A vinda de uma Missão Militar Alemã fracassa⁴⁵, segundo Cristina de Monteiro Luna devido à uma combinação de fatores, como a pressão da Oligarquia paulista, para adotar uma Missão Francesa. Uma Missão da mesma nacionalidade dos credores do país. Também pela derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Se havia uma conjuntura mundial até 1914, ela sofre uma brutal transformação com a eclosão do conflito na Europa, ao fim como apontado, a guerra promoverá transformações tecnológicas e organizativas nas forças armadas de todo o planeta, e o Brasil não poderia se abster de incorpora-las sob o risco de fenecer em caso de conflito. Ainda segundo Marcia Moraes (2004):

De todo esse panorama histórico, destacam-se duas questões. A primeira é que o conceito de defesa nacional sofreu uma alteração. Dentro da conjuntura da nova ordem internacional não se liga apenas à

preferência do ministro Hermes tendia para a Alemanha. Como consequência, a visita resultou em uma sequência de picuinhas e boatarias veiculadas em jornais franceses. O jornal parisiense *Lé Brésil*, por exemplo, anunciou que o marechal Hermes da Fonseca não visitara a França, que na época, também realizava suas manobras de guerra, porque o itinerário de sua viagem fora determinado pelo *Kaiser*, o que causou nos circuitos oficiais franceses uma impressão desagradável. (LUNA, 2011, p.163).

⁴⁵Contudo, levando em conta a trajetória de Hermes da Fonseca no comando do 4º Distrito Militar e no Ministério da Guerra, que abarcou a compra de considerável volume de material bélico alemão e o envio de vários oficiais brasileiros para estagiarem no exército germânico, e, com base em comunicações suas com Basílio Itiberê e Rio Branco, podemos afirmar que ele foi partidário do emprego de instrutores alemães no Exército brasileiro. Ao mudar de ideia quanto ao fechamento do contrato da missão alemã, não o fez necessariamente por motivos militares ou porque foi seduzido por uma hábil campanha francesa, mas sim, porque foi pressionado por fatores político e econômicos, que fizeram com que vacilasse em relação às consequências do fechamento do contrato. (LUNA, 2011, p.186).

questão da defesa das fronteiras, mas também ao fortalecimento dos símbolos nacionais como datas comemorativas, feriados, festividades, com o fim de enaltecer o espírito nacional e a construção de uma memória coletiva entre os cidadãos. E a segunda foi que a alteração do conceito de defesa nacional não significou o enfraquecimento das instituições militares, ao contrário, as disputas por mercados e a intensa rivalidade entre as nações foi argumento infalível para uma corrida armamentista entre as nações desenvolvidas. Dessa forma, houve o predomínio de uma política de fortalecimento das instituições de defesa nacional, como o Exército. O investimento maciço e o fortalecimento dos Exércitos nacionais tornou-se peça importante na ocasião do acirramento da concorrência imperialista internacional. Também o Exército com seus brasões, rituais, hinos, uniformes. Adquiriu um papel importante na construção da identidade nacional. Um dos maiores exemplos são os Estados como a Alemanha, em que o serviço militar obrigatório foi implantado, servindo lá como objeto de identificação e inserindo-se no campo do cultivo de uma simbologia, que acompanhou todo o processo de construção de um ideário nacional. (MORAES, 2004, p. 92).

3.2 – A revista Cultura Política (1941-1945)

Como já destacado anteriormente, a revista A Defesa Nacional, editada pelo grupo dos “Jovens Turcos”, representou um primeiro esforço de criar um veículo impresso para divulgar ideias e debates sobre um projeto de nação, projeto este que ainda continha deficiências, com posturas idealistas.

Duas décadas depois, em 1930, ocorre a mudança no poder, com Getúlio Vargas, empossado presidente após o processo revolucionário, e embora sua ascensão ao poder tenha alterado a antiga dinâmica existente, de revezamento entre representantes de Minas Gerais e São Paulo na presidência do país, a economia do país ainda girava na produção do café, o principal produto produzido por São Paulo. Mas, o governo Vargas, ao contrário dos “Jovens Turcos” afrontou essa elite agrária, e tentou por diversas vezes alterar a dinâmica econômica do país, principalmente na década de 1940, quando ele tenta implantar uma indústria de base no país, criando diversas empresas estatais, com destaque para a mineradora Vale do Rio Doce, que exploraria o minério de ferro, que seria por sua vez trabalhado e transformado em aço na Usina Siderúrgica de Volta Redonda que integrava a Companhia Siderúrgica Nacional; além de iniciar os debates sobre o modelo de exploração do petróleo, realizando as primeiras pesquisas que terminaram por descobrir as reservas de petróleo conhecidas do país; uma outra frente foi a Consolidação

das Leis Trabalhistas, a CLT, criando as leis que são a base da legislação trabalhista até hoje.

Para justificar esse projeto, o governo Vargas aproveita-se de toda uma estrutura de propaganda, utilizando a mídia, principalmente o rádio com a Voz do Brasil; e a no caso que interessa a este trabalho, a revista Cultura Política, editada pelos Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, o objetivo dela era realizar o debate sobre os projetos de nação possíveis, com destaque para o do governo. Para a análise sobre a revista, utilizou-se a dissertação de mestrado de Alessandro Antônio Rodrigues, intitulado “Os projetos para o desenvolvimento da nação na revista Cultura Política durante o Estado Novo”.

O setor industrial começou a crescer com mais vigor nos 15 últimos anos da República Velha. Segundo Alessandro Rodrigues (2010) e de acordo com o senso de 1920, havia 13.336 estabelecimentos industriais no país, com um capital de 1.815.156:011\$000 contos de réis, empregando 275.512 operários e com uma produção de 2.989.176:281\$00 contos de réis. Dividindo-se nos setores têxtil e alimentar. Nesse cenário, as principais associações industriais de São Paulo lançaram um manifesto em 1929 apoiando a candidatura à presidência do governo que era a de Júlio Prestes.

Contra Júlio Prestes formou-se a Aliança Liberal, liderada por Getúlio Vargas – que foi o candidato à presidência pela Aliança – contava com o apoio de governadores descontentes e lideranças do movimento tenentistas, além de alguns ex-presidentes da República. Suas principais demandas eram: a reforma do sistema político; adoção do voto secreto; reformas sociais; diversificação econômica; e diminuição das disparidades regionais.

A Aliança Liberal não aceita a derrota nas eleições presidenciais de 1930, o descontentamento leva então à luta armada, que se conclui na deposição de Washington Luís e a posse de Getúlio Vargas como presidente interino. A Constituição de 1891 é revogada, o Congresso é fechado e o agora presidente Getúlio Vargas governa por meio de Decretos-leis:

A Revolução de 1930 foi, assim, uma etapa do desenvolvimento da revolução burguesa em nosso país. A luta que ocorreu após a vitória, entre os elementos militares e mais avançados, ansiosos por reformas, e os elementos políticos e mais recuados, desejosos de assegurar o mínimo de alterações, resultaria numa derrota para os primeiros, porque sem o apoio em amplas massas e particularmente no movimento operário, o “Tenentismo” esgotara as suas possibilidades. A Revolução de 1930 permitiu a burguesia ascensional, num primeiro lance, e com o apoio do “Tenentismo”, apoderar-se do Estado, utilizando-o em seguida

para realizar as alterações que a interessavam, vigilante para não aprofundalas. Na medida em que o “Tenentismo representava o sentido de aprofundamento foi alijado da composição, voltando-se a burguesia para o latifúndio e apoiando-se nele para deter as novas forças que emergiam no cenário nacional, as forças populares, com o proletariado à frente. “O recalçamento do ‘Tenentismo – dirá um autor – o levará talvez acompanhar o movimento extremista das massas, a seguir, pela força dos acontecimentos, o comunismo em marcha, e pretende violentar as situações dominantes. Aí é que, em tempos vindouros, outras revoluções virão”. É claro que, nessa altura do desenvolvimento histórico, o “Tenentismo” estava liquidado. (SODRÉ, 2010, p. 327-328).

Por sua vez, o outro lado, o das oligarquias dos estados como o Rio Grande do Sul ou mesmo Minas Gerais, defendiam propostas liberais e federativas, no sentido de limitar ainda mais o poder da união. Mas mesmo entre as oligarquias dos estados havia cisões internas, com os estados do Norte e Nordeste se aproximando das ideias dos tenentes de ter um estado mais interventor, afinal, foram as regiões que mais sofreram as consequências da Constituição de 1891.

Inspirados no tenentismo, as primeiras medidas de Vargas consistiram em uma militarização das “interventorias”. Nesse processo estas “interventorias” não tinham ligação com as forças políticas locais e as crises trazidas pela falta de sintonia provocavam a substituição do interventor.

Alessandro Rodrigues (2010) retoma Boris Fausto, para quem a Revolução de 1930 também pode ser considerada uma divisora de águas no Brasil, já que ela marcaria a remodelação da economia brasileira às mudanças no mundo. É quando a indústria brasileira se consolida, com a ascensão da burguesia industrial. Mas nesse período a elite industrial paulista não possuía tanto poder e coesão para realizar uma revolução que desbancasse a burguesia agrária. Ao mesmo tempo em que na década de 1920 os militares organizaram uma corrente progressista, e que se aliou à pequena burguesia em São Paulo.

Para Alessandro Rodrigues (2010), a Revolução de 1930 não representou alteração das relações de produção na esfera de produção, o colapso da hegemonia da burguesia cafeeira não levou ao poder outra classe ou fração de classe⁴⁶, como ele próprio

⁴⁶“Nos anos posteriores à adoção do novo regime, a burguesia industrial não possuía autonomia frente aos interesses tradicionais em geral e nem a burguesia cafeeira conseguiu se reestruturar politicamente, pela derrota em 1932 em São Paulo e à depressão econômica que se arrastava por vários anos. Aqueles que controlam o governo já não representavam de modo direto os grupos sociais que exerciam sua hegemonia sobre os setores da economia e da sociedade, estabelecendo o que Boris Fausto declara Estado de Compromisso [...]” (RODRIGUES, 2010, p.24).

destaca, Boris Fausto chama essa situação de “Estado de Compromisso”⁴⁷. A ausência de predomínio de uma fração de classe sobre a outra, gera uma situação na qual o Estado se torna o intermediador.

Após a Primeira Guerra Mundial houve um acirramento das posições políticas à esquerda e à direita, tanto no Brasil como no mundo. Por aqui fundou-se a Ação Integralista Brasileira (direita) e a Aliança Nacional Libertadora (esquerda)⁴⁸. O autor recupera Marcos Chor Maia, segundo o qual os dois grupos eram diferentes pois não apresentavam um antagonismo entre regiões, e sim um antagonismo de classe.

Entre 1932 e 1934, as manifestações de esquerda aumentam, enquanto isso os integralistas formam frentes paramilitares, exemplo seguido também pelos comunistas. Logo a ANL, passou a sofrer forte repressão do Estado, sendo fechada. Em novembro de 1935 ocorre o levante comunista em Natal e no Rio de Janeiro, o levante é logo sufocado e seus representantes duramente reprimidos.

Em 1936 começa os preparativos da campanha de sucessão presidencial, a oligarquia paulista lança Armando Sales de Oliveira; os getulistas José Américo de Almeida. Mas Getúlio decide continuar à frente do governo. Para isso arma-se o Plano Cohen, onde um suposto plano comunista para a tomada do poder foi encontrado pela inteligência do Estado.

Então, em 10 de novembro de 1937, Getúlio manda fechar novamente o Congresso, publica uma nova constituição, dando início ao Estado Novo. Instala-se a

⁴⁷“A possibilidade de concretização do Estado de compromisso é dada porém pela inexistência de oposições radicais no interior das classes dominantes e, em seu âmbito, não se incluem todas as forças sociais. O acordo se dá entre as várias frações da burguesia, as classes médias – ou pelo menos parte delas – assumem maior peso, favorecidas pelo crescimento do aparelho do Estado, mantendo entretanto, uma posição subordinada. À margem do compromisso básico fica a classe operária, pois o estabelecimento de novas relações com a classe não significa qualquer concessão política apreciável.” (RODRIGUES, 2010, p.24).

⁴⁸O programa proposto pela Aliança Nacional Libertadora preconizava o cancelamento das dívidas imperialistas, a liberdade individual assegurada, a entrega dos latifúndios aos trabalhadores no campo, a liquidação das relações feudais e semifeudais. A arregimentação a que alcançou atingiu, naturalmente, a área militar, intensamente trabalhada pelo “Tenentismo” e pelas lutas que acabaram por liquidá-lo. Ora, para que o regime fascista se instalasse era necessários, fundamentalmente, que as forças da reação dispusessem de apoio militar amplo e inequívoco. Na medida em que a Aliança Nacional Libertadora conquistava adeptos nos meios militares, os perigos que anunciava para a ordem vigente cresciam. A saída imediata foi o financiamento dos grupos de choque, as milícias integralistas, que passaram a disputar adeptos também nas fileiras dos militares. Para criar as condições necessárias a essa arregimentação fascista, o governo pediu e o Congresso concedeu medidas de exceção que culminaram com o fechamento da Aliança Nacional Libertadora, sob a acusação de ser organização comunista ligada a Moscou e dali apoiada materialmente. Na medida, pois, em que as forças populares buscavam formas de organização e travavam a luta, as forças reacionárias vedavam todas as saídas pacíficas, lançando-se às soluções da violência. As esperanças depositadas pelas camadas populares na Revolução de 1930 vinham sendo frustradas : a caminhada para a ditadura de fato era inevitável e constituía naquela fase, a necessidade da burguesia. (SODRÉ, 2010, p. 333-334).

censura, dos meios de comunicação. O Poder Legislativo passa a ser composto pelo Presidente, o Conselho Nacional (em substituição ao Senado) e pelo Parlamento Nacional (substituto da Câmara). Foi criado o conselho de economia nacional composto por associações profissionais e sindicatos reconhecidos por lei. Sua função era de assessoria técnica, visando obter colaboração de classes, a racionalização da economia e o desenvolvimento técnico, significando que o Estado iria intervir fortemente na economia. Houve também a reorganização do serviço público, para tentar colocar nacionalistas da burocracia. De acordo com Nelson Werneck Sodré (2010):

Um processo de ascensão burguesa em país de economia colonial da época do imperialismo pode revestir-se, naturalmente, por vezes inevitavelmente, de invólucro bonapartista de tipo também colonial e imperialista. Porque, no caso brasileiro, o processo era esse, sem a menor dúvida, e a ditadura instalada em 1937 ostensivamente – já vinha sendo exercida antes – não se esgotava em seus aspectos meramente policiais, em sua fachada repressiva e vesga. Era, muito ao contrário, a forma possível de ascensão burguesa em nosso país, na época: a forma que continha as características ostensivas de repressão ao avanço da classe operária e de realização das reformas burguesas. Concentrando poderes, o Estado teria condições para operar em seu aparelho aquelas alterações prenunciadas desde a Revolução de 1930 e entravadas depois, desde que tais alterações não chegassem a ferir fundamentos os interesses do imperialismo nem tocassem a estrutura do latifúndio e se realizassem principalmente à custa dos trabalhadores. O bonapartismo colonialista assumiria, assim, forma específica, levando à ditadura pretoriana, aquele tipo de ditadura em que a fonte de poder provém de forças militares. A cúpula militar estava preparada para o exercício dessa função, desde que se desencadeara a reação. Mais do que o propósito titular da pasta da Guerra, era, por isso mesmo, o chefe do Estado-Maior, general Góis Monteiro, um dos mentores da operação bonapartista. (SODRÉ, 2010, p. 341).

Para garantir o regime são criados o Departamento de Imprensa e Propaganda para o controle ideológico; e a polícia política comandada por Filinto Muller. Um dos objetivos dessa política era o controle dos trabalhadores, negando a luta de classes buscando a colaboração entre trabalhadores e patrões. A crise de 1929 pôs em cheque o modelo agrário-exportador. A estabilidade política proporcionada pelo Estado Novo possibilitou no entanto que o governo transformasse a estrutura produtiva existente no país até então,

O fato de a questão siderúrgica tornar-se grande prioridade governamental é mais um indício de quanto vinha amadurecendo a percepção da necessidade de uma ação clara do Estado a fim de estimular e criar condições para o desenvolvimento industrial. Percepção essa não apenas restrita aos homens que constituíam a

direção política do Estado, mas também de amplos setores da burguesia e das Forças Armadas. (CORSI, 2000, p. 72).

A Segunda Guerra incentivou a industrialização no Brasil, com o aumento do mercado interno, o Estado expandiu a infraestrutura para dar conta de escoar essa produção. O governo conseguiu empréstimos junto aos Estados Unidos para criar a mineradora Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda. Dentro do mesmo princípio nacionalista, foi criado em 1938 o Conselho Nacional do Petróleo, para controlar o refinamento e a distribuição do combustível. Para Alessandro Rodrigues, o Estado nesse período configurou-se como o mais poderoso instrumento de acumulação de capitais, o que permitiu ao Estado controlar e expandir o processo de industrialização do país.

No começo da Segunda Guerra Mundial o Brasil declarava-se neutro, mas em 1942, por pressão popular – devido aos navios afundados por submarinos alemães – e aos acordos de empréstimo com os EUA, o Brasil declara guerra à Alemanha. Com a proximidade do fim da guerra e da derrota do nazi-fascismo, e começa a aparecer grupos que defendem o retorno da democracia no país. Segundo Alessandro Rodrigues, antes mesmo do fim do Estado Novo, o governo criou dois partidos o Partido Social Democrata (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), este último criado pelo Ministério do Trabalho para organizar a base sindical. Por sua vez a UDN foi criada pelos opositores de Vargas, possuía um programa liberal, além de contar com expoentes da burguesia comercial, industrial e agrária. Getúlio é deposto por um golpe em 1945, para tentar evitar que ele estivesse no poder na constituinte.

Retomando a análise econômica do processo, a crise de 1929 se espalhou rapidamente pelo mundo, e uma das medidas adotadas por vários países do mundo foi adotar o protecionismo como forma de tentar recuperar suas economias. Getúlio Vargas que mal assumira o poder em 1930 e precisava lidar com os efeitos da crise, adotou medidas de proteção ao café, queimando parte dos produtos para forçar um aumento do preço que movimentasse a economia como um todo. O setor industrial como consequência da crise vinha de uma forte queda nos anos de 1929 a 1931, mas passou a crescer entre 1933 e 1936 principalmente impulsionado por medidas como o controle do câmbio, que possibilitasse uma industrialização por substituição de importação. Mesmo com o câmbio depreciado era possível criar fábricas no país importando máquinas de segunda mão dos países em crise, o crédito nesse caso era fornecido pelo próprio Estado. Outras medidas de incentivo do Estado que merecem destaque são a criação da legislação

trabalhista e a aliança com empresários considerados possuindo uma visão mais progressista, como é o caso de Roberto Simonsen. O incentivo à indústria se deu por meio da criação de vários institutos e conselhos de planejamento e estudo,

Na mesma época, intensificou-se também a adoção de outras medidas visando incrementar o desenvolvimento, em particular da indústria. Diversos organismos de estímulo e regulamentação de setores específicos foram criados ou remodelados. A lista a seguir é ilustrativa: Conselho Nacional de Petróleo (1938); Instituto Nacional do Mate (1939); Conselho de Águas e Energia Elétrica (1939); Conselho Federal de Comércio Exterior (remodelado em 1939); Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937); Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (1937). Institui-se também o Plano Especial de Obras Públicas e Reaparelhamento da Defesa Nacional, cujo objetivo consistia no desenvolvimento da indústria de base e da infra-estrutura e a modernização das Forças Armadas. (CORSI, 2000, p. 72).

Para Alessandro Rodrigues (2010), outras dessas medidas são: a criação da DASP, para profissionalizar o serviço público; a carteira de crédito agrícola do Banco do Brasil. Havia também o problema do financiamento externo, com a Alemanha disputando com os Estados Unidos para tornar o Brasil sua zona de influência. Por sua vez o Brasil tentava obter melhores ganhos para ajudar em seu processo de industrialização. A Alemanha até podia representar um meio de se desenvolver autonomamente, mas a guerra retirou essa margem de manobra. No lugar, buscou-se meios de obter capital junto aos EUA para financiar a criação da CSN, o que foi conquistado como uma contrapartida da entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados. Em troca, os EUA cederiam equipamentos e conhecimento técnico para tocar a obra e a usina, segundo o autor:

A independência econômica era entendida como sinônimo de desenvolvimento. Só com uma economia sólida e industrial o país a alcançaria. É interessante notar também que a obra estava criando as bases para a independência nacional precisou de ajuda financeira e tecnológica do capital estrangeiro. O que em nada feria o nacionalismo do Estado Novo: a emancipação econômica não significava confronto com os capitais externos, mas um novo patamar de relacionamento, que buscava, de um lado, resguardar a soberania nacional e, de outro, criar as bases para o Brasil integrar a economia mundial como um país industrializado, contando para isso com ajuda externa. Pela primeira vez, o capital estrangeiro financiava um projeto de grande envergadura visando à instalação de uma indústria de base importante para o processo de industrialização. (CORSI, 2000, p. 164).

Esmiuçado a configuração política e econômica, resta aquela que é objeto deste trabalho, ou seja, como revistas tornam-se plataformas para a divulgação de projetos políticos, como foi o caso da revista *A Defesa Nacional*, porta voz do pensamento político

e econômico do grupo de militares chamado de “Jovens Turcos”. Ocorre, que no governo Vargas, principalmente durante o período do Estado Novo, foi se utilizado de uma poderosa máquina de propaganda por parte do governo, configurada no DIP, o Departamento de Imprensa e Propaganda. Foi o DIP que tomou a iniciativa de dar início à publicação da outra revista que será analisada neste capítulo, chamada de Cultura Política. Seu objetivo era demonstrar os feitos do governo nas mais diversas áreas, e contribuir para o debate teórico à cerca dos projetos de desenvolvimento do país.

Em outra frente o governo manipula através da propaganda oficial para conquistar toda a população. Após 1917 havia a preocupação de que as publicações operárias pudessem influenciar a população a aderir ao comunismo. Desse modo a imprensa e o Estado passam a fazer uma oposição ferrenha à organização dos trabalhadores. O crescimento industrial do Brasil ganha folego com a Primeira Guerra Mundial e com a vinda de imigrantes que defendiam o anarquismo e o socialismo, ajudando a organizar as primeiras organizações de trabalhadores e as primeiras greves. Havia ainda o entrave do analfabetismo entre a população, desse modo a caricatura torna-se uma arma para influenciar tanto à esquerda como à direita.

O movimento operário organizou-se principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro – os principais centros industriais do país – contando então com mais de 150 jornais. Dentro desse cenário o PCB é fundado em 1922 e ganha força na década de 1930 com a entrada de Luís Carlos Prestes no partido. Alessandro Rodrigues (2010) retoma Rodrigo Patto Sá Motta, segundo o qual o levante comunista de 1935 será responsável pelo aumento da propaganda anti-comunista no país, isso ocorre devido ao fato de que com a tentativa de levante, o comunismo tornou-se uma ameaça real.

Alessandro Rodrigues (2010) destaca que nesse período há um processo de profissionalização e modernização das empresas de mídia do país, foi quando adquire-se o formato de grandes empresas, justamente serão os jornais mais conservadores os primeiros a adotar esse novo modelo organizativo. Ele cita como exemplo o Estado de São Paulo, que era financiado e defendia os interesses dos cafeicultores paulistas citando ele:

O crescimento da imprensa no Brasil favoreceu o desenvolvimento da literatura antiliberal e a convergência ideológica anticomunista evidenciada em periódicos cujos dirigentes e colaboradores eram simpatizantes ou engajados em movimentos de extrema direita. A propaganda política por meio da imprensa e dos aparelhos ideológicos do estado serviu como ferramenta nas disputas pelo poder das classes e

pelos intelectuais no período. Eles foram mecanismos de manutenção da ordem no momento da expansão da imprensa nacional e dos meios de comunicação popularizados progressivamente como consequência do processo de expansão capitalista mundial.

A modernização da imprensa possibilitou o avanço dos setores de comunicação que foram instrumentalizados para a propaganda política, em especial, no Estado Novo. O jornalismo político expressava as diversas tendências ideológicas que estavam em disputa apesar da censura varguista. A imprensa brasileira, em processo de popularização no período, foi o canal da propaganda política de variados projetos políticos com a influência das ideologias de Estado sendo decisiva na construção das tendências políticas da direita. (RODRIGUES, 2010, p. 47-48).

Ao mesmo tempo a estratégia do governo era de promover o nacionalismo utilizando as mais modernas técnicas como o rádio e o cinema, as datas cívicas e os grandes desfiles. O DIP, comandado por Lourival Fontes era peça central nessa máquina, regulando e censurando também toda a imprensa falada e escrita. Desde a Revolução de 1930, o governo tentava regular e controlar a imprensa, primeiro pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) também dirigido por Lourival Fontes.

Já dentro do Estado Novo, o DPDC se torna Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que obtém o controle dos meios de comunicação, é baixado um decreto que estipula que só poderá obter papel, os jornais que estiverem dentro das normas estabelecidas pelo governo, para só depois em 1939 ser criado o DIP. Desse maneira, em março de 1941, começou a circular a revista *Cultura e Política*, sob a direção de Almir de Andrade, segundo Alessandro Rodrigues (2010):

Para este autor, o objetivo da revista desde o seu lançamento em março de 1941, era a realização de um programa de governo na publicação de um periódico de cultura que conseguisse reunir em torno de si a colaboração de vários estudiosos de todos os estados brasileiros, para falar de todos os problemas e transmitir a imagem de um Brasil solidário e unido. Desta forma, seriam depoimentos vivos de tolerância e unidade nacional, de trabalho e realizações do Estado Novo”. (RODRIGUES, 2010, p. 53).

É por isso que a revista trazia autores como Azevedo Amaral e Nelson Werneck Sodré⁴⁹, congregando assim todos os tipos de pensamento em torno da união nacional.

⁴⁹Em nossa leitura, há um outro aspecto significativo decorrente de sua intervenção na *Revista Cultura Política*. Salvo polêmicas inconclusivas sobre essa questão, podemos afirmar que esta participação veio a ser uma abertura para outras reflexões. Por um lado, a redação dos ensaios de maior responsabilidade (os artigos relacionados ao discurso de Vargas) empurraram-no para um estudo e uma análise de fundo de como os problemas se apresentavam, o que lhe permitiu visualizar que o Estado Novo não se resumia à face sinistra e policial, que muitas de suas iniciativas eram inclusive defensáveis. Lamentaria nas memórias tal colaboração, mas admite, por outro lado, que foi uma participação que lhe possibilitou inegável

Alessandro Rodrigues divide cronologicamente a revista em dois períodos, o primeiro irá de março de 1941 até maio de 1942, quando o Brasil entra na Guerra ao lado dos Estados Unidos, nesse período haverá também uma mudança na direção do DIP, sai Lourival Fortes, e entra o Major Coelho dos Reis. Segundo Nelson Werneck Sodré (1970):

Almir de Andrade tinha já conquistado um lugar entre os escritores, quando se tornou diretor de *Cultura Política*. E a revista cedo provou que era bem feita e que apresentava matéria de que partidários e adversários da ditadura tinham obrigação de tomar conhecimento. Era revista destinada a fornecer imagem favorável do governo, naturalmente, revista oficiosa, para não dizer oficial. Mas era revista bem feita, revista de fato de ter sido possível o aparecimento e a existência de uma importante, e mostra como a situação era complexa, como a ditadura, aqui, fugia ao molde externo, tinha molde próprio. O fato de o partido declaradamente de direita ter levado, com todo o seu embalo, logo de saída, uma decisiva trombada, que o liquidou, foi outro traço singular da ditadura brasileira. Aquêlê partido, caprichando na imitação dos modelos externos, esteve sempre “por fora”, como se usa dizer agora. Não correspondia às necessidades das forças que geraram e mantiveram o Estado Novo – e que, no momento adequado, largaram-no, como a cobra larga a casca. É que tais forças eram as mesmas que haviam gerado e mantido, lá fora, os modelos nazista, fascista, salazarista. O fato é que *Cultura Política* era revista bem feita, inteligente e informada. Sua coleção continua a ser, ainda hoje, a melhor fonte para estudo do que foi o Estado Novo. Os pesquisadores modernos, os estrangeiros inclusive, frequentam suas páginas, encontram nelas muito daquilo que se necessitam para conhecer o fenômeno político que foi o Estado Novo (SODRÉ, 1970, p. 242).

Nesse primeiro momento a revista estava dividida em seis seções: Problemas políticos e sociais; o Pensamento do chefe de governo; A estrutura jurídico-política do Brasil; Textos e documentos históricos; a Atividade governamental; e Brasil social, intelectual e artístico. Segundo Alessandro:

Ela era iniciada a partir de um artigo de construção e legitimação do Estado Novo: ‘Problemas políticos e sociais’ em que, entre outros pontos, eram analisados os conceitos de Nação, Estado e sociedade. Estes artigos eram escritos principalmente pelos intelectuais ideólogos do Estado Novo. Na segunda seção, ‘O pensamento político do chefe de governo’, estava representado muitas vezes sob responsabilidade de Azevedo Amaral. Segundo Ângela de Castro Gomes, o objetivo era tornar a revista um ‘espelho do Brasil’ no qual o principal fundador era o próprio Getúlio Vargas e uma das principais tarefas da publicação consistia em interpretar seu pensamento para o leitor. A origem desses

aprendizado, particularmente porque lhe chamou atenção para o estágio de desenvolvimento brasileiro e para as nuances do papel da burguesia, do latifúndio e até o imperialismo naquele contexto. De certa forma, isso explica, e muito, o conteúdo dos artigos escritos naquela ocasião [...]. (CUNHA, 2002, p. 180).

textos eram, principalmente, os discursos de Vargas encontrados na Nova Política do Brasil”.

Na terceira seção: “A estrutura jurídico-política do Brasil”, em que magistrados, membros do Ministério Público, Ministros do Supremo Tribunal Federal, desembargadores, discutiam as principais diferenças da Constituição de 1937. A quarta seção: ‘A atividade governamental’ tinha por objetivo informar as realizações mais importantes do governo no mês, discutindo também uma diversidade de temas escritos pelos mais variados membros da burocracia militar e civil. “Textos e documentos históricos” estabeleciam por meio da publicação de documentos recuperar os momentos decisivos do passado brasileiro. Por fim, na sexta seção: “Brasil social, intelectual e artístico”, estava organizado e dividido em várias partes que consistiam no planejamento básico da publicação em relação à uma ‘política cultural do Estado Novo’. (RODRIGUES, 2010, p. 56-57).

Com a eclosão da guerra há uma mudança, deixando de ter seções fixas, e apresentando 24 novas seções, como Política Internacional, ou o Brasil e a Guerra. Passando a contar então com artigos de militares e outros profissionais com formação técnica. No que diz respeito ao objeto específico do capítulo – a indústria de defesa –, a revista Cultura e Política, via a segurança nacional como algo fundamental, tanto que a partir do seu segundo ano passou a contar com uma seção inteira voltada para o tema, seção esta que era parte das 24 novas, criadas a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra. E em um levantamento feito, foi possível apurar cerca de 60 artigos que versam sobre o tema. Muito embora diretamente não houvesse nenhum item tratando diretamente sobre o tema do presente capítulo (para recapitular, a indústria de defesa), havia artigos correlatos à preocupação com a industrialização do país ser algo fundamental para a melhoria da capacidade de defesa do país.

É preocupação dessas revistas, então construir um imaginário referente à constituição de uma indústria de defesa, como substrato para a própria defesa do país. Não se tratava ainda de explicitamente fazer a defesa de um setor específico da indústria – como será o caso dos sites na última década – haja visto que a preocupação naquele momento era de defender a viabilização da indústria nacional.

Dentre os 60 artigos da revista que versam sobre defesa nacional é possível estabelecer como esse assunto será tratado de diversas maneiras, por exemplo, no número 29, de julho de 1943, há um artigo intitulado “Uma realidade a Fábrica Nacional de Motores”. No início o artigo romanceia um pouco as dificuldades em se estabelecer uma fábrica no país, para depois exaltar como devido ao acordo com os Estados Unidos, proveniente da entrada do país na guerra foi possível estabelecer pelos acordos de “*lend & lease*” uma fábrica com essa finalidade no país. Na continuação do artigo é colocado

as excelentes condições de trabalho para os operários, seja nos soldos, seja no estabelecimento de um cardápio especial e balanceado para os trabalhadores, tudo isso sob a responsabilidade do brigadeiro Guedes Moniz⁵⁰.

Já no número 35 de dezembro de 1943, um outro artigo versa sobre a inauguração do novo “Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro”, a matéria é justamente uma visita às instalações para expor a “modernidade” das novas instalações, que contava então com 1600 operários. “Hoje na praia de S. Cristóvão, não existe uma fábrica de reparos apenas acanhada, rude, mas um importante parque industrial, na mais perfeita acepção da palavra”⁵¹. Assim como na Fábrica de Motores, segundo a revista, dentre os aspectos modernos da fábrica estava um restaurante que oferecia uma alimentação condizente com os trabalhos desenvolvidos nas instalações. Ao contrário da fábrica de motores, o Arsenal possuía uma escola de ensino profissional com mais de 170 alunos.

Mas como nem todos os artigos que aparecem na revista e que são ligadas à área de defesa, versam diretamente sobre a problemática do desenvolvimento nacional e defesa, têm-se um texto de autoria de Jorge de Medeiros intitulado “A Mulher em Face da Guerra”⁵² publicado no número 36 em janeiro de 1944. O texto versa sobre as mudanças no papel da mulher na sociedade até então, e na necessidade das mesmas em contribuir com o esforço de guerra.

Muito diverso é o caso de dois artigos publicados na edição de número 19 de setembro de 1942, portanto, após a mudança da linha editorial, já dentro da novíssima sessão “Política Militar e Defesa Nacional”. Os textos foram intitulados: “As verdadeiras Bases do Poder Militar” de autoria do então coronel do Exército e comandante da infantaria da 9ª Região Militar F. de Paula Cidade; e “Defesa ativa e do território nacional” do capitão de mar e guerra César da Fonseca.

No primeiro texto, o autor critica as elites do país, acusando-as de se deixar levar por “ideologias pacifistas europeias”, possivelmente falando do positivismo, mas ele também fala “A razão desse paradoxo salta aos olhos de qualquer um: por tudo e por tudo, as guerras de nossos dias, mais do que as do passado, exigem a industrialização do país. Fabricar máquinas, [...] são as primeiras etapas da grandesa militar” (CIDADE, 1942

⁵⁰Uma realidade a Fábrica Nacional de Motores. *In*. Revista Cultura Política. Rio de Janeiro [s.n]. Número 29. Julho de 1943

⁵¹Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. *In*. Revista Cultura Política. Rio de Janeiro [s.n]. Número 35. Dezembro de 1943

⁵²A mulher em face da Guerra. *In*. Revista Cultura Política. Rio de Janeiro [s.n]. Número 36. Janeiro de 1944.

p.114)⁵³. Somente a partir desse pressuposto é que se poderia recorrer à população para usar esses armamentos e defender a nação.

Na sequência, o autor continua o tom de crítica às “elites” nacionais, ressaltando que medidas importantes de desenvolvimento nacional e defesa, como a criação da indústria siderúrgica e a produção de trigos só tornaram-se possíveis após o fechamento do legislativo no Estado Novo, pois as mesmas iam contra os interesses da “elite” e das transnacionais. Ele então expõe os altos custos dos armamentos militares de então, o que apontaria as dificuldades do Brasil na guerra, sendo a única solução o país torna-se rico e para ser rico era preciso na opinião dele vender e exportar. Ele aponta até o caso do desenvolvimento inglês como algo no qual o Brasil poderia se espelhar. Nas suas palavras “A lição inglesa, e dos povos que lhe têm seguido na esteira, é esta: *sem indústrias, sem mercados, sem capacidade tributária, não há nação forte*” (CIDADE, 1942, p.117). Para encerrar o autor traça as etapas de desenvolvimento de então que era o país produzir máquinas para abastecer a indústria interna e exportar. Nesse ponto ele exalta os esforços do Ministério da Guerra em obter sempre que possível os armamentos na indústria nacional. Com isso, seria possível – segundo ele – ao país atingir as verdadeiras bases do poder militar.

O segundo artigo dessa edição, o do capitão de mar e guerra César da Fonseca disserta sobre as condições de defesa do país e sua necessária estruturação em vista das ameaças representadas à sua marinha mercante pela Alemanha, em vista da entrada do Brasil na Segunda Guerra, para isso ele traça as ações necessárias no que diz respeito: a Segurança geral; defesa passiva; defesa ativa. Trata-se de um artigo mais próximo ao tipo do “A Mulher em Face da Guerra”, dado seu caráter propositivo e expositivo das condições do país.

Isso para ficar em apenas alguns exemplos referentes ao conteúdo da revista, mas como apontou Nelson Werneck Sodré em seu livro “Memórias de escritor”, caso alguém queira compreender o que foi o Estado Novo, a revista Cultura Política é fundamental, ainda mais na atualidade com todo seu acervo disponível digitalizado no site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, ligado à Fundação Getúlio Vargas.

⁵³As verdadeiras Bases do Poder Militar *In*. Revista Cultura Política. Rio de Janeiro [s.n]. Número 19. Setembro de 1942.

3.3 – A Revista do Clube Militar

No levantamento feito no material das Revistas do Clube Militar, localizadas na Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), destacou-se em primeiro lugar a grande quantidade de edições dos anos 1949-1950, que são vitais no debate dentro do Clube das questões nacionalistas. Mas o escopo das edições cobre anos anteriores indo de 1940 até 1950.

Os artigos aqui selecionados buscam retratar a evolução dos debates, que ocorreram principalmente feitos em torno da questão do petróleo, mas que variavam muito indo da ligação entre Exército e agricultura, até a indústria de defesa.

O primeiro texto de destaque é “Exército e agricultura”, do Major Jehovah Motta publicado na edição número 84 de setembro e outubro de 1947. O autor começa o texto falando sobre a relação entre indústria e defesa nacional. Para ele, essa questão fora devidamente compreendida e equacionada. De longa data e nos altos comandos, revelou-se uma consciência nítida da íntima solidariedade existente entre a ação de defender o país e a de dar uma estrutura industrial sólida.

Ainda cadete o moço sabe que a defesa do Brasil requer canhões, metralhadoras, aviões e tanques, e sabe também, ou presente, que somente teremos armas nas melhores condições de segurança quando tivermos a possibilidade de fazê-las aqui mesmo. Comprar fora do país os instrumentos bélicos da nossa defesa sempre foi considerado, pela massa da oficialidade, como sendo uma solução eminentemente precária, aceitável apenas como coisa transitória. E o progresso no encaminhamento da nossa política militar sempre foi entrevisto como sendo a marcha para uma completa libertação dos mercados estrangeiros de armamento, mediante a instalação de uma indústria bélica bem aparelhada. (MOTTA, 1947, p. 16)

Por isso, segundo ele é que se explica o grande interesse com que as Forças Armadas sempre olharam o problema da industrialização do país. Assim os militares estiveram na vanguarda dos esforços para a concretização da Companhia Siderúrgica Nacional. Mas, infelizmente esse mesmo esforço não é observado no que diz respeito à agricultura. Segundo o autor, tudo que diz respeito à esse ponto é visto de modo indiferente ou então com uma insensibilidade absoluta. Não haveria até então uma compreensão sobre o valor militar do trigo, feijão, da carne. Na série guerra-canhão-indústria-agricultura, o Brasil só chega até a indústria.

Daí decorre que jamais os Comandos e os Estados Maiores influenciaram sobre as decisões da nossa política agrária como o fizeram sobre as da política industrial. O Ministério da Agricultura o fomento da produção agro-pastoril, seleção ou criação de culturas, zoneamento da produção, tudo isso tem sido examinado no Brasil de

vários ângulos, mas nunca do ângulo militar. E acredito que essa falha tem contribuído não pouco para que as questões da agricultura tenham tido sempre, entre nós um tratamento fragmentário e desconexo. Parece-me que as Forças Armadas tivessem colocado o problema do trigo, o do incentivo à agricultura chamada de alimentação, e outros que tais como indissolivelmente ligados à defesa nacional, e isso com a mesma ênfase com que colocaram o de Volta Redonda, não estaríamos hoje sofrendo as consequências de uma estrutura econômica alarmantemente frágil. (MOTTA, p. 17)

É também uma debilidade a concepção de defesa nacional que não leva em conta a relação íntima entre indústria e agricultura. Ao se considerar o problema da industrialização, é examinado a questão das matérias primas, dos capitais, das fontes de matéria prima, mas não é observado a questão dos mercados consumidores. Ele usa como exemplo disso a CSN, o país possui ferro, o coque, tem assim a siderurgia e a indústria de transformação, mas não sabe quem comprará esses produtos.

O autor cita Alberto Torres que já falava que o problema do não desenvolvimento brasileiro era a falta de mercado interno (o que pode colocar eles como um “subconsumista”).

Trata-se, conseqüentemente, para o Brasil, de ligar os seus planos de industrialização ao problema da distribuição de poder de compra aos seus 45 milhões de habitantes. Sem que uma coisa se faça a outra resultará precária. Construir usinas siderúrgicas em meio a uma massa de milhões de indigentes é construir imponentes castelos sobre areia movediça. E no plano da compreensão dos nossos problemas militares situar bem o problema industrial é ligá-lo umbilicalmente ao agrícola. Isto porque quando se diz que o brasileiro não tem poder de compra o que se quer dizer, sobretudo, é que as populações que vivem da agricultura não dispõem de dinheiro para adquirir aquilo de que necessitam para se vestir, para habitar e para se integrar nos hábitos ou estilos culturais modernos. (MOTTA, p. 18).

Para tanto seria necessário um conhecimento da situação geral da agricultura brasileira, das suas deficiências e possibilidades, bem como os problemas de estrutura e funcionamento. Tratava-se de colocar toda a influência das Forças Armadas a serviço de todas as forças sociais, políticas e técnicas que lutavam pelo aumento e diversificação da produção agrícola, de modo que a agricultura pudesse elevar a qualidade dos nossos padrões alimentícios. O Brasil vivia uma crise na agricultura, logo também vivia uma crise industrial e a crise brasileira. Resolver o problema da segurança é apressar a industrialização, e retirar a agricultura de sua crise orgânica.

Na mesma edição um outro artigo abordou um problema econômico mais específico: o déficit orçamentário do país. Com o nome de “É possível eliminar o déficit orçamentário”, nesse artigo se fala sobre um problema recorrente na história brasileira: a questão do

déficit orçamentário. Nesse caso específico, versa-se sobre uma repartição pública que conquistou uma economia vultosa apenas trocando de fornecer, optando por uma pequena firma.

Ainda no assunto econômico, o próximo artigo da revista é a transcrição da fala de dois membros do Clube em um debate sobre o petróleo, no caso Artur Carnaúba e Juarez Távora. No debate ocorrido no Clube sobre o assunto, a mesa então foi composta pelos generais Raimundo Sampaio e Juarez Távora, pelos almirantes Rodrigues Medeiros e Silvio de Camarao, Dr Odilon Braga, Senador Ernesto Dorneles e o Deputado João Mangabeira.

Iniciando a leitura de seu brilhante e bem documentado trabalho, o coronel Carnaúba fez um estudo de nossa história econômica, remontando aos tempos em que nos encontrávamos sob jugo lusitano, para acentuar que herdamos dos portugueses suas qualidades e defeitos, entre êstes, ao que parece a vocação suicida para a entrega das próprias riquezas e assinatura de tratados que nos colocam em situação de dependentes das potências econômicas mais fortes. (1947, p. 39).

Ele falou então sobre a influência primeiro do capital inglês e depois do estadunidense na economia brasileira, afirmando que se têm transformado os métodos e a técnica da opressão imperialista, mas o objetivo final mantinha-se o mesmo que seria o domínio de nosso mercado.

Entrando pròpriamente em consideração a respeito do problema do petróleo, o conferencista começou por citar palavras do general Horta Barbosa, para declarar-se de acordo com o ilustre ex-presidente do Conselho Nacional do Petróleo quando preconiza a exploração de nosso óleo negro pelo Estado e como monopólio dêste, uma vez que se trata de assunto direto intimamente ligado à defesa nacional. Terminando sua magnifica palestra afirmou que a entrega de nosso petróleo aos trustes internacionais constituiria crime de lesa-pátria e que precisamos organizar-nos para evitar êsse crime. (CLUBE MILITAR, 1947, p. 39).

Já Juarez Távora versou sobre o assunto no dia 15 de setembro em conferência no clube naval. Segundo o texto, Juarez apresentou franqueza e invejável espírito democrático para solucionar o problema do petróleo. Destaque para os adjetivos que o autor usa para Juarez sendo grande líder da defesa para que as riquezas do país continuassem na mão dos brasileiros.

“A solução do problema brasileiro do petróleo não pode ser deduzida como uma simples ampliação dos sucesso obtidos, inicialmente, na área circunvizinha à Cidade de Salvador. Êsse sucesso inicial poderá garantir entretanto, à exploração estatal uma vantagem considerável sôbre quaisquer outros concorrentes à

exploração do petróleo brasileiro, e essa vantagem deve ser ampliada, ao invés de diminuída”.

“A disputa pelo monopólio, ou no mínimo, pelo predomínio sobre as fontes de produção, usinas de beneficiamento e equipamentos de transporte e de distribuição – já se não opera apenas por conta dos próprios trustes interessados comercialmente em contratá-los – mas também através dos bastidores dos Departamentos de Estado e Estados-Maiores Militares, que orientam a política internacional das grandes potências mundiais.

(...)

Como contrapartida a êsse espírito de presa e predomínio de trustes e grandes potenciais, que instigam em sua corrida desenfreada para o monopólio dessa preciosa fonte de segurança nacional e de progresso e bem-estar sociais – estão as nações mais fracas reagindo, cada vez com maior intensidade, contra o que razoavelmente chama de exploração colonial de seu petróleo”. (CLUBE MILITAR, 1947, 40).

É interessante ressaltar que Juarez será um dos líderes da corrente “entreguista” dentro do Exército na década seguinte, integrando a chapa oposicionista à nacionalista do Clube Militar nas eleições de 1950 e 1952.

Problemas de base – Tenente Jaime de Lima edição 100, agosto de 1949. O autor começa o texto falando sobre os debates que ocorriam no Brasil de então. Para ele não era fácil separar as causas entrelaçadas, e dar o justo valor para cada uma delas, por essa razão é difícil esquematizar os problemas básicos do progresso econômico. Em primeiro lugar ele destaca o problema humano, que seria o elemento mais importante da “paisagem econômica”, no caso a educação, saúde, migrações, relações de trabalho, todos componentes do meio social. Em segundo lugar, o progresso depende dos fatores geográficos, naturais, como a riqueza do solo, subsolo, a fauna, rios, florestas, ou seja, tudo que é ofertado pela natureza.

Para ele, o homem lutaria contra os fatores geográficos, para domar-los e dinamizar a vida. Dessa luta se constitui a força propulsora do progresso. Ele ressalta para afastar qualquer ideia de que haveria um material humano inferior, não há raça humana superiora, a alimentação e a educação tornam os homens mais eficientes para a luta. Para buscar seu conforto, o homem produz para si e para as trocas. O progresso seria para ele um conceito relativo, já que decorre da comparação de um povo com os demais numa mesma época histórica.

No período em que o texto foi escrito, as trocas mais importantes de mercadorias e serviços se originavam na indústria. A energia para mover a indústria pode vir de diversas origens como a queima de combustíveis fósseis, ou dos fluídos em movimento como o vento ou água. O autor destaca inclusive essa última fonte, dado o grande potencial do

país para gerar essa energia, um dos meios do país progredir seria explorar o potencial hidrelétrico.

Com a montagem de Volta Redonda plantamos em largo estilo uma indústria de base, isto é, industrializamos o ferro para nossa própria indústria. Haja energia, venha o petróleo e não haverá desídia nem má fé capazes de impedir que fabriquemos nossos motores. (LIMA, 1949, 68).

Com isso, o país teria os tratores, sem os quais já era impossível à lavoura existir. A produção agrária, um problema para qualquer nação ficaria na dependência para ser eficiente do progresso industrial, assim como a indústria de fertilizantes.

O próximo problema que o autor trata é o dos transportes, o setor crescia em importância, por conta da extensão territorial do país. É preciso levar a produção para os centros consumidores, assim o transporte garantiria a difusão do progresso, foi a falta de trilhos que fez com que a população se concentrasse próxima do litoral.

Agora com a expansão da malha rodoviária, os problemas passam a ser a questão dos combustíveis e do motor nacional.

Entretanto somos capazes de solver essas questões. Volta Redonda aí está como prova de que o somos. As refinarias virão e a campanha do trigo demonstra que mesmo no setor agrário seremos capazes de grandes realizações. A energia elétrica, com a iniciativa de Paulo Afonso, construirá uma cultura à margem de um rio histórico. Há muito o que fazer e é preciso ter fé e lutar. Não trabalharemos contra nós preferindo artigos estrangeiros quando haja similares no país. Demos valor no que é nosso, pois assim valorizamos a nós mesmos. (LIMA, 1949, p.68).

Comentários à margem do anteprojeto de Estatuto do petróleo – Capitão X⁵⁴ edição 103, janeiro de 1950. O autor em questão que não se identifica, começa falando que o artigo é o primeiro de duas partes. Ele retoma então os números 88 e 89 da revista, onde teceu-se comentários a respeito dos vários dispositivos do projeto do estatuto do petróleo encaminhado ao congresso nacional e em fase de discussão e promulgação. Na opinião dele, o projeto longe de assegurar a defesa dos interesses do país, prepara a entrega pura e simples das riquezas petrolíferas do país.

⁵⁴Era certo, entretanto, que a posição nacionalista, naquela associação de oficiais, vinha do passado. Para não falar em acontecimentos mais antigos, nacionalista fôra a posição, em suas linhas gerais, da diretoria encabeçada pelo general José Pessoa; continuara a ser a da diretoria encabeçada pelo general Salvador César Obino, que tinha como presidente o general Estêvão Leitão de Carvalho, ativo participante da campanha do petróleo *A Revista do Clube Militar*, dirigida pelo capitão Humberto Freire de Andrade, subordinada ao Departamento Cultural dirigido pelo coronel Henrique Cunha, mantinha-se como defensora dessa posição. Em seu número 103, referente a janeiro de 1950, iniciava a publicação de importante estudo, “Comentários à margem do Anteprojeto de Estatuto do Petróleo”, sob responsabilidade de alguém que se ocultava sob o pseudônimo de Capitão X. (SODRÉ, 1968, p. 299).

A primeira constituição republicana do país, a de 1891, falava que as minas pertenciam aos donos do solo, salva as limitações estabelecidas por lei, bem como a exploração desse ramo da indústria. Como ele destaca, a carta garantia a propriedade da terra e das jazidas nela existente. Esse tipo de política, diz ele, correspondia às condições reinantes na fase histórica em que foi elaborada. Para ele o capitalismo brasileiro estava em formação, havendo assim uma hegemonia política e econômica por parte dos senhores de terra. A indústria ainda nascente, não tinha forças para lutar contra a política estabelecida de exploração do subsolo. Tanto que durante um quarto de século, não houve nenhum choque entre a lei e os interesses da indústria extrativista, que então se resumia apenas à exploração de ouro.

Mas, a partir de 1905 e, principalmente, durante e após a grande guerra de 1914-18, nosso parque industrial entra em fase de franca prosperidade e estimula-se o florescimento das iniciativas do capitalismo indígena. Em tais circunstâncias criam-se condições para o desenvolvimento da indústria mineira no país e aparece, então, a necessidade de modificar aquela disposição constitucional, que proporcionava aos donos da terra a possibilidade de obstaculizar os empreendimentos dos homens da indústria nesse terreno. (CLUBE MILITAR, 1950, p.6).

Com isso cresce a influência dos líderes da indústria e da finança na política petrolífera. E assim surge novas condições históricas em 1921. Surge então a lei nº4265 de 15 de janeiro de 1921. Nela impunha-se limites, a interferência em assuntos da iniciativa privada continuava domínio dela mesma, mas buscava-se um limite do individualismo da indústria mineira. Para o autor, essa lei já era um caminho da exploração das riquezas do país pela produção nacional.

Mas foi somente seis anos mais tarde, em 1927, que os interessados na instalação da indústria petrolífera no Brasil receberam o primeiro apoio oficial concreto a suas iniciativas. E este veio do governo do Estado de São Paulo, através de uma lei que, ampliano as verbas do serviço estadual do subsolo e autorizando o governo a adquirir aparelhamento e contratar técnicos para suas próprias pesquisas, habilitava-o, por outro lado, a estimular e apoiar os empreendimentos particulares assim como a buscar o amparo do governo da União, com o qual se proporia a conjugar esforços. (CLUBE MILITAR, 1950, p. 6).

Segundo ele, o governo federal não mostrou-se disposto a amparar as iniciativas nacionais. O Ministério da Agricultura e o serviço nacional de pesquisas minerais não disfarçavam a posição oficial. Era a política de não explorar, e nem permitir que ninguém explorasse, que foi indicada por Monteiro Lobato.

Apesar de tudo o petróleo começava a ser encontrado no Brasil: de 1919-1920 em Alagoas, Bahia, Paraná e São Paulo; depois em 1920-1929 nesses mesmos estados e também em Santa Catarina, Amazonas, Pará e Minas Gerais. Por conta disso os trustes começam a ofensiva contra a produção nacional de petróleo. Eles agem da seguinte maneira: 1)cobrem o território nacional com uma rede de especialistas que estudam os terrenos; 2)com base nos estudos, compram ou fecham contratos com os proprietários de terra brasileiros nas zonas que lhe interessam. Tem início então a segunda fase da ofensiva que é negar a existência de petróleo: 1)Nas terras compradas ou contratadas, os trabalhos de sondagem ou não se iniciam ou paralisam em pouco tempo, esse expediente seria possível devido ao pouco controle oficial do Estado; 2)nos terrenos que os trustes ainda não possuem, os técnicos falsificam as plantas e perfis geológicos.

E' que a situação se ia apresentando particularmente favorável à exploração de nosso petróleo com nossos próprios recursos e em nosso próprio benefício. E essa exploração, aliada ao nascimento da grande siderurgia, em Volta Redonda, viria a dar solidez e segurança aos primeiros passos efetivos no sentido de nossa independência econômica. A perspectiva de uma indústria petrolífera, em mãos brasileiras, dentro de um Brasil em marcha franca para a completa reconquista das liberdades democráticas implicava sério transtorno para os monopólios internacionais. (CLUBE MILITAR, 1950, p. 11).

Editorial – O significado de uma vitória – edição 107 de julho de 1950. O editorial repercute a vitória da chapa nacionalista nas eleições em 17 de maio de 1950. Apesar de ser corriqueiro a troca das diretorias, essa eleição carregou um grande significado histórico. Segundo o texto, essa eleição revelou um extraordinário progresso na vida e no prestígio do Clube Militar.

A campanha e o pleito contribuíram para haver uma grande participação de sócios do clube, com a abstenção aproximando-se do zero, havendo até um aumento nas associações, ressaltando então o valor do clube como um órgão de classe.

Venceu a idéia de que o Clube não deve ser apenas uma sociedade recreativa e beneficente, mas, também, um órgão de classe, vigilante e ativo no propósito de defender os interesses e as aspirações dos oficiais das Forças Armadas, tanto mais dignos de semelhante apoio quanto formam um corpo homogêneo, cujo espírito está inalterável e decididamente voltado para a defesa e o progresso da Pátria.

Venceu o propósito de manter as Forças Armadas ligadas ao povo na sua sagrada missão de defender os ideais democráticos, contra os movimentos golpistas e antipatrióticos.

No editorial nº 110 outubro de 1950: O processo democrático. A revista falará sobre o processo eleitoral em tão em curso. Cabe destacar que nesse número a presidência do Clube já era ocupada por Estilac Geral e Horta Barbosa, a orientação da direção e da revista era portanto, nacionalista. Desse modo passado a campanha, restando apenas o pleito, assim o editorial começa:

Resta-nos, agora, enfrentar os problemas capitais que se nos deparam no caminho, com o espírito fortalecido pela crença nas possibilidades do nosso Povo de aproveitar, em seu próprio benefício, as riquezas que possui, delas fazendo um elemento propulsor de seu desenvolvimento material, político, econômico e social. Só a convicção de que somos capazes de resolver, por nós mesmos, tais problemas, poderá fornecer os fundamentos da política nacionalista a que aspiramos e na qual o insubstituível conteúdo de nossa sobrevivência nacional. (CLUBE MILITAR, 1950 p. 3).

A união em torno dessa ideia é o ponto de partida da atividade do Clube segundo o editorial. Essa união em torno da Nação e do Povo seria capaz de fortalecer a estrutura democrática das instituições, conferindo o sentido mais amplo que deve caracterizá-las. Continuando, o processo democrático é como o próprio nome já diz um processo, seu desenvolvimento é progressivo, e os erros e desvios são pouco a pouco eliminados. Só a prática constante do sistema seria capaz de educar a coletividade para o uso dos direitos. Só o acatamento dos resultados poderá aperfeiçoar do modo como os patriotas desejam. Pensar em fraudar esse processo não é só um erro passível de sanções, mas também um passo para o abandono do processo democrático, e o país não deve assistir a isso indiferente. O mais grave seria pensar no emprego das Forças Armadas.

Pensar, pois, em burlar tais resultados, não é só um erro passível de sanções extraordinárias, como um passo dado para o abandono do processo democrático, a que um País não poderia assistir indiferente. E mais grave ainda é pensar, para isso, no emprêgo das Fôrças Armadas. A pressão, a princípio velada e agora ostensiva e franca, que vem sendo exercida sôbre elas, no sentido de se constituírem em elemento perturbador daquele processo, sobrepondo-se ao julgamento do povo e avocando a autoridade, que só ao povo pertence, de escolher os seus governantes, não passa, no fim de contas, de um juízo menos honroso acerca da compreensão que os militares têm, quer do cumprimento dos seus deveres profissionais, quer do valor dos seus direitos de cidadãos, e, portanto, parte, também do Povo.

A união das classes armadas funda-se, única e exclusivamente, no cumprimento que a todos cabe, da ordem constitucional; no mais um pensa livremente conforme às suas tendências. As solicitações para a intervenção delas em golpes pretensamente salvadores, contribuiria, desde logo, não só para devia-las de seu caminho natural, como para levar-lhes o fermento da desunião, que a todos atemoriza. Caem no vazio, pois, as rogatórias solertes, a preparação de um clima de insegurança e de inquietação, o assédio malévolo e constante, no

sentido de envolver as Forças Armadas na perturbação de escolhas eleitorais. Parte do Povo, com formação democrática, histórica e substancialmente conhecidas, as Forças Armadas sabem que não têm outro dever senão o de prestigiar a preferência do Povo, manifesta num pleito a que deram as suas garantias. (CLUBE MILITAR, 1950 p. 3-4).

O texto ainda termina falando que a campanha dos oposicionistas de tentar obter apoio das Forças Armadas para derrotar Vargas, não encontra repercussão nas Forças Armadas. No levantamento feito no acervo da Revista do Clube Militar, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, chamou atenção um artigo intitulado “Indústria Militar – Necessidade de planejamento”, escrito pelo tenente coronel José Mendes de Freitas, no ano de 1950.

Nele, o autor retoma Alberto Torres, para quem há uma desorganização progressiva que existe no Brasil e o setor da indústria militar não fugiria dessa tendência. Para ele tanto a indústria bélica como a de produção de bens de consumo ou matérias primas sofriam do mesmo mal que era a dita desorganização.

O desenvolvimento tecnológico na produção não permitiria mais, as formas que ele chama de indústria de improvisação ou mesmo a limitadas. No caso do primeiro tipo ela ocorre quando há eventos extraordinários como uma guerra, que obrigue um país a produzir seus próprios bens, na falta daquilo que era importado. Foi o caso do Brasil durante a Segunda Guerra, mas não foi algo mantido, já que na época da escrita do artigo, cinco anos após o fim do conflito, pouco se falava nas pequenas indústrias que surgiram. Mas como ele aponta, é possível começar uma empresa do nada, e ela ir crescendo, mas para haver isso, precisaria de algum tipo de incentivo, também não é comum uma indústria começar do nada em plena a capacidade.

Ele aponta que o poderio industrial dos EUA surgiu desse modo, mas houve também transformações nos cinquenta anos do século XX, não só em termos ideológicos, mas também no terreno econômico. Uma nação que satisfaz todas as suas necessidades com a produção interna, como os EUA, tentará por seus excedentes à venda em outros países. O planejamento para o autor se faria necessário, para que não houvesse represálias aos países que tentavam se desenvolver. O Autor chama a atenção para a incapacidade das empresas particulares em realizar investimentos para criar as indústrias básicas no Brasil⁵⁵.

⁵⁵E’ conhecida e tradicional a falta de mentalidade industrial do capitalista brasileiro. Êle emprega seus haveres, sob as formas mas retrógradas e antipáticas: imóveis, penhores, títulos de Dívida Pública, mas raramente inverte-os em iniciativa de ordem industrial. (FREITAS, 1950, p. 7).

Para o autor, essa aversão dos capitalistas brasileiros em investir na produção, coloca mais responsabilidade sobre o governo, para aumentar sua intervenção na economia. Caberia ao governo decidir quais capitais seriam investidos em determinadas áreas, onde deveria se localizar fábricas, como as de base. Mesmo que os empresários brasileiros não investissem na produção, o Estado deveria exercer o seu papel em cooperação com os entes particulares.

No que diz respeito à indústria de defesa, o autor destaca o fato de o país contar com uma fábrica de motor de aviões, antes mesmo de uma fábrica que produzisse arados ou tratores, este é um dos exemplos da falta de planejamento para o desenvolvimento industrial da nação. O autor chama a atenção para o fato de que o Brasil contando com diversas reservas minerais, não ir atrás da sua extração para obtenção de outras matérias primas. O êxito da CSN, seria para ele, apenas um caso isolado, mas que demonstrava o caminho a seguir por parte do governo e da iniciativa privada. No que diz respeito à indústria militar ele pontua:

Voltemos, agora, nossas vistas, para as indústrias puramente militares, tais como as de armamento, munição e explosivos. Podemos considerá-las como uma particularização de caso geral, não devendo assim fugir às necessidades e aos preceitos indispensáveis àquele. Também aí não encontramos nenhuma orientação, previamente estudada e estabelecida. Três são as nossas forças armadas dirigidas por três Ministérios; bastante diferentes que seja os meios de guerra, isto é, os elementos com que fazem a guerra, inúmeros também são os problemas e necessidades industriais comuns: pólvoras, explosivos, etc. A Aeronáutica não possui propriamente uma indústria militar e a Marinha, só agora está iniciando. A primeira só recentemente encampou a Fábrica de Aviões de Lagoa Santa e não consta que já esteja produzindo. Os seus demais estabelecimentos não são mais que centros de recuperação. A fracassada Fábrica Nacional de Motores que começou subordinada ao Ministério da Aeronáutica. Aliás, essa fábrica hoje destinada a outros fins merecia um capítulo à parte, todo especial, pois longa é a sua história e grande o merecimento como fonte de estudo sobre como e não se deve fazer. Na Marinha, também a maioria de seus estabelecimentos é destinado quase inteiramente à montagem e, recuperações. A inexistência por assim dizer de uma indústria militar, nesses dois Ministérios, viria facilitar o estabelecimento de uma política industrial única para todas as forças armadas. Ainda é tempo e urge fazê-lo tornando-se como base os estabelecimentos do Exército e a reduzida indústria particular, por este ajudada a criar durante a última guerra. Não por que seja perfeito e certo, quer sob o ponto de vista técnico industrial, quer sob o ponto de vista puramente militar, o que neste já se encontra realizado, mas simplesmente, porque não podemos atirar fora o que com tanto sacrifício foi conseguido. E não é pouco. Podemos, mesmo, orgulhar-nos de possuir alguns estabelecimentos dotados dos mais perfeitos e acabados requisitos materiais de produção,

de grande capacidade qualitativa e quantitativa de pessoal técnico capaz e eficiente. (FREITAS, 1950, p. 9).

Segundo o autor o país contava com excelentes fábricas, com produtos que satisfaziam a várias necessidades, contando com excelentes instalações. Precisava-se evitar que as indústrias fossem montadas em locais com péssima logística, seja para escoamento, ou obtenção de matéria prima. Principalmente era preciso evitar que as atividades das unidades fabris fossem desviadas de seu foco principal, assim oficinas de fabricação não deveriam ficar ao lado de oficinas de recuperação, pois a segunda tenderia a torna-se a atividade principal do estabelecimento.

Por último, mas não menos importante ele cita um exemplo que corrobora a falta de planejamento industrial do país na área militar e em geral, nesse caso foi o fato de o governo transferir para o controle da iniciativa privada, de uma das fábricas mais antigas do setor e de propriedade do governo – fábrica citada na sequência do capítulo – o governo terminou por assumir os ônus de investimento na fábrica durante o período da concessão, para no fim devolver-se a unidade fabril para o governo.

No mesmo trecho ele aponta que a política de incentivar a compra de produtos para as Forças Armadas, de empresas nacionais não deu certo, pois ao fim, cabia aos técnicos militares ensinar a expertise da construção dos armamentos. Tudo isso culminou no governo produzindo produtos básicos para o atendimento das tropas, produtos que eram produzidos por fabricas civis, enquanto que os civis faziam as armas. Desse modo, embora deixe de citar os nomes, o autor teceu críticas à iniciativa do Estado Novo, denominada “Compra de produtos nacionais”⁵⁶.

3.4 - A Revista Tecnologia & Defesa como expressão de um projeto nacional

A revista *Tecnologia & Defesa*, surge em 1983, divulgando em suas páginas os avanços tecnológicos na área da defesa, e defendendo intransigentemente uma indústria bélica nacional. A publicação é a porta voz histórica de uma política gestada desde a década de 1980 visando estabelecer uma indústria de defesa no Brasil.

⁵⁶Em 1939, Dutra voltaria a ressaltar a necessidade de uma maior participação civil no processo de industrialização, especialmente no setor bélico. A Diretoria de Material Bélico, subordinada diretamente ao Ministro e responsável pela administração das fábricas e arsenais de Guerra com exceção da fábrica de Transmissões, iniciou uma campanha designada “Consumo de Artigos Nacionais”. A campanha seguia recomendação aprovada por Vargas, do Conselho Federal do Comércio Exterior, determinando que todos os ministérios dessem preferências, em suas compras, aos artigos de manufatura nacional. (GOLDONI, 2011, p. 104).

Contemporaneamente essa aspiração é corporificada na “*Estratégia Nacional de Defesa*” (2008), e ganha contornos poderosos com o amplo programa de rearmamento das Forças Armadas, culminando em 2014 com a escolha do Gripen NG como o caça da Força Aérea, cujo contrato na mesma linha do reequipamento da Marinha e Exército, prevê a transferência total de tecnologia às empresas do setor bélico no Brasil. Seguramente, significa por hipótese que o objetivo de um setor de classe desse segmento expresso na revista, igualmente hegemonizou com esta, as políticas no Ministério da Defesa enquanto uma instituição do Estado, particularmente no sentido da manutenção e reprodução de seus lucros. Mas para este objetivo, há necessidade de ganhar outros setores da sociedade, e por essa razão, pensamos que esta publicação – a Revista *Tecnologia e Defesa* – é a expressão pública de um projeto de constituição e reprodução do capital, refletindo na gestação da atual política de defesa nacional, a defesa de interesses privados.

Deslocando a análise da reprodução desse fenômeno para o caso brasileiro, o professor da Unicamp, Renato Dagnino, estabelece um profícuo viés acerca da indústria de Defesa durante o governo Lula. Dagnino desenvolve uma crítica à postura da “Rede de Revitalização”⁵⁷ e à linha que o governo assume na “*Estratégia Nacional de Defesa*”. Para ele toda a argumentação baseia-se na ideia de que revitalização de uma indústria de defesa local possibilitaria o desenvolvimento tecnológico do país, pois haveria um “spin off”⁵⁸ natural do meio militar para o civil. Essa concepção remete ao imenso desenvolvimento tecnológico da indústria estadunidense após a Segunda Guerra Mundial

⁵⁷ “A essa Rede, formada por atores públicos (principalmente militares) e privados (empresários, jornalistas e pesquisadores) que participam do jogo da revitalização se denomina aqui Rede da Revitalização; (...) Num contexto de governança não hierarquizada, ela participa do jogo da revitalização aproveitando-se da vigência das normas democráticas que sancionam o exercício de pressões de grupos organizados para influenciar o processo de elaboração das políticas públicas a ela atinentes.” (DAGNINO, 2010, p. 35). “Para iniciar a análise da Rede de Revitalização, tarefa que se prolongará por boa parte deste livro, é conveniente ter em mente os argumentos que compõem a cultura institucional da Rede de Revitalização. Eles podem ser agrupados em cinco blocos. O dois primeiros têm a ver com o conceito efeito de *spin-off*, isso é, com um efeito de transbordamento ou ‘espirramento’ dos resultados tecnológicos e econômicos desencadeados pelo gasto militar no setor da defesa, para o setor civil da economia. Ou com a suposição de que a tecnologia desenvolvida para propósitos militares tem (ou pode ter) significativas aplicações para a produção civil, e que essas aplicações teriam um impacto positivo na capacitação tecnológica e em termos econômicos. O terceiro, inspirado no que é entendido como sendo a realidade dos grandes produtores de sistemas de armas, é o da obtenção de ganhos de comércio exterior por meio da exportação de DM que a revitalização permitiria. O quarto, mais próximo à tradição latino-americana, é o da substituição de importações; isto é, a possibilidade de evitar a importação dos sistemas de armas demandados pelas FAs, o que reduziria a vulnerabilidade à bloqueios e embargos causada pela dependência de fontes não locais de suprimentos e itens de reposição. O quinto, inspirado talvez na realidade de alguns países periféricos durante a Guerra Fria, ou no comportamento do que se tem denominado países ‘rebeldes’, é o das vantagens geopolíticas, de defesa dos interesses nacionais, de aumento da capacidade de barganha em relação às grandes potências, ou de projeção de poder em relação a países mais fracos, que a produção local de MD proporcionaria.” (DAGNINO, 2010, p. 37).

que tem origens na produção bélica. A solução apontada por ele é que o governo investisse diretamente em C&T, buscando as inovações dentro da indústria civil.

Ao se analisar o documento publicado em 2008, observa-se claramente o sucesso no objetivo da “Rede de Revitalização”. No plano de ações propostas pelo Ministério da Defesa, há o comprometimento entre as pastas da Fazenda; Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior; Ciência e Tecnologia; Transportes; Planejamento Orçamento e Gestão; e Secretaria de Assuntos Estratégicos, em formular leis que regulamentam a compra de produtos de defesa junto a empresas nacionais, e um regime tributário especial para as empresas que fabricam produtos de defesa. Entre outras propostas a mudança da legislação referente à linha de crédito especial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para produtos de defesa, similar à outras áreas consideradas prioritárias pelo governo como educação, saúde, moradia. Por último, uma mudança, na legislação referente aos procedimentos e garantias de contratos de exportação de produtos de defesa de grande vulto.

Para melhor compreensão sobre o desenvolvimento desse processo é preciso, no entanto, observar alguns aspectos sobre a política econômica, durante os dois mandatos do presidente Lula (2003-2011). Antes mesmo de assumir a presidência, o então candidato do PT à presidência, lançou em 2002 a chamada “Carta aos Brasileiros”. Essa carta aos foi um compromisso assumido pelo futuro governo do Partido dos Trabalhadores em manter aspectos da política econômica de seu antecessor, honrar os compromissos assumidos com o FMI, principalmente mantendo o chamado tripé macroeconômico: composto pelo regime de câmbio flutuante; superávit primário, para pagamento dos juros da dívida; e o regime de metas de inflação, o compromisso do governo em manter uma inflação controlada, de acordo com os instrumentos disponíveis ao Banco Central, através da taxa de juros. Em suma, tal documento, representou um compromisso de continuidade da política econômica do governo FHC. Luiz Filgueiras em um recente artigo publicado na Revista Margem Esquerda resgata uma breve conceituação sobre a política econômica brasileira nos últimos 25 anos, de acordo com ele:

“1. Governo Collor: fase de transição turbulenta, de ruptura com o MSI e implantação das primeiras ações concretas de natureza neoliberal – abertura comercial e financeira e início das privatizações. (...). 2. Primeiro governo FHC: fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal, com a implementação do Plano Real e o aprofundamento das reformas neoliberais e do processo de privatização na qual se amplia e consolida a hegemonia estrita do capital financeiro no interior do bloco no poder. O elemento central do regime de política macroeconômica é a chamada

‘âncora cambial’, com a valorização da moeda e o agravamento de déficits da conta de transações correntes do balanço de pagamentos do país. (...) 3. Segundo governo FHC e primeiro governo Lula: marcado pelo fim da âncora cambial e adoção de uma nova política econômica, o chamado tripé macroeconômico (metas de inflação, superávit fiscal primário e câmbio flutuante), com o fortalecimento do capital produtor-exportador de *commodities* (agronegócio e indústria extrativa mineral), que ampliou seu espaço no bloco no poder, por reduzir a instabilidade macroeconômica. (...) 4. Segundo governo Lula até hoje: ampliação da presença da burguesia interna no interior do bloco no poder, em articulação com o Estado, que volta a ter um papel mais ativo e direto no processo econômico e na arbitragem dos interesses das distintas frações do capital. Em especial, o Estado, via o BNDES, financia o processo de centralização de capitais, fortalecendo os grandes grupos econômicos nacionais e promovendo sua internacionalização. (...). (FILGUEIRAS, 2014, p.36-37).

A diferenciação entre o primeiro e o segundo governo Lula deve ser destacada, já que com o início da crise econômica de 2008, o governo adotou uma política definida como “anticíclica”, com destaque para o papel desempenhado pelo BNDES de centralização de capitais. Apesar do predomínio de políticas que beneficiam a fração financeira da burguesia, o que diferenciou a política econômica do governo Lula de seus antecessores, foi um incentivo, ainda que tímido no setor produtivo. Esse incentivo vai ao encontro então à vontade de outros atores, ou seja, as empresas de material bélico, congregadas na ABIMDE (Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa e Segurança).

É possível levantar a hipótese, de que longe de representar uma política inédita, a diretriz central da “Política Nacional de Defesa” é uma adaptação de uma política mais ampla do governo ao setor da Defesa, na qual o Ministério da Defesa se torna um novo espaço para que empresas, algumas das quais grandes doadoras de campanha eleitoral, possam ter seus lucros garantidos através da transferência do fundo público para o privado.

Pouco tempo após sua publicação é possível observar as ações do governo para sua concretização. Em 2009, por exemplo, o presidente Lula, junto do ministro da Defesa Nelson Jobim, anunciou a assinatura de um acordo comercial com a França, para adquirir navios, submarinos, helicópteros pesados, além da preferência de ambas as autoridades pelo caça de origem francesa Rafale – produzido pela empresa Dassault – concorrência

do programa FX2⁵⁹, O acordo totalizaria algo próximo de 9,8 bilhões de euros, e envolveria transferência de tecnologia, produção nacional e construção de um estaleiro. Em outra frente, a Defesa foi contemplada no principal programa de investimentos do governo Lula, o PAC, Programa de Aceleração do Crescimento. Com obras que envolvem a reforma de bases das três armas, construção de estaleiros para produção de submarinos, e investimento na pesquisa referente à criação de um motor de propulsão nuclear. Para o exército o projeto de um veículo de transporte médio sobre rodas “Guarani”, e capitaneado pela Embraer, um projeto de um avião cargueiro de médio porte, chamado KC-390. Totalizando até 2013, um valor próximo de 14,5 bilhões de reais.

Dentro da “Rede de Revitalização”, cabe destacar o papel de alguns de seus membros. O primeiro é aquele que quantitativamente mais ganhou com o segundo eixo da *Estratégia Nacional de Defesa*, ou seja, as empresas do setor, reunidas na “Associação Brasileira das Indústrias de Material de Defesa” (ABIMDE). A entidade é composta tanto pelas gigantes nacionais do setor como a Embraer, Condor e Taurus, como pelas gigantes transnacionais Boeing e Saab. Apesar de grande beneficiária, o papel de destaque na “Rede de Revitalização” não coube diretamente aos empresários, mas sim à grande imprensa.

O lobby feito por setores da burguesia industrial, em consonância à necessidade do governo de conquistar o apoio dos militares, mas também a necessidade do governo e das Forças Armadas em fortalecer a indústria nacional e desenvolver o país, confluem em um interesse comum, tornando possível que atores diferentes construam uma agenda. Ao explicitar o modo como se apresenta o poder da imprensa, é possível retomar a compreensão da “Rede de Revitalização” e o papel que ela terá na *Estratégia Nacional de Defesa*. A imprensa emerge ao lado dos empresários do setor como os integrantes de maior poder de persuasão; aqui um papel importante é cumprido por uma das principais e mais antigas publicações que tem como tema as Forças Armadas e produtos de Defesa, a revista “Tecnologia & Defesa”.

A publicação enfrentou todos os ciclos vividos pela Indústria de Defesa Nacional, do seu auge entre 1983 e 1988, atravessando os anos de declínio na década de 1990, e a

⁵⁹O programa FX2 é o processo de licitação para visando a compra de novos caças supersônicos para a Força Aérea brasileira. Ele tem início ainda no mandato de Fernando Henrique Cardoso, no entanto sua complexidade, envolvendo inúmeros atores internacionais, fatores geopolíticos e elevado preço, fez com a licitação fosse cancelada, sem conclusão. O governo Lula retomará ela, com novos caças, mas novamente ela se prolongará e somente em 2013, próximo do fim do mandato de Dilma Roussef é que o veredito será dado pela compra dos caças de origem sueca Gripen NG. Com a posterior assinatura de contrato entre o governo brasileiro e sueco em outubro de 2014.

revitalização nos anos 2000. Voltada para o setor da Defesa, suas matérias relacionam novas tecnologias com a revitalização da indústria bélica do país, retratando um quadro positivo. A linha editorial centra-se em saudações às empresas do setor, com destaque para o papel da ABIMDE; cobre as ações do Ministério da Defesa; bem como acontecimentos conjunturais que tenham relação com o assunto.

O público ao qual se destina é amplo, sua circulação ocorre em bancas de jornal por todo o país, atingindo uma vasta parcela de civis e de empresários, além do meio militar. Suas seções apresentam a situação material dos batalhões, acontecimentos históricos, datas comemorativas de batalhas, mas principalmente a análise técnica de equipamentos que podem vir a ser adquiridos pelo Ministério para revitalizar as tropas. Numa leitura mais atenta, em suas páginas é possível observar um anúncio de um equipamento de uma empresa de material bélico, e poucas páginas depois, uma análise do mesmo equipamento anunciado enquanto matéria jornalística. Ela busca gerar a necessidade para a tropa daquele equipamento, sem perder de fundo que adquirir aquele equipamento é essencial para a capacidade de defesa do país, principalmente se atender às necessidades da *Estratégia Nacional de Defesa*, e for produzido no país por empresas locais, ou possibilitar uma transferência de tecnologia, produzindo em conjunto entre uma empresa transnacional e uma nacional.

Como resultado, é a ABIMDE que possui um amplo espaço na publicação. Há uma coluna reservada em todas as edições para a Associação comunicar seus eventos, que contam com a presença de políticos, e oficiais das Forças Armadas. Na sequência, o presidente da entidade expõe sua opinião sobre o andamento da revitalização da indústria de defesa, criticando o governo quando este dificulta ou demora a implantar algo como a Lei nº 12.598/12 que institui um regime especial de compras e contratações das empresas de defesa. Por hipótese a publicação opera como uma porta voz pública da “Rede de Revitalização”, financiada via anúncio publicitário por quem terá mais ganhos, e que tenta vender para seu público alvo não só os produtos, mas principalmente a ideia de que a defesa do país depende exclusivamente de sua capacidade própria de produzir armamentos. Um último fato que cabe destacar em relação à ABIMDE, é que muitos militares da reserva, tornam-se assessores nas empresas que compõem a associação. A finalidade da revista *Tecnologia & defesa* é, portanto, construir um “consenso” entre toda a sociedade da necessidade de uma Política de Defesa nacional, como explicitada no projeto.

Foi propagada durante esse período uma Política Defesa de Nacional que possui como ponto culminante a escolha dos caças de origem sueca Gripen NG para a Força Aérea, o último dos projetos de reequipamento implemmentado nas Forças Armadas. Tal papel foi fundamental para desencadear um processo, no qual o Ministério da Defesa expandiu sua função constitucional que é proporcionar o comando das Forças Armadas, para uma função semelhante a de outros ministérios, que é desempenhar um papel importante para a reprodução do capital no Brasil, proporcionando a transferência de recursos do fundo público, para o caixa das empresas debelando efeitos das contradições do capitalismo contemporâneo.

Uma vez que se compreende o papel que a revista *Tecnologia & Defesa* exerceu na concretização da *Estratégia Nacional de Defesa*, sugerimos que a publicação é a expressão pública de um processo no qual setores empresariais ligados à indústria de defesa, utilizam do Ministério da Defesa como um braço institucional para fugir da queda tendencial da taxa de lucro, com uma injeção constante de capital intermediado por compras do Estado, lembrando a tese histórica de Rosa Luxemburg sobre o papel da indústria bélica nessa dimensão (Luxemburg, 1988, p.90), complementado contemporaneamente por Istvan Meszaros (Mészáros, 2009, p. 690).

COMENTÁRIOS FINAIS

A concepção de projetos de nação foi um diferencial dos militares brasileiros, que em determinado tempo, assumiram um protagonismo de uma tarefa que outras classes sociais, devido à sua debilidade, não conseguiam. O que não exclui os militares de serem eles mesmos representantes dessas classes sociais.

Adotar o referencial do desenvolvimento da defesa nacional é justamente apreender como se dava a dinâmica da luta de classes no interior das Forças Armadas. A partir dessa dinâmica, os diferentes projetos de nação confrontavam-se, exemplos claros foram durante a campanha “O Petróleo é nosso” onde o Clube Militar e as Forças Armadas dividiram-se com a opção de defesa do projeto de exploração de petróleo a partir de uma empresa estatal, permanecendo as riquezas do país nas mãos dos brasileiros.

O mesmo não pode ser dito da criação da Embraer, embora naquele momento ainda se atenda a um projeto que se pressupunha nacional, os militares configuraram o embrião de uma empresa, que durante a ditadura militar, ajudou no esforço de desenvolvimento da indústria, ou seja cumpriu um determinado papel na reprodução do capital, sem que o excedente fosse dividido entre toda a população. Na época, inclusive ficou famosa a máxima do então Ministro da Fazenda, Antônio Delfin Neto, da qual “Era preciso crescer o bolo para poder dividir”.

O “bolo” cresceu sobremaneira naqueles anos, mas os possíveis ganhos salariais, terminaram tolhidos pela inflação e a prática do arrocho salarial (aumentos salariais menores do que a inflação), a receita criou uma robusta burguesia nacional, presente em quase todas as frações, e semeou o espaço para o desenvolvimento da fração que hoje é hegemônica, a financeira.

Enquanto isso, os trabalhadores eram reprimidos pela violenta ditadura que aqui se instalou. Os intelectuais de esquerda, tanto dentro do Partido Comunista Brasileiro, como em outras instituições independentes como a CEPAL – da qual Celso Furtado, por exemplo, foi o maior expoente – foram excluídos, quando não exilados, o projeto nacional mais progressista que eles representavam foi interrompido com o golpe civil militar de 1964, e há indícios de que não foi retomado, embora, alguns setores se dizem herdeiros diretos dele, mas optam por acordar-se com as frações da burguesia interna e externa, que

ainda concentram o poder e impõem como universal uma política econômica voltada para seus interesses particulares.

Tentou-se demonstrar neste trabalho, portanto, que ao longo da história, as Forças Armadas brasileiras, com um destaque maior para o Exército, possuíram um papel de intelectual orgânico do Capital. Desde antes do advento da República, coube às altas patentes, que então eram provenientes das elites agrárias, um papel de defensor da modernização do país – papel este desempenhado nas vias clássicas à burguesia – se colocando contrariamente à escravidão, aderindo ao ideário republicano, e participando de governos como o de Getúlio Vargas em postos destacados, e concluindo o processo de modernização do país, governando-o durante o período da ditadura civil-militar.

Dentro de um contexto no qual a maior parte da sociedade era analfabeta, os militares organizaram em diferentes épocas, revistas para vincular suas ideias de um projeto de nação, com destaque para a “Defesa Nacional”, esta organizada por um grupo de oficiais que desejavam a modernização do país; durante o Estado Novo, a revista Cultura Nacional era um órgão de propaganda do próprio Governo Vargas, mas havia também um projeto de nação claro nas suas páginas. Por fim, é preciso exaltar que durante todo o século XX existiu a revista do Clube Militar, um órgão no qual os militares se organizavam e disputavam projetos de nação diferentes.

Por fim, após a ditadura, coube a defesa desse projeto nacional, por revistas editadas por civis, como a aqui citada Tecnologia & Defesa. Com a crise da imprensa escrita, esse projeto transfere-se para a internet em sites como Poder Naval, Poder Aéreo e Forças Terrestre, estes constituem um portal, que é o Forças de Defesa.

A indústria bélica é um dos campos mais avançados em desenvolvimento tecnológico, para focar em apenas um exemplo, atualmente os estudos no campo da robótica, com destaque para os VANTS (veículo aéreo não tripulado). Desse modo, muitos países dependentes, possuem a aspiração de desenvolver uma indústria de defesa autóctone, que permitiria ao país transferir os avanços tecnológicos do campo militar para o civil, tornando o país desenvolvido, pelo menos no que diz respeito à base industrial instalada. No entanto, isso envolve interesses geopolíticos, tornando mais complexo para que outras nações desenvolvam uma base produtiva nesse campo, não é do interesse de grandes potências que isso ocorra, já que possibilitaria um desequilíbrio em alianças e zonas de influência em todo o mundo. Um outro risco é diminuir o mercado para os produtos de defesa produzido justamente pelas nações desenvolvidas.

Há agravantes para os países médios, pois o desenvolvimento tecnológico nessa área demanda vultuosos recursos monetários e humanos, não é, portanto, uma simples decisão governamental, mas antes de tudo um projeto de Nação. O Estado precisa tomar muitas decisões, como desviar o pouco de capital interno que o país possui, para uma área na qual os ganhos serão todos de longo prazo.

Dado esses problemas expostos até agora, qualquer nação refletiria muito antes de tomar uma decisão dessa envergadura. O que no fim não significa, que os países adotem uma postura passiva e não tentem construir uma indústria de defesa.

Foi o caso do Brasil, que entre a década de 1960 e 1980, deu grandes passos para constituir um parque industrial de defesa. Surgiu nesse período grandes empresas, que de uma forma ou de outra sobrevivem até os dias atuais, que são os casos da AVIBRAS, criada em 1961, que é fabricantes de foguetes, mísseis e veículos lançadores; a ENGESA, fundada em 1963, fabricante de veículos leves de combate. E principalmente, a EMBRAER, que surgiu em 1969, fabricante de aviões para uso civil e militar.

A gênese desse ramo produtivo nesse período, não foi obra do acaso, os militares, com o apoio da burguesia brasileira, perpetraram um golpe de Estado em abril de 1964, depondo o presidente eleito João Goulart. Uma vez no poder, os militares ajudaram a consolidar o capitalismo no Brasil em sua vertente monopolista. A constituição de uma indústria de defesa fazia parte dos planos dos militares, que acreditavam que tal proposta fazia parte de um plano maior para garantir a defesa do país.

O auge da indústria de defesa brasileira foi na década de 1980, quando o Brasil, exportou armamentos para diversos países do Oriente Médio, com destaque para o Iraque, que estava em guerra com o Irã. Com o fim da Guerra Irã-Iraque, e o fim da Guerra Fria, o Brasil perdeu parte de seus compradores, com a queda das vendas, as empresas enfrentam dificuldades. Muitas delas não resistem ao duplo golpe que foi a queda das vendas e a abertura econômica iniciada no governo Fernando Collor.

A Embraer, como era uma empresa estatal, foi privatizada em 1994, como parte do processo de implantação do neoliberalismo no Brasil. Seu processo de privatização é utilizado como vitrine por setores da burguesia brasileira para expandir o processo de venda de outras empresas estatais que sobreviveram à sanha do capital.

No fim da década de 1990 ocorreu uma grande transformação no meio militar brasileiro, após um longo processo de debates e estudos, o governo Fernando Henrique Cardoso instituiu o Ministério da Defesa. Na prática, os comandos militares das três forças, tornaram-se subordinados diretamente à um ministro civil da Defesa.

Esperava-se que a mudança afastasse riscos de novos golpes de Estado. Mas, principalmente, o objetivo era modernizar a gestão nas Forças Armadas, modernizando-as. A insatisfação entre a tropa não era em torno da ameaça do comunismo, e sim do acelerado sucateamento dos armamentos disponibilizados para a defesa do país. Diante das reformas estruturais de cunho neoliberal, as Forças Armadas foram um dos setores que mais sofreu com a realidade dos cortes no orçamento da união, para garantir o pagamento da dívida pública do país.

Tal realidade só se alterou no segundo governo de Luís Inácio Lula da Silva (2006-2010), após o episódio do Caos Aéreo, Lula nomeou Nelson Jobim para o cargo de Ministro da Defesa. Na gestão de Jobim, o Ministério publicou a primeira versão da Estratégia Nacional de Defesa, o principal documento norteador das políticas públicas para o setor. A exemplo da época da ditadura civil militar, um de seus principais eixos é (era) apostar na revitalização da indústria de defesa no país, para garantir a segurança nacional, através do desenvolvimento industrial e tecnológico. Os tempos atuais caminham em sentido abertamente contrário, após o Golpe de Estado de agosto de 2016, com a deposição da presidenta Dilma Rousseff e o início de um acelerado processo de desmonte e entrega ao capital estrangeiro das riquezas nacionais e o que resta das empresas estatais. A Defesa Nacional, em tudo o que pertença à abrangência do conceito, seja a estratégia geopolítica, seja a infraestrutura material, segue, finalmente, em passo acelerado de desmantelamento.

Bibliografia

Fontes Primárias

FREITAS, José Mendes de. **Indústria Militar – Necessidade de planejamento**. In. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro. Número 111. Outubro de 1950.

MOTTA, Major Jehovah. **Exército e agricultura**. In. Revista do Clube Militar. Rio de Janeiro. [s.n]. Rio de Janeiro. Setembro-Outubro de 1947.

REVISTA CULTURA POLÍTICA Rio de Janeiro [s.n]. Número 19. Setembro de 1942.

_____. Rio de Janeiro. [s.n]. Número 29. Julho de 1943.

_____. Rio de Janeiro. [s.n]. Número 35. Dezembro de 1943.

_____. Rio de Janeiro. [s.n]. Número 36. Janeiro de 1944.

Fontes Secundárias

ALMEIDA, Lúcio F.R. de. **Ideologia nacional e nacionalismo**. 2ª Edição. São Paulo: Educ, 2014.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **Os antecedentes da tormenta: Origens da crise global**. São Paulo: Editora Unesp; Campinas: Facamp, 2009.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado Novo: política externa e projeto nacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Um olhar à esquerda: A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro: Revan: Fapesp, 2002.

DAGNINO, Renato. **A indústria de Defesa no Governo Lula**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DRUMOND, Cosme Degenar. **Indústria de Defesa do Brasil: História – Desenvolvimento – Desafios**. Guarulhos: ZLC-Comunicação e Marketing, 2014.

FILHO, João Roberto Martins. **Marinha: tecnologia e política**. In. O militar e a ciência no Brasil. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

FILGUEIRAS, Luiz. GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. 263p.

FILGUEIRAS, Luiz. **A natureza e os limites do desenvolvimentismo no capitalismo brasileiro**. Margem esquerda: ensaios marxistas, nº 23. Boitempo: São Paulo, 2014. 32p-38p.

FONSECA, Francisco César, Pinto da. **O consenso forjado**: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2005.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Geneses e percussores do desenvolvimentismo no Brasil**. In. A era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **As origens da Embraer**. In. Tempo Social. São Paulo. Volume 17, nº 1. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702005000100012> Acessado em 24 de julho de 2019.

GOLDONI, Luiz Rogério Franco. NETO, Manuel Domingos. Tecnologia Militar no Estado Novo. _____. In. **O Militar e a Ciência no Brasil**. Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

_____. **Indústria de defesa no Brasil entre as duas Guerras Mundiais**. 2011. Tese de doutorado – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal Fluminense. Niterói.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Volume 3. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henrique, Marco Aurélio Nogueira. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio popular, Tradução Maria Elaine Andreoti. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 176p.

LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. **O desenvolvimento do Exército e as relações militares entre Brasil e Alemanha (1889-1920)**. 2011. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em História Social. UFRJ. Rio de Janeiro.

LUXEMBURG, Rosa. **O militarismo como domínio da acumulação de capital**. In. A acumulação de capital. Volume II. Coleção os economistas. Tradução Marijane Vieira Lisboa. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 89-98.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Tradução Fernando Correa Prado; Marina Machado Gouvêa. 6ª Edição. Florianópolis: Insular, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro I – o Processo de Produção do Capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A taxa de utilização decrescente e o Estado capitalista:** Administração da crise e auto reprodução destrutiva do capital. *In.* Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Sérgio Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo editorial, 2009. 675-700 p.

MORAES, João Quartim. **A esquerda militar no Brasil:** da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. Volume 1. São Paulo: Siciliano, 1991.

MORAES, Marcia Cristina de. **Jovens Turcos:** Militarismo e Nacionalismo, uma leitura da revista “A Defesa Nacional” (1913-1918). 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista. Marília.

NETO, Manuel Domingos. **O Militar e a Ciência no Brasil.** Rio de Janeiro: Gramma, 2010.

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. **A Liga da Defesa Nacional:** um projeto de modernização para o Brasil. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Unesp. Marília, 2012.

PEIXOTO, Antonio Carlos. **Exército e política no Brasil:** uma crítica dos modelos de interpretação. Tradução de Octavio Alves Filho. *In.* Os partidos militares no Brasil. Record, [S.l, 19--].

RODRIGUES, Alessandro Antonio. **Os projetos para o desenvolvimento da nação na revista Cultura e Política durante o governo Vargas.** 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista. Marília.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. **O desenvolvimento brasileiro segundo a visão militar 1880-1945.** Curitiba: Editora Prismas, 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil.** 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 576 p.

_____. **Memórias de um escritor – 1.** Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

TROTSKY, León. **História da Revolução Russa.** Tomo 1. Tradução de Diego de Siqueira. São Paulo: Suderman, 2007.

Bibliografia consultada

A brasileira por trás do caça Gripen. **Poder Aéreo**, 23 set 2013. Disponível em <https://www.aereo.jor.br/2013/12/23/a-brasileira-por-tras-do-caca-gripen/>, acesso em 08 jan 2019.

A FRENTE Parlamentar Mista de Defesa. **Tecnologia e Defesa**, 9 jun 2015. Disponível em <http://tecnodefesa.com.br/a-frente-parlamentar-mista-de-defesa/>, acesso em 09 fev 2019.

ABIMDE prevê investimentos de 120 bilhões em Defesa no Brasil até 2030. **Poder Naval**, 08 dez 2011. Disponível em <https://www.forte.jor.br/2011/12/08/conheca-as-acoes-de-hoje-e-os-planos-de-longo-prazo-da-abimde/>, acesso em 04 jan 2019.

ACORDO entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Francesa na área de submarinos. **Defesanet**, 23 dez 2008. Disponível em <http://www.defesanet.com.br/prosub/noticia/1927/ACORDO-ENTRE-O-GOVERNO-DA-REPUBLICA-FEDERATIVA-DO-BRASIL-E-O-GOVERNO-DA-REPUBLICA-FRANCESANA-AREA-DE-SUBMARINOS/>, acesso em 03 fev 2019.

BRASIL e Estados Unidos desenvolverão projeto na área de defesa. **Forte: forças terrestres**, 29 jun 2015. Disponível em <https://www.forte.jor.br/2015/06/29/brasil-e-estados-unidos-vaio-desenvolver-projeto-na-area-de-defesa/>, acesso em 04 jan 2019.

CRISE pode causar perdas irreversíveis na Defesa, dizem especialistas. **Forte: forças terrestres**, 18 set 2015. Disponível em <https://www.forte.jor.br/2015/09/18/crise-pode-causar-perdas-irreversiveis-na-defesa-dizem-especialistas/>, acesso em 07 jan 2019.

DEFESA: evento discutirá contribuição para o desenvolvimento. **Poder Aéreo**, 24 set 2014. Disponível em <https://www.aereo.jor.br/2014/04/29/defesa-evento-discutira-contribuicao-para-o-desenvolvimento/>, acesso em 07 jan 2019.

DISCURSO do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de assinatura de atos. **Defesanet**, 23 dez 2008. Disponível em <http://www.defesanet.com.br/prosub/noticia/1929/Discurso-do-Presidente-da-Republica--Luiz-Inacio-Lula-da-Silva--durante-cerimonia-de-assinatura-de-atos/>, acesso em 03 fev 2019.

EMPRESA Estratégica de Defesa: esperança de recuperação da indústria do setor no País. **Poder Naval**, 19 jul 2011. Disponível em <https://www.naval.com.br/blog/2011/07/19/empresa-estrategica-de-defesa-esperanca-de-recuperacao-da-industria-do-setor-no-pais/>, acesso em 03 fev 2019.

INDÚSTRIA nacional de Defesa e as forças de segurança pública. **Tecnologia e Defesa**, 30 set 2016. Disponível em <http://tecnodefesa.com.br/industria-nacional-de-defesa-e-as-forcas-de-seguranca-publica/>, acesso em 09 fev 2019.

SUPERBÉLICAS verde-amarelas. **Poder Naval**, 15 jun 2012. Disponível em <https://www.naval.com.br/blog/2012/07/15/superbelicas-verde-amarelas/>, acesso em 08 jan 2019.

Sítios eletrônicos

<http://tecnodefesa.com.br/>

<https://www.naval.com.br/blog/>

<https://www.aereo.jor.br/>

<http://fordefesa.com.br/>

<https://www.forte.jor.br/>

<http://www.defesanet.com.br/>